



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRENDA RUPAR

**A Emergência Do Maoismo Na Argentina: Uma Aproximação através  
De *Vanguardia Comunista* e o *Partido Comunista Revolucionario***

Orientador: Prof. Dr. Norberto O. Ferreras

Niterói,  
2016

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**R945 Rugar, Brenda.**

"A emergência do maoísmo na Argentina: uma aproximação através de Vanguardia Comunista e o Partido Comunista Revolucionário" / Brenda Rugar. – 2016.

180 f. ; il.

Orientador: Norberto O. Ferreras.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 168-180.

1. Maoísmo. 2. Radicalização política. 3. Movimento comunista.  
4. Argentina. 5. Nova esquerda (Ciência política). 6. Partido político.  
I. Ferreras, Norberto O. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto



**A emergência do maoísmo na Argentina: Uma aproximação a través  
de *Vanguardia Comunista* e o *Partido Comunista Revolucionario***

BRENDA RUPAR

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Norberto O. Ferreras (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Daniel Aarão Reis Filho (Arguidor)  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Jean Rodrigues Sales (Arguidor)  
Universidade Rural do Rio de Janeiro

**A emergência do maoismo na Argentina: Uma aproximação a través de**  
***Vanguardia Comunista e o Partido Comunista Revolucionario***

Brenda Rugar

Orientador: Prof. Dr. Norberto O. Ferreras

**Resumo**

O objetivo geral da presente pesquisa é contribuir à compreensão sobre as origens e o desenvolvimento do maoismo como corrente política na Argentina, a afirmação desta como um afluente relativamente perdurável no seio da esquerda argentina e a suas elaborações no contexto dos conflitos sociais e políticos do período.

Para abordar esta corrente, analisaremos a gênese da *Vanguardia Comunista* (VC) e do *Partido Comunista Revolucionario* (PCR), os primeiros e maiores partidos políticos que adotaram explicitamente esse sustento doutrinário nos seus postulados teórico-políticos. Nesse caminho, vamos repor e dialogar com os motivos envolvidos na criação desses partidos e os fundamentos de sua aproximação e identificação com o maoismo. Este último ponto nos leva a assinalar a constituição dessa corrente político-ideológica a nível mundial e as formas nas quais influenciou.

Através deste trabalho, nos propomos a contribuir ao estudo das organizações da chamada “Nova Esquerda” que influíram na vida política da Argentina nas décadas de 1960 e 1970, assim como também à compreensão da vinculação que teve com o processo de radicalização política da época.

**Palavras chave:** maoismo- radicalização política- movimento comunista- Argentina- Nova Esquerda- partidos políticos

## **Agradecimentos**

O mestrado foi um caminho que, desde sua remota possibilidade inicial de realização, me ofereceu múltiplas oportunidades e me estimulou de variadas maneiras. Em cada uma delas estive acompanhada e, nos melhores casos, consegui percorrê-lo assistida.

Quero agradecer a cada um e uma das pessoas e instituições que estiveram presentes. Em primeiro lugar, aos meus pais (e através deles, à minha família, em geral) por todo seu apoio em diferentes momentos de minha educação, e o esforço para que eu pudesse cursar e terminar a universidade;

A todos os professores e colegas da UBA, que me alentaram em meu processo de formação e pesquisa;

À OEA e à CAPES, pela seleção e concessão da bolsa que possibilitou encarar este projeto;

À Verónica Secreto, que me orientou desde que não nos conhecíamos e me ofereceu sua ajuda sincera;

À UFF, que me abriu suas portas e, especialmente, às coordenadoras e funcionários do PPGH;

Especialmente ao Prof. Dr. Norberto Ferreras, que foi muito mais que um orientador, acompanhando, guiando e, sem cujo apoio, este trabalho teria sido impossível. Minha mais profunda gratidão e reconhecimento ao seu trabalho;

Aos avaliadores da banca de qualificação, Daniel Aarão Reis Filho e Jean Sales, que leram, discutiram e propuseram formas de abordagem e organização de meu trabalho;

Ao NEC, que me acolheu como pesquisadora e me cedeu suas instalações;

Aos profs. drs. Daniel Aarão Reis Filho, César Honorato, Marcelo Badaró e Marcos Bretas, que contribuíram com minha formação por intermédio de suas aulas, discussões e posteriores trabalhos;

Ao dr. Miguel Cardina, com quem discuti algumas ideias sobre o maoísmo como corrente internacional;

Às e aos colegas argentinos, com os quais discuti o conteúdo e os significados do que ia descobrindo;

Aos meus velhos e novos amigos, que imprimiram um sentido sublime à experiência;

Aos funcionários dos arquivos consultados, que me ajudaram no acesso às fontes com as quais trabalhei;

À curiosidade, companheira eterna que me levou ao interesse pela História (embora não unicamente);

Ao Yann, que me acompanhou em seu duplo papel de companheiro e colega, e que fez com que os dias de trabalho fossem melhores se compartilhados;

Esta pesquisa tem por origem e fundamento a preocupação em contribuir com a compreensão das incessantes lutas do povo argentino e latino-americano contra a opressão – e por um mundo melhor.

A todos esses “ninguéns”<sup>1</sup>.

---

1 Referência ao poema “Os ninguéns”, de Eduardo Galeano. Encontra-se em *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2015, p. 71.

## Sumário

<b>RESUMO .....</b>	<b>4</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E AVREBIAÇÕES.....</b>	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
Sobre a estrutura da dissertação e outras considerações.....	13
<b>2. ARGENTINA NOS ANOS 1960.....</b>	<b>17</b>
2.1 1955-1976: a intensificação da luta de classes e a disputa pelo poder .....	19
2.2 Alguns debates e interpretações do período .....	31
<b>3. A EMERGÊNCIA DO MAOISMO DENTRO DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL.....</b>	<b>39</b>
3.1 Revolução Chinesa e maoismo .....	43
3.1.1Dois aspectos e dois momentos .....	44
Sobre a revolução de nova democracia, a frente única e a direção do processo revolucionário .....	45
Sobre a continuidade da luta de classes no socialismo e a Revolução Cultural Proletária .....	48
3.2. A ruptura do Movimento Comunista Internacional .....	51
Sobre a coexistência pacífica.....	51
Sobre a via para a revolução.....	53
Sobre o “estado todo o povo” .....	56
3.3. Relações entre a China e a América Latina .....	60
<b>4. O MAOISMO ARGENTINO .....</b>	<b>67</b>
4.1 <i>Vanguardia Comunista</i> : o maoismo que veio do socialismo argentino .....	69
Da crise do PSA à formação da VC.....	71
A breve experiência do PSAV .....	75
<i>Vanguardia Comunista</i> e a busca por uma identidade .....	79
A construção do partido e a busca de um caminho para a revolução argentina .....	88
A revolução segundo <i>Vanguardia Comunista</i> .....	96
4.2. O <i>Partido Comunista Revolucionario</i> : o maoismo que batalhou contra o “social-imperialismo” russo	

na Argentina .....	99
Do CNRR ao PCR .....	112
O PCR e a adoção do Maoísmo .....	119
4.3 Outras organizações maoístas .....	130
<i>Partido Comunista Marxista-Leninista (PCM-L)</i> . O maoísmo que adotou a luta armada .....	130
Partido Comunista Maoísta .....	131
Intelectuais.....	132
<b>5. O MAOISMO ARGENTINO DENTRO DA “NOVA ESQUERDA” .....</b>	<b>134</b>
Considerações finais. A escolha de um ponto final. ....	154
<b>ANEXOS .....</b>	<b>158</b>
Anexo N°1: “Pekin Informa”. Primeiro número em espanhol. Difusão do Rádio Pekin .....	158
Anexo N°2: Capa da 1ª edição de “El Partido Marxista-Leninista y el Guerrillero” .....	159
Anexo N° 4: “Primeiro rasgão do documento para o Congresso de VC” .....	161
Anexo N°5 :“Documento convocando ao Primeiro Congresso de VC” .....	162
ANEXO N°6: “Nueva Hora N °1” .....	163
Anexo N°7: “Sobre o Primeiro Congresso do PCR” .....	164
ANEXO N°8: “sobre os dois imperialismos”. Uma das denúncias do PCR à URSS.....	165
ANEXO N°9: Campanha do FRA (integrado por VC e PCR) chamando a votar em branco nas eleições de 1973 .....	166
ANEXO N°10: “O PCR e a “campanha antigolpista” .....	167
ANEXO N°11 : “A campanha anti-golpista” (2).....	168
<b>REFERÊNCIAS DE PESQUISA.....</b>	<b>169</b>
Referências Bibliográficas .....	169
Fontes consultadas.....	177
Periódicos e revistas consultados .....	180
Arquivos consultados .....	180
Depoimentos e entrevistas publicadas .....	181
Sites .....	181

## Lista de siglas e abreviações

AAA	<i>Alianza Anticomunista Argentina</i>
CGT	<i>Confederación General de Trabajadores (Argentina)</i>
CNRR-PCA	<i>Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria del Partido Comunista Argentino</i>
FES	<i>Formação Económica e Social</i>
FJC	<i>Federación Juvenil Comunista</i>
FRA	<i>Fuerza Revolucionaria Antiacuerdista</i>
FREJULI	<i>Frente Justicialista de Liberación</i>
FUA	<i>Federación Universitaria Argentina</i>
GAN	<i>Gran Acuerdo Nacional</i>
GPP	<i>Guerra Popular Prolongada</i>
MCI	<i>Movimento Comunista Internacional</i>
NE	<i>Nova Esquerda</i>
PCCh	<i>Partido Comunista Chinês</i>
PCUS	<i>Partido Comunista da União Soviética</i>
PCA	<i>Partido Comunista Argentino</i>
PCM	<i>Partido Comunista Maoista</i>
PCM-L	<i>Partido Comunista Marxista-Leninista</i>
PCR	<i>Partido Comunista Revolucionario</i>
PSA	<i>Partido Socialista Argentino</i>
PSAV	<i>Partido Socialista Argentino de Vanguardia</i>
PyP	<i>Pasado y Presente</i>
SITRAC	<i>Sindicato de los Trabajadores de Concord</i>
SMATA	<i>Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor</i>
UCR	<i>Unión Cívica Radical</i>
VC	<i>Vanguardia Comunista</i>

## 1. Introdução

“Marxismo-leninismo/contra o revisionismo”

Música cantada por VC e o PCR

“(…) a Força, a *Fuerza Antiacuerdista*,  
ai está o caminho para o povo peronista”

Música cantada pelo FRA<sup>2</sup>

Nos últimos tempos, acompanhando a proliferação dos estudos sobre a história argentina recente e o debate gerado em torno dos processos de conflito e mobilização social, tem-se conformado um campo temático específico acerca da interrogação sobre as causas profundas e as formas da instabilidade do sistema político, a crescente ilegitimidade do poder do Estado, as recorrentes crises econômicas e a exacerbação dos conflitos sociais, que caracterizaram o período aberto com a derrubada do governo de Juan Domingo Perón em 1955 e fechado dramaticamente com o golpe cívico-militar de 1976.

Desde a metade dos anos cinquenta abriu-se um processo de crise na esquerda latino-americana ao compasso da expansão e do predomínio de posições que priorizaram a via eleitoral, o parlamentarismo e o apoio às burguesias nacionais, vinculadas à teoria da via pacífica ao socialismo promovida pela URSS a partir do XX Congresso do PCUS. Isto se conjugava com os reiterados fracassos dos movimentos anti-imperialistas e de mudança social no continente (exemplo disso são as experiências da Guatemala em 1951-1954 e da Bolívia em 1952-1964) e na Argentina se potenciava a partir das consequências da derrubada do peronismo. Este curso continental e nacional

---

<sup>2</sup> A *Fuerza Revolucionaria Antiacuerdista* (FRA) foi uma frente conformada pelos partidos *Vanguardia Comunista* e o *Partido Comunista Revolucionario* para as eleições gerais de 1973. Através dele, fizeram campanha pelo voto em branco. A cita aparece no periódico editado pelo FRA: “Desacuerdo”. *Desacuerdo* N° 15 28 de noviembre de 1972, Pág. 8

contrastava com o processo asiático (a China, a Coreia, os povos da antiga Indochina). Finalizando a década com o triunfo da Revolução Cubana (1959), o fato veio a comover ainda mais à esquerda argentina, abrindo o debate sobre a via pacífica ou a via armada para a conquista do poder e para a transformação social; e também acerca do Peronismo e o papel das burguesias nacionais<sup>3</sup>.

Surge nesse momento o que posteriormente seria denominado de “Nova Esquerda”, num contexto de lutas de classes que se expandiam, caracterizado por uma crescente radicalização popular. Alguns dos partidos e organizações, dos tantos que emergiram neste contexto, adotaram o maoísmo como definição de sua linha teórico-política; outros foram influenciados por algum dos elementos daquela experiência.

Enquanto a História das Ideias tem se concentrado nas mudanças no campo cultural dos anos sessenta, a História Política do período tem desenvolvido importantes estudos sobre os conflitos sociais e o movimento operário da época, assim como sobre a emergência de uma esquerda revolucionária não guerrilheira que atuava nesses conflitos.<sup>4</sup> Apesar dessa multiplicidade, a atenção dos estudos tem se concentrado nas organizações guerrilheiras que atuaram nos anos finais do período assinalado. Contudo, “os chineses” (como são denominados os maoistas no espectro da esquerda argentina), têm sido marginalmente estudados e ainda se mantêm vigentes explicações esquemáticas e referências do senso comum sobre eles. Considerando ter sido um movimento que atraiu um importante número de militantes e representou uma voz desafiadora no debate de ideias e políticas ao interior das esquerdas argentinas, nos

---

<sup>3</sup> OLLIER, María Matilde, *Orden, poder y violencia*, CEAL, Buenos Aires, 1989; e HILB, Claudia y LUTZKY, Daniel, *La nueva izquierda argentina: 1960-1980 (política y violencia)*, CEAL, Buenos Aires, 1984

<sup>4</sup> POZZI, Pablo y SCHNEIDER, Alejandro, *Los setentistas: izquierda y clase obrera (1969-1976)*, Eudeba, Buenos Aires, 2000; GORDILLO, Mónica, “Movimientos sociales e identidades colectivas: repensando el ciclo de la protesta obrera cordobés de 1969-1971”, en *Desarrollo Económico*, vol. 39, nro, 155, 1999; FLORES, Gregorio, *Sitrac-Sitram, del Cordobazo al Clasismo*, Ediciones Magenta, 1994; DUVAL Natalia, *Los sindicatos clasistas SITRAC (1970-1971)*, CEAL, Buenos Aires, 1988; BRENNAN, James y GORDILLO, Mónica, *Córdoba Rebelde: el Cordobazo, el clasismo y la movilización social*, De la Campana, La Plata, 2008

propomos à reconstrução e ao resgate da emergência dessa corrente.

O objetivo geral da presente pesquisa é contribuir à compreensão sobre as origens e o desenvolvimento do maoísmo como corrente política na Argentina, a afirmação desta como um afluente relativamente perdurável no seio da esquerda argentina e a suas elaborações no contexto dos conflitos sociais e políticos do período.

Para abordar esta corrente, analisaremos a gênese da *Vanguardia Comunista* (VC) e do *Partido Comunista Revolucionario* (PCR), os primeiros e maiores partidos políticos que adotaram explicitamente esse sustento doutrinário nos seus postulados teórico-políticos. Nesse caminho, vamos repor e dialogar com os motivos envolvidos na criação desses partidos e os fundamentos de sua aproximação e identificação com o maoísmo. Este último ponto nos leva a assinalar a constituição dessa corrente político-ideológica a nível mundial e as formas nas quais influenciou.

Através deste trabalho, nos propomos a contribuir ao estudo das organizações da chamada “Nova Esquerda” que influíram na vida política da Argentina nas décadas de 1960 e 1970, assim como também à compreensão da vinculação que teve com o processo de radicalização política da época. Por outro lado, buscamos fornecer elementos a respeito do impacto da Revolução Chinesa naquele país.

Devido à grande presença que atualmente tem a China na América Latina, achamos que o presente estudo também pode oferecer elementos para quem procure reconstruir os diferentes momentos e características dos vínculos internacionais da China com a Argentina.

### **Sobre a estrutura da dissertação e outras considerações**

A primeira parte do trabalho apresentará o contexto no qual emerge a corrente maoísta na Argentina, abrangendo um período mais amplo com o objetivo de levantar

fatos e problemáticas sobre as quais retornaremos posteriormente.

Seguidamente, apresentaremos uma breve síntese da Revolução Chinesa e da emergência do maoísmo como corrente diferenciada no Movimento Comunista Internacional. Procuramos reconstruir os elementos daquela identidade naquele contexto e revisaremos o impacto e a difusão que teve, fundamentalmente, na América Latina.

No capítulo seguinte analisaremos as crises dos Partidos Comunista e Socialista Argentinos e os rompimentos que resultaram na conformação das novas organizações. Também veremos o caminho e os fundamentos pelos quais VC e o PCR foram confluindo com o maoísmo, até adotá-lo como fundamento teórico-político. Logo depois, faremos uma breve menção dos outros partidos maoistas que coexistiram com eles.

Finalmente, voltaremos à questão em torno das características do maoísmo argentino e sua especificidade na esquerda argentina.

O presente trabalho poderia se inserir na tradição da história política, mas também vários dos capítulos e temas respondem melhor à tradição da história das ideias. Sobre a primeira, encontramos uma tendência no estudo das organizações e partidos da esquerda que fazem parte de movimentos internacionais ou têm algum vínculo com eles, que reside em explicá-las (sua prática e as mudanças teóricas) a partir da aplicação das diretrizes daqueles centros.<sup>5</sup> Outra tendência consiste em isolar o objeto de estudo e olhar apenas a organização no seu desenvolvimento interno. Entendemos que nenhuma das duas consegue dar conta da complexidade que é inerente ao objeto.

No campo da história das ideias, existe por um lado uma forte tradição idealista que concebe as ideias como origem e motor da história e as estuda fora do seu contexto.

---

<sup>5</sup> Compartilhamos aqui a crítica que faz Daniel Aarão à historiografia brasileira. AARÃO REIS Filho, Daniel. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1990

Como contrapartida, o materialismo mecanicista teve pouco interesse em uma indagação sistemática neste campo, por considerá-las apenas reflexo da estrutura econômica. Assumimos o desafio de integrar ambas as abordagens, não como simples adição, mas propondo um caminho que as coloque em diálogo.

Nosso trabalho precisará repor elementos da história econômica e social fornecida pela bibliografia especializada. Isto nos leva à concepção de “história total” sustentada por Pierre Vilar<sup>6</sup>. Longe de estar à procura de repor exhaustivamente todos os elementos da realidade, constitui um propósito, é um posicionamento que tem como objetivo não perder de vista as várias determinações e interdependências dos elementos materiais e não materiais de nossa realidade (apesar de não serem todas abordadas).

No presente caso, procuramos entender a emergência da corrente maoísta na Argentina, através de duas organizações partidárias. Uma parte importante do nosso trabalho versará sobre a reunião, organização e síntese da bibliografia dispersa sobre a temática já que, como temos apontado, é escassa, inexistente ou apresenta algumas lacunas. Tentaremos reunir os principais aportes e análises feitos, o que vai trazer à tona aquelas questões ainda não resolvidas. O trabalho com as fontes apontará tanto ao diálogo com a bibliografia como à reconstrução do objeto que temos propostos.

As fontes e a documentação trabalhadas são, fundamentalmente, os documentos partidários da *Vanguardia Comunista* e do *Partido Comunista Revolucionario*, os escritos de Mao-Tse-Tung, e os artigos e documentos que intercambiaram o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista Chinês, no meio da polêmica sino-soviética. Como o eixo do trabalho foi colocado nos fundamentos das rupturas e a identificação com o maoísmo, achamos que o uso dos documentos partidários nos permite alcançar o objetivo. Sabemos que, isolados, eles dificilmente refletem nitidamente a luta das correntes internas da organização. Para isso (objetivo que escapa

---

<sup>6</sup> VILAR, Pierre, *Pensar Historicamente*, Crítica, Barcelona, 1997.

ao presente trabalho) deveriam ser incluídas entrevistas com os protagonistas e informantes-chave, e também analisar mais detalhadamente o acionar nos processos nos quais se envolveram, a estrutura do partido, as áreas de influência de cada quadro político, e ler as disputas existentes também nas ordens que cada um dava e suas publicações. Esclarecemos isso porque, por momentos poderia parecer que consideramos o partido como uma unidade monolítica, proposta à qual estamos longe de dar crédito.

Os documentos provieram de três tipos de fontes: vários dos documentos – os partidários e material de imprensa – da VC e do PCR – foram obtidos no CeDInCI (*Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina*); internet e arquivos digitais como o do PCR do Uruguai e o Arquivo digital do Sindicato de Trabalhadores de Concord (SITRAC), que contém documentação relevante (o primeiro sobre o debate sino-soviético e o segundo sobre a VC); por último, vários dos documentos partidários estão editados e tenho cópia pessoal de alguns deles. Outro acervo fundamental, foi a biblioteca da Universidade de Harvard (consultado e facilitado pelo meu orientador), de onde consegui alguns dos escritos do PCUS ou de autores afins às posições daqueles. Consultamos também o Arquivo da DIPBA (*Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*); porém só usamos esses Informes em nota a rodapé para complementar a informação quando aparecem dados que discutem com outros, ou para adicionar uma fonte de informação sobre dados já fornecidos.

As traduções foram feitas do espanhol, tentando respeitar ao máximo o sentido que as organizações procuraram dar aos conceitos utilizados.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Nesse sentido, Ignacio Paco Taibo II escreveu que “[éramos] uma espécie em extinção de partidários de religiões escuras, que mesmo podíamos nos bater discutindo as variantes do lugar de uma vírgula nos manuscritos do mar morto, do que devorarmos nas inacabáveis lutas internas que se realizavam sem uma sociedade de espetadores.” PACO Ignacio TAIBO II, 68, Ed. Planeta, México, 1991, pp 21-22. Por outro

## 2. Argentina nos anos 1960

A década de 1960 tem se constituído como campo de estudo por todo o mundo pelas mudanças radicais que aconteceram nesse período e pela significância que teve em relação ao período que lhe é anterior e os tempos que sucederam. Essa década foi cenário de novos conhecimentos, de um grande desenvolvimento tecnológico e de um novo salto na circulação da informação – fatores que contribuíram para a crítica das certezas vigentes. A aparição em cena de identidades, até então inexistentes, como os hippies, ou subsumidas, como as mulheres e os negros, potencializou-se com os movimentos contra a Guerra do Vietnã, conflito que debilitou politicamente os Estados Unidos da América – ao demonstrar que não eram invencíveis.

Além disso, após a Segunda Guerra Mundial já vinham se desenvolvendo lutas anticoloniais e de libertação nacional e social que expressaram a emergência do Terceiro Mundo. Essas experiências, que, no marco da Guerra Fria se inscreveram de fato do lado do bloco soviético, (re)abriram novos debates na esquerda sobre as formas, os caminhos e o conteúdo das revoluções. Para os estudos da América Latina em particular, resulta essencial a abordagem do triunfo da Revolução Cubana em 1959, que demonstrava que “o socialismo também podia falar em espanhol”<sup>8</sup>.

Uma parte desses debates foi impulsionada pelos levantes de Praga e Polônia e também pela polêmica entre o PCCh (Partido Comunista da China) e o PCUS (Partido Comunista da União Soviética), que resultou na ruptura da relação entre estes. As críticas, junto com a “revolução cultural proletária” da China, também influíram na orientação de intelectuais, partidos e organizações do momento.

---

lado, com respeito aos documentos estrangeiros (como por exemplo, os do debate sino-soviético ou os escritos do Mao-Tse-Tung), priorizaremos o uso de traduções oficiais como “Ediciones Lenguas Extranjeras” e “Editorial Progreso”, no caso de existirem.

<sup>8</sup> TORTTI, María Cristina, *El “viejo” partido socialista y los orígenes de la “nueva” izquierda*, Prometeo, Buenos Aires, 2009; ASTARAZ, Kepa, *Cuba y la Nueva Izquierda: una relación que marcó los años 60*, Capital Intelectual, Buenos Aires, 2011; HILB, Claudia e SLUTZKY, Daniel, Ob Cit.

Maio de 1968, se se quer, é uma condensação de várias das tendências presentes; e marcou novidades no campo do rol dos intelectuais e da potencialidade da unidade entre operários e estudantes, que depois se reproduz em várias partes do mundo. No entanto, a síntese mais bela e grandiosa daquele ano foi feita pelo autor Paco Ignacio Taibo II, que escreveu que “o 68 (...) produz gasolina épica para alimentar vinte anos de resistências”.<sup>9</sup> Embora ele o tenha escrito sobre o México, é algo válido para o mundo todo. O acontecido em Paris, na Sorbonne, em Nanterre, em Columbia, em Tlatelolco, em Praga, não foram exclusivamente fatos parisienses, norte-americanos, mexicanos ou tchecoslovacos. Marcaram uma geração. Se tomarmos o conceito de “ano histórico” formulado por Ricardo Ribeira<sup>10</sup>, o mesmo poderia se dizer do “Che Guevara” e seu assassinato; e a Conferência Episcopal de Medellín, entre outros.

Todos os acontecimentos e mudanças impactaram fortemente no curso histórico. Igual a como no resto do mundo, na Argentina alguns autores têm dado conta do conjunto de mudanças em estudos mais amplos, enquanto outros pesquisaram unicamente alguma temática específica.

Neste capítulo, procuramos apresentar os problemas da história argentina no período trabalhado, com o duplo propósito de repor, por um lado, as condições do país no momento da junção com a corrente política maoista e, por outro, colocar elementos, fatos, etc, que achamos determinantes nas escolhas, e a ação dos partidos que apresentaremos.

---

<sup>9</sup> Do espanhol, “ El 68 (...) produjo gasolina épica para alimentar veinte años de resistencias”. PACO Ignacio TAIBO II, *Ob Cit.*

<sup>10</sup> O autor, a exemplo do que feito por Eric Hobsbawm com o “século XX curto” e o “século XX longo”, considera que o ano 1968 abrange desde fins do ano 1967 até inícios de 1969 RIBERA Ricardo “El año histórico de 1968. Diez acontecimientos que cambiaron el mundo”. In: *Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, N°. 104, 2005, págs. 241-268

## 2.1 1955-1976: a intensificação da luta de classes e a disputa pelo poder<sup>11</sup>

No período 1951-52, ficaram expostos os limites da política econômica levada a cabo pelo nacionalismo burguês, posto que ainda era predominante a indústria de substituição de importações de bens de consumo, dependente de insumos e maquinário estrangeiros. As divisas necessárias para a compra destes provinham das exportações agropecuárias e, embora o Estado captasse parte da renda através do *Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio* (IAPI), a produção ainda estava condicionada pela propriedade latifundiária da terra e, portanto, pelos interesses de um punhado de proprietários desta. Dessa maneira, a possibilidade de levar a cabo um desenvolvimento independente, tanto econômica quanto politicamente, se viu profundamente limitada pela continuidade das estruturas dependentes na Argentina<sup>12</sup>.

Frente a essa situação, o governo peronista começou a retroceder no terreno agrário, e iniciou uma tímida abertura de mercados, ao mesmo tempo que convocava o Congresso da Produtividade, buscando sustentar a taxa de lucro para assim evitar uma crise maior. Mas o golpe de Estado que inaugurou a “Revolução Libertadora” (1955) evidenciou a necessidade, por parte das classes dominantes, de dar uma guinada mais radical: a liquidação do IAPI, a incorporação da Argentina ao FMI e a abertura generalizada do mercado e do comércio internacional.

O processo de industrialização substitutiva durante o peronismo havia

---

<sup>11</sup>Alguns aspectos deste período temos publicado em RUPAR Brenda, “Acumulación y radicalización obrera: Industrialización dependiente, concentración monopolista y conflicto social en el marco de la “Revolución Argentina”. Em: GALAFASSI, Guido (comp.), *Apuntes de acumulación. Capital, Estado, procesos socio-históricos de (re)producción y conflictividad social*, Theomai Libros. Ediciones Extramuros, Quilmes, 2014 e NASSIF, Silvia y RUPAR, Brenda. “Aproximación a las luchas de la clase obrera de fines de los '60 e inicios de los '70”. Em: *Momentos y aspectos de la lucha política y sindical de la clase obrera argentina* Ed La Marea (no prelo).

<sup>12</sup>CIMILLO, Elsa et al: *Acumulación y centralización del capital en la industria argentina*, Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1973; RAPOPORT, Mario y SPIGUEL, Claudio, “*Política exterior Argentina. Poder y conflictos internos (1880-2001)*”, Claves para todos, Capital Intelectual, 2005, cap 4; CIAFARDINI, Horacio: *Crisis, inflación y desindustrialización en la Argentina dependiente*, Buenos Aires, Ed Ágora, 1990, pp 47-52.

fortalecido o empresariado vinculado à indústria nacional, ao mesmo tempo que havia favorecido o crescimento da classe operária. O movimento sindical havia adquirido um grande peso político, posto que Perón – que contava com o respaldo da grande maioria dos trabalhadores – se apoiava nas estruturas sindicais de maneira que pudesse influenciar na organização do movimento operário. Em virtude disso, todas as tentativas de flexibilizar, ou, diretamente, varrer algumas conquistas dos trabalhadores do período imediatamente anterior, se defrontaram diante de um grande desenvolvimento da organização operária (de maioria peronista, mas não unicamente) que foram radicalizando-se conjuntamente com o passar dos anos<sup>13</sup>.

No decorrer da chamada “Resistência Peronista”<sup>14</sup>, os sindicatos operários dominaram o cenário, representando o movimento peronista que se encontrava proscrito e perseguido durante o exílio de Perón. Como assinala Alejandro Schneider, entre 1955 e 1973 o movimento operário desempenhou um papel de guia na sociedade: “Isso se expressou em uma crescente presença em numerosos âmbitos de discussão e decisão. Segundo todos os estudos sobre a época, a classe trabalhadora, a partir de 1955, reivindicou uma importância determinante não somente sem nenhum apoio

---

<sup>13</sup> Sobre a relação sindicatos/movimento operário/peronismo existe uma vasta bibliografia e ainda transcorrem os debates historiográficos. Debatem-se não só os vínculos sob o peronismo, senão também como aquilo influenciou nos governos posteriores e até mesmo quais foram as mudanças e as continuidades. Para abordá-los remetemos não só aos clássicos JAMES, Daniel, *Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2005; TORRE, Juan Carlos, *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*, Siglo veintiuno, Buenos Aires, 2012; MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo. Siglo XXI*, Bs As, 2011, mas também a estudos recente que têm colocado novas questões. Entre outros: SCHNEIDER, Alejandro. *Los compañeros. Trabajadores, Izquierda y Peronismo 1955-1973*, Buenos Aires, Imago Mundi, 2006; BASUALDO, Victoria. “Los delegados y las comisiones internas en la historia Argentina: 1943-2007”, em AZPIAZU, Daniel, SCHORR, Martín e BASUALDO, Victoria, *La industria y el sindicalismo de base en la Argentina*, Buenos Aires, Cara o Ceca, 2010; SCHIAVI, Marcos. *El poder sindical en la Argentina peronista (1946-1955)*, Imago Mundi, Bs As, 2013

<sup>14</sup> Pode-se identificar dois momentos na Resistência: um mais espontâneo e outro mais organizado. Devemos apontar, ao mesmo tempo, que de jeito nenhum foi um movimento homogêneo e que, de identidade estreitamente vinculada a Perón nos inícios, depois apresentaria alguns dirigentes atuando por conta própria e outros que foram se afastando do peronismo pela esquerda. Ao mesmo tempo, segundo Marcos Schiavi, embora o início da Resistência seja datado em 1955, esta tinha já começado. SCHIAVI, Marcos. *La resistencia antes de la resistencia. la huelga metalúrgica y las luchas obreras en 1954*. Buenos Aires, editorial El Colectivo, 2008

governamental, assim como em aberta oposição às diferentes gestões presidenciais”<sup>15</sup>.

A situação internacional também havia se transformado. Se depois da Segunda Guerra os Estados Unidos haviam aproveitado para afirmar-se como principal potência capitalista, através de grandes investimentos no Japão e na Europa, até meados dos anos 1950 as burguesias europeias já haviam ganhado autonomia suficiente, passando a uma nova situação de concorrência econômica. Por isso – e pela necessidade de reafirmar suas posições na América Latina –, os Estados Unidos ampliaram ali sua presença, propondo um caminho de “modernização” por intermédio dos investimentos que fariam. Assim, no período 1958-1964, 70% dos investimentos estrangeiros na Argentina foram de origem norte-americana<sup>16</sup>. Contudo, seria incompleta a análise se não levássemos em conta que no marco da Guerra Fria, esse caminho buscava encontrar certos movimentos revolucionários para evitar que os países oprimidos ou em crise estreitassem laços com a URSS<sup>17</sup>. Na América Latina, tal situação se tornou mais acirrada sobretudo quando tomou forma a Revolução Cubana.

O governo desenvolvimentista de Arturo Frondizi (1958-1962) tentou conciliar o avanço dos investimentos estrangeiros com a integração de uma parte do movimento operário. Mas o não cumprimento do programa de nacionalização do petróleo com o qual havia conseguido o apoio – e os votos – de Perón, somado à crescente intensificação dos ritmos de produção, que estavam em aberta contradição com os interesses da classe trabalhadora, resultaram rapidamente em conflito. A ocupação do Frigorífico “Lisandro de la Torre”, contra sua privatização, as greves metalúrgicas e ferroviárias, entre outras, tiveram como resposta a perseguição e a implementação do Plano CONINTES (*Plan de Comoción Interna del Estado*), que processou a mais de 3.500 militantes.

---

<sup>15</sup> SCHNEIDER, Alejandro, Ob Cit p. 10

<sup>16</sup> CIMILLO, Elsa et al, Ob Cit, p 85

<sup>17</sup> Exemplo daquilo é a constituição da “Aliança para o Progresso” promovida pelos EUA

O processo econômico descrito levou à intensificação da exploração da mão de obra nos ramos mais dinâmicos da economia<sup>18</sup>, ao mesmo tempo em que gerava um aumento relativo do desemprego em outros setores da economia. Por outro lado, o processo de grandes investimentos estrangeiros, favorecido por leis de isenção de impostos, contribuiu para aprofundar a concentração monopolista.

Uma parte da burguesia nacional, inicialmente atraída pelo projeto desenvolvimentista, começou a enfrentar problemas, como a diminuição de suas bases materiais de reprodução, ao mesmo tempo que outra pequena parte sobrevivia subordinada e à sombra do capital monopolista estrangeiro e contava com o amparo do Estado. Esta passou a engrossar as camadas de uma burguesia intermediária já existente, mas que agora tinha uma origem cada vez mais local e, por outro lado, diversificava mais os vínculos com as potências, acentuando a rivalidade com as que eram hegemônicas até então.

As Forças Armadas, que acompanhavam atentamente ao governo frondizista, não receberam com agrado algumas ações do governo, como o fato de ter recebido Che Guevara ao país, o crescente conflito social e, finalmente, o triunfo dos candidatos peronistas nas eleições de 1962. Nesse contexto, Frondizi foi removido de seu cargo, sendo substituído pelo presidente do Senado José Maria Guido – já que o vice-presidente havia renunciado. Durante sua breve passagem pelo governo, outro conflito se manifestou no seio das classes dominantes: desta vez no interior das Forças Armadas, que se dividiram em “azuis” e “colorados” e se enfrentaram em dois momentos. Venceu o setor “azul” (também denominado “legalista” ou “modernista”), uma frente heterogênea entre a qual se encontravam os futuros ditadores Juan Carlos Onganía e Alejandro Lanusse.

---

<sup>18</sup> Utilizamos este conceito pra referirmos aos ramos que se expandiram sob a proteção e promoção das radicações, como por exemplo, a indústria automotriz e a petroquímica.

As novas eleições presidenciais, após o breve interregno de Guido, também foram convocadas no marco da proscrição do peronismo. O candidato triunfante foi Arturo Illía, proveniente da *Unión Cívica Radical del Pueblo* (UCRP), que se elegeu com apenas 25,15% dos votos, dado o apelo ao voto em branco impulsionado por Perón. Tal fragilidade se manifestou permanentemente nos quase três anos do governo Illía, nos quais se manifestaram conflitos operários (cuja centralidade se dá nas ocupações das fábricas em 1963 e 1964, organizadas inicialmente a partir dos sindicatos de base e logo coordenados e nacionalizados pela CGT) e o afastamento de outros setores das classes dominantes, em resposta a certas medidas de caráter nacionalista tomadas pelo presidente. Algumas delas foram: a lei de medicamentos, que afetava os interesses dos grandes laboratórios; e a anulação dos contratos petroleiros assinados sob o governo Frondizi, medida que prejudicou os monopólios estadunidenses. Somando-se à negativa em enviar tropas à República Dominicana quando da invasão norte-americana<sup>19</sup>, formou-se a base sobre a qual os opositores dentro do sistema (fazendo um uso dos meios de comunicação que inauguraram uma prática ainda vigente no país<sup>20</sup>), praticaram uma política de desgaste que aplainou o terreno para o golpe que finalmente se produziu em junho de 1966.

Ao mesmo tempo, a consolidação da Revolução Cubana e seu impacto no continente estimulava os debates no interior das organizações políticas e encorajou a primeira experiência guerrilheira na Argentina: a do *Ejército Guerrillero del Pueblo* (EGP). A combinação da crise “por cima” e “por baixo” acabou com essa nova

---

<sup>19</sup> Em abril de 1965, os EUA invadiram a República Dominicana, reivindicando que o faziam com o objetivo de evitar um novo governo comunista na região. Depois da invasão, conseguiram que a OEA convocasse à conformação de uma Força Interamericana de Paz (FAP), para acompanhar aos *marines* americanos. A Argentina não enviou tropas.

<sup>20</sup> A caracterização do presidente como uma tartaruga nas páginas de jornais como *La Razón* e na revista semanal *Primera Plana* consolidou um novo papel para os meios de comunicação de massa em relação à opinião pública. SELSER, Gregorio, *El Onganiato*, Tomos I y II, Buenos Aires, Carlos Samonta Editor, 1973. Ver também MAZZEI, Daniel, *Los medios de comunicación y el golpismo. La caída de Illia 1966*, Buenos Aires, Grupo Editor Universitarios, 1997.

experiência presidida por Arturo Illía<sup>21</sup>. Desse modo, não só o Golpe não foi uma surpresa, como muitos nutriam expectativas de que acontecesse.

Na queda do governo Illía, no contexto da Doutrina de Segurança Nacional impulsionada pelos EEUU, ficou clara a preocupação de diversos setores das classes dominantes para que se desse cabo da crise instalada em 1955.

À diferença de como ocorrera em golpes anteriores, Onganía não se propôs prazos, mas sim cumprir com uma série de objetivos traçados, vinculados à criação de condições de “ordem e estabilidade”, que permitissem a acumulação de capital na Argentina (apesar de não ser esse o objetivo declarado). Nesse sentido, estabeleceu “três tempos”. O primeiro deles, o “tempo econômico”, consistia em modernizar e tornar eficiente a economia de acordo com seus parâmetros: racionalidade, produtividade e competitividade. Depois, começaria o “tempo social”, no qual seriam distribuídas as riquezas obtidas. Apenas depois daquilo e resolvido o problema do peronismo, seriam dados os prazos para o “tempo político”, através da convocação de eleições.

A autodenominada “Revolução Argentina” (1966-1973) reuniu setores heterogêneos com o propósito de atingir uma “modernização”, para o qual deveriam quebrar não apenas a resistência dos trabalhadores em geral, como também a “ameaça comunista” em particular. Assim, ao conjunto de medidas econômicas antipopulares que assinalaram o período, soma-se a perseguição, intervenção e o aprisionamento de espaços e pessoas considerados potencialmente subversivos. Junto com a destruição de milhares de empregos nos engenhos de açúcar em Tucumán<sup>22</sup>, a universidade foi uma das primeiras a sofrer os danos do Onganiato: em 29 de julho de 1966 a polícia invadiu

---

<sup>21</sup> Sobre as distintas interpretações do golpe de 1966, remetemos a MAZZEI, Daniel, *Bajo el poder de la caballería. El Ejército argentino (1962- 1973)*, Buenos Aires, Eudeba, 2012, p. 194 ; ROUQUIÉ, Alain, *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Tomo II 1943/1973, Buenos Aires, EMECE, 1982, p. 240; SMULOVITZ, Catalina, “La eficacia como crítica y utopía. Notas sobre la caída de Illia”. Em: *Desarrollo Económico*, vol. 33, Nº 131, 1993, p. 26; SCHNEIDER, Alejandro, Ob Cit, p. 255

<sup>22</sup> Para aprofundar, remetemos a NASSIF, Silvia. *Tucumanazos. Una huella histórica de luchas populares 1969-1972*. Tucumán, Instituto de Investigaciones Históricas” Dr. Ramón Leoni Pinto”, FFyL- UNT, 2012

cinco faculdades da *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e reprimiu estudantes, professores e graduados que a ocupavam em protesto pela intervenção militar<sup>23</sup>. Em 7 de setembro de 1966 a *Federación Universitaria Argentina* (FUA) convocou uma paralisação universitária nacional, durante a qual foi assassinado em Córdoba o trabalhador e estudante de Engenharia Santiago Pampillón, de 24 anos.

No movimento operário, o “Plano de Estabilização e Desenvolvimento” lançado pelo recém-empossado Ministro da Economia, Adalberto Krieger Vasena, foi endurecendo as condições de vida, voltando contingentes cada vez maiores contra a ditadura. As primeiras medidas consistiram no congelamento salarial, na desvalorização da moeda em 40%, e em uma maior liberalização do comércio exterior e do câmbio, que se somavam à já vigente lei de arbitragem obrigatória<sup>24</sup>. Além disso, as mudanças nos ritmos e técnicas de produção, facilitadas pela eliminação do direito à greve e à intervenção dos sindicatos que se opunham, fizeram com que a CGT e os sindicatos fossem se manifestando contrariamente ao governo.

O “eficientismo” pretendido buscou aumentar a produção, reduzir os gastos públicos e “desenvolver” certas áreas privilegiadas através do capital monopolista estrangeiro. Tudo isso significou desemprego, superexploração de grande parte dos trabalhadores e pauperização da população em geral. Diante de tal cenário, haviam líderes sindicais “colaboracionistas”, que permitiram que se aplicassem as medidas anunciadas. O peronismo sindicalista, uma vez ausente Perón, que havia conclamado a *desensillar hasta que aclare* (ou seja, em tempos conturbados, “tirar a sela do cavalo” até que as coisas clareiem, acalmem), se dividiu. Uma parte, alinhada em torno da figura de Augusto Timoteo Vandor, se viu seduzida pela possibilidade de negociar com a

---

<sup>23</sup> Desde a Reforma Universitária de 1918 as universidades nacionais gozavam de autonomia em relação ao Poder Executivo (e também à Igreja, até então).

<sup>24</sup> BALVÉ, Beba, MARÍN, Juan Carlos y MURMIS, Miguel, *Lucha de calles, lucha de clases Elementos para su análisis*, Ediciones La Rosa Blindada, Buenos Aires 1973; RAPOPORT, Mario, *Historia Económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*, Emecé, Buenos Aires, 2009

ditadura e fazer um “peronismo sem Perón”. Porém, conforme avançava o plano “racionalizador” da ditadura, cada vez mais avançavam a mobilização e a radicalização, o que foi, por sua vez, empurrando as direções sindicais à posições de enfrentamento; outros sindicatos acabariam sendo superados pela insatisfação de suas próprias bases.

Até outubro de 1966, os trabalhadores portuários e ferroviários se juntam também aos protestos e a CGT convoca a primeira paralisação nacional para o dia 14 de dezembro. Logo, com relação a este evento, algumas associações em conflito propuseram aprofundar o plano de luta, mas isso não foi adiante. Esses protestos são constituídos em um período de *recolhimento* geral, que só começa a se revertido em 1968, com outra paralisação nacional da FUA, com a greve petroleira e a criação da *CGT de los Argentinos*<sup>25</sup> – mas que verificaria definitivamente uma reviravolta em 1969, com o início do auge dos protestos que se estenderiam até, pelo menos, 1973<sup>26</sup>.

Em 15 de março de 1969, em Corrientes, foi assassinado o estudante Juan José Cabral. A mobilização em que participava havia sido convocada contra o aumento dos preços e a privatização dos restaurantes estudantis; sua morte desatou a ira dos estudantes e também a solidariedade de vários setores populares, em diferentes partes do país. No decorrer dos protestos em repúdio pelo assassinato de Cabral, houve dois novos assassinatos na cidade de Rosário: do estudante Adolfo Bello e do trabalhador e estudante Norberto Blanco.

Maior de 1969 foi um mês agitado na Argentina, porque se condensaram muitas das tendências anteriores, produzindo-se um salto qualitativo na confrontação sindical e política, vinculado ao processo de oposição de distintos setores populares às medidas

---

<sup>25</sup> A *CGT de los Argentinos* se formou em março de 1968, fruto da ruptura de um congresso “normalizador” da CGT. Nela convergiram distintos setores, desde líderes sindicais até correntes mais combativas, que foram as que lhe imprimiram seu caráter. De todas as maneiras, o governo não reconheceu a nenhuma das duas centrais.

<sup>26</sup> NASSIF, Silvia e RUPAR, Brenda, Ob Cit. A data do fim do auge é uma polêmica, porque bem poderia ser estendido até 1976.. O certo é que as eleições de 1973 foram um ponto de inflexão no período apresentado e que marcam o fim da quinta ditadura argentina.

do Onganiato. O ápice dos protestos teve lugar na província de Córdoba, em que se produziu um levante com características pré-insurrecionais e que passou à literatura e à história sendo conhecido como *Cordobazo*<sup>27</sup>.

Um dos fenômenos observáveis a partir de então foi o ressurgimento de uma corrente que, a partir de reivindicações imediatas dos trabalhadores das fábricas, estes encabeçaram uma luta por melhoras concretas de suas condições, passando à frente, inclusive, dos líderes que estavam nas direções sindicais. Ademais, deram impulso à formas de participação mais democráticas. Se conformavam em torno de um programa “antiburocrático, antiditatorial (Onganía) e antipatronal”<sup>28</sup>, disputado por distintas correntes políticas.

Mas o que distingue o período é que começa a se colocar o papel da classe trabalhadora enquanto motor de mudanças e, quando eram dirigidos por forças de esquerda, também se discutia a necessidade de que os trabalhadores estivessem à frente dos processos revolucionários. Em Córdoba, epicentro de várias das lutas do período, os dois processos mais destacados foram, por um lado, aqueles conduzidos pelos sindicatos dos Trabalhadores de Concord e Materfer (SITRAC e SITRAM) e, por outro lado, o sindicato do SMATA (Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor)<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Sobre o Cordobazo, remetemos a BRENNAN, James y GORDILLO, Mónica, *Córdoba Rebelde: el Cordobazo, el clasismo y la movilización social*, De la Campana, La Plata, 2008; BRENNAN, James: *El Cordobazo*, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1996. E, de nossa autoria, RUPAR Brenda e NASSIF Silvia. “Las formas del conflicto social en Córdoba y Tucumán: un análisis comparativo (1968-1972)”. Ponencia presentada en las *II JIICS*. UNQ, junio 2013

<sup>28</sup> ARROSAGARAY, Enrique. “Salamanca. Secretario General de los mecánicos cordobeses 1972-1974”, en *Hechos y Protagonistas de las luchas obreras argentinas*, Editorial Experiencia, 1984.

<sup>29</sup> Sobre as mencionadas experiências classistas: GORDILLO, Mónica, “Los prolegómenos del Cordobazo: los sindicatos líderes de Córdoba dentro de la estructura sindical”. Em: *Revista Desarrollo Económico*, vol. 31, Nº 122, Bs As, Julio- septiembre 1991, p 167; BRENNAN, James y GORDILLO, Mónica, Ob Cit; WERNER Ruth y AGUIRRE Facundo, *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976*, Ed. IPS, Bs. As, 2009; GORDILLO, Mónica. *Córdoba en los 60: la experiencia del sindicalismo combativo*, Córdoba, Colección de Manuales de Cátedra, 1996; FLORES, Gregorio, *Sitrac-Sitram, del Cordobazo al Clasismo*, Ediciones Magenta, 1994; DUVAL Natalia, *Los sindicatos clasistas SITRAC (1970-1971)*, CEAL, Buenos Aires, 1988; LAUFER, Rodolfo, “El clasismo en el SMATA Córdoba. Ocupaciones fabriles, democracia sindical e izquierda clasista: la toma de la matricería Perdriel, mayo de 1970”, *Estudios del Trabajo Nº 49*, ASET, Bs. As, (en prensa). Análises dos protagonistas: SALINAS, M., “Perdriel, Córdoba: Testimonio de una experiencia del movimiento obrero”, *Revista Teoría y Política S/N*, Bs. As, 1973; FIERRO, Ricardo. e REARTES, Pablo ( NdeT: nome clandestino de René

Uma segunda revolta popular cordobesa, em 1971, denominada *Viborazo*<sup>30</sup>, deu mostras disso. Nesse conflito se destacou a participação dos trabalhadores, novas direções “*classistas*” e de setores da esquerda revolucionária. Outro fenômeno que se manifestou fortemente em seguida ao Cordobazo foi a proliferação de organizações guerrilheiras ou que tivessem optado pela luta armada e que ganharam grande protagonismo na primeira metade da década de 1970<sup>31</sup>.

Diante do cenário de conflito que se manifestava nos quatro cantos do país, Lanusse (que ocupava então o terceiro turno de governo da “Revolução Argentina”, desde a saída de Levingston, com o *Viborazo*), buscou uma solução negociada com o peronismo e o radicalismo, principalmente. Para isso, impulsionou o *Gran Acuerdo Nacional* (GAN), através do qual pretendia subordinar as outras forças e coroar-se como presidente eleito. Frustrado seu intento, o acordo a que de fato se chegou foi a convocação de eleições, nas quais Perón não poderia apresentar-se como candidato. Desse modo, o peronismo toma parte na composição da FREJULI (*Frente Justicialista de Liberación*), que lançou a candidatura de Héctor Cámpora e o mote “Cámpora no governo; Perón no poder”. A ditadura garantia, assim, uma saída de cena “ordenada”.

Nesses 20 anos, com a proscricção do peronismo durante a maior parte do período, a sucessão de governos democráticos frágeis e os recorrentes golpes de Estado<sup>32</sup>, grandes grupos populares colocavam-se em crescente desconfiança do regime

---

Salamanca), “Reflexiones sobre la historia de los mecánicos de Córdoba”, *Revista Teoría y Política*, N Bs. As, 1973

<sup>30</sup> O ditador Roberto Levingston tinha colocado Camilo Uriburu como “Interventor” da província de Córdoba. Em uma festa na *Sociedad Rural Argentina*, Uriburu disse que “a sua missão era cortar a cabeça da “víbora cordobesa””, referindo-se às organizações sindicais democráticas e combativas. Por isso, o levantamento, que teve uma grande participação operária, foi chamado de *viborazo*.

<sup>31</sup> O Coletivo *El Topo Blindado* (Centro de documentação sobre Organizações Político-Militares) reconhece umas 30 OPM, divididas em três tipos: *frentistas*, *marxistas* e *peronistas*. Pode-se acessar à lista completa, com uma breve resenha de cada uma, no site: <[www.eltopoblindado.com](http://www.eltopoblindado.com)>.

<sup>32</sup> Desde o Golpe de 1943 ao governo de Perón em 1955, teve-se: a ditadura da “Revolução Libertadora” (1955-1958 com dois chefes de Estado; primeiro Lonardi e depois Aramburu); governo de Arturo Frondizi (1958-1962); deposição de Frondizi e governo de Guido (1962); governo de Arturo Illia (1963-66); golpe da “Revolução Argentina” (1966-1973), com três períodos: Onganía, Levingston e Lanusse;

parlamentar. Paralelamente, o povo se radicalizava tanto em suas demandas como na defesa de direitos conquistados nos anos anteriores (principalmente sob o governo de Juan Domingo Perón). Podemos observar enfrentamentos permanentes nesse período, com um salto qualitativo a partir de 1969<sup>33</sup>. A maioria das organizações, nesse espaço de tempo (e não somente as de esquerda, já que a radicalização foi um processo que atravessou diferentes instituições – inclusive uma fração no interior da Igreja Católica), apelou à ação direta para conseguir alguma coisa ou defender-se. “Pegar em armas” significava para alguns o caminho para o regresso de Perón ao governo e, para outros, o início da revolução – sobre a qual também tinham desacordos.

A convocação de eleições e a possibilidade concreta de que Perón retornasse ao país dividiu novamente as identidades políticas daqueles que, juntos, vinham enfrentando a ditadura. Dentro das forças de esquerda (re)colocou-se o problema de como tratar o peronismo neste novo cenário. Em geral, tendem a apelar pelo voto em branco, mas também houve discussões, no interior de cada uma dessas forças, sobre a possibilidade de integrar-se à FREJULI ou pedir voto para a legenda. Finalmente, Cámpora ganhou as eleições com 49,5% dos votos. A partir daí abre-se um novo momento na cena política, que durou apenas três anos, contudo muito intensos quanto aos acontecimentos políticos.

Por um lado, o breve governo de Cámpora assistiu a três grandes momentos: um deles foi a libertação de presos políticos da ditadura que o antecedeu, no que ficou conhecido como *devotazo*; outra foi o aparecimento de um “pacto social” em acordo com a CGT e a CGE pelo qual ganharam força medidas como o congelamento de

---

governo de Héctor Cámpora (1973) e governo de J. Domingo Perón (1973-1974); governo de Isabel Martínez de Perón (1974-1976); golpe de Estado em 1976 e ditadura até 1983.

<sup>33</sup> Existe uma vasta bibliografia sobre isso. Entre outros, recomendamos BALVE et al, ob cit; BRENNAN, James, Ob Cit; BRENNAN, James e GORDILLO Mónica, Ob Cit; NASSIF, Silvia, Ob Cit; SCHNEIDER, Alejandro, Ob Cit.; TORTTI, María Cristina, 2009, Ob Cit.; WERNER, Ruth e AGUIRRE, Facundo, Ob Cit.

preços e a suspensão das negociações pelo aumento de salários, em um espaço de dois anos; terceiro, o regresso de Perón ao país, posto que finalmente seriam convocadas eleições sem proscricões. A enorme mobilização popular que se dirigiu ao aeroporto de Ezeiza resultou em um massacre, resultante da luta interna entre os diversos setores do peronismo.

A fórmula “Perón-Perón” se impôs com mais de 61% dos votos. Mas a Argentina de 1973 não era a mesma de 1955, e o triunfo de Perón não significou a unidade do movimento peronista. Dois dias depois, José Ignacio Rucci (secretário da CGT e próximo a Perón) foi assassinado pelos *Montoneros*, um dos grupos guerrilheiros com origem na juventude peronista. Precisamente, o enfrentamento destes setores que expressavam a “Nova Esquerda” com o líder que buscava voltar a tomar o controle – a partir de medidas que cerceavam espaços que aqueles setores controlavam ou sobre os quais tinham certa autonomia<sup>34</sup> –, teve seu ponto de inflexão e ruptura no ato do 1º de maio de 1974, quando diante do tumulto desses setores durante seu discurso, Perón os “insultou” e as colunas *montoneras* se retiraram da Plaza de Mayo.

Ainda que se desconheça a data exata de sua criação, a partir da segunda metade de 1973 entrou em cena a *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), organização paramilitar impulsionada por setores da direita peronista e que ganhou protagonismo no triênio 1973-1976 devido ao assassinato de inúmeros artistas, militantes, intelectuais, políticos e sindicalistas.

Em meio ao fracasso do “pacto social” e o aumento da perseguição e da repressão, Perón falece em 1º de julho de 1974. O governo foi assumido pela vice-

---

<sup>34</sup> Neste período foram tomadas várias medidas, como nova “*Lei de Associações profissionais*” que favoreceu o enquadramento do sindicalismo peronista e o modelo centralizado de sindicato, fortalecendo as direções sindicais; a “*Lei de Reforma do Código Penal*”, que implicava em fortes sanções àqueles que quebrassem a “tranquilidade pública”; o pedido de renúncia do reitor da UBA, Rodolfo Puiggrós; ou a complacência do governo com o golpe policial que depôs as autoridades constitucionais da província de Córdoba, o chamado *Navarrazo* del 28 de fevereiro de 1974, entre outros. A isso se somou a criação da *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), força paramilitar responsável pelo assassinato de centenas de dirigentes sindicais e militantes.

presidente María Estela Martínez de Perón, sua esposa, que, frente a uma nova onda de conflitos decretou o estado de sítio. Como consequência do colapso do pacto social, Celestino Rodrigo, ministro da economia, lançou um plano econômico que, por conta de sua virulência para com os setores populares, foi chamado de *Rodrigazo*<sup>35</sup>.

Diante dessas medidas, numerosas organizações passaram a atuar na clandestinidade, retomando a luta armada. A partir de então, o enfrentamento e a repressão (legal e ilegal) recrudesceram. Na oposição ao governo de Isabel<sup>36</sup> confluíam setores de esquerda que combatiam por uma saída revolucionária para a crise política e setores que trabalhavam, uma vez mais na história argentina, para instalar a “necessidade” e o clima propícios a um golpe de Estado. Depois de uma fracassada tentativa de golpe, em dezembro de 1975, no dia 24 de março de 1976 a Junta de Comandantes das Forças Armadas inaugurou a sexta e mais sangrenta ditadura na Argentina.

## 2.2 Alguns debates e interpretações do período

Alguns autores têm analisado o período, principalmente a partir de sua complexidade política, e deixaram na historiografia posterior vários conceitos ou ideias iniludíveis nos trabalhos mais recentes<sup>37</sup>. Principalmente duas foram as que se instalaram como principais marcos conceituais para caracterizar a política da etapa: por um lado, o desenvolvimento teórico do cientista político argentino Guillermo O'Donnell<sup>38</sup>, que partindo de um enfoque weberiano estudou o tipo de regime político

---

<sup>35</sup> Um aumento de 100% nas tarifas dos serviços públicos e preços dos combustíveis, acompanhado de uma desvalorização do peso de mais de 150%.

<sup>36</sup> Apelido de María Estela Martínez de Perón.

<sup>37</sup> O'DONNELL, Guillermo. *El Estado Burocrático Autoritario, 1966-1973. Triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982; ; PORTANTIERO, Juan Carlos, “Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973”, *Revista mexicana de sociología*, méx, Vol XXXIX N2, abr-jun, 1977; DE RIZ, Liliana, *La política en suspenso: 1966-1976*, Paidós, Buenos Aires, 2000; CAVAROZZI, Marcelo, *Autoritarismo y democracia*, CEAL, Buenos Aires, 1983; ; PUCCIARELLI, Alfredo, “Dilemas irresueltos en la historia reciente de la sociedad argentina”. Em: *Revista Taller*, N° 5, Buenos Aires, 1997

<sup>38</sup> Utilizamos O'DONNELL, Guillermo. *Ob Cit.* Porém, o autor tem se aproximado desde antes da última

da *Revolución Argentina* (1966-1973) e o chamou de Estado Burocrático Autoritário (EBA). O EBA teria se conformado como resposta ao permanente confronto entre os atores sociais da produção capitalista, que colocava em risco a reprodução do Capital. Porém, o intento de mediar e de controlar os comportamentos só teria durado até 1969, quando as mobilizações populares determinaram o seu fracasso. Por outro lado, o sociólogo Juan Carlos Portantiero<sup>39</sup>, que até hoje é lido conjuntamente com o autor anterior, denominou “empate hegemônico” à crise política vivida nesse período. O “empate” seria a expressão da impossibilidade tanto da burguesia agrária pampeana como da burguesia industrialista em construir legitimidade em torno de seu projeto político. O texto permite pensar nas divisões no interior das classes dominantes, mas o nível da crise “por cima” resulta insuficiente para explicar o conflito. Na mesma linha de pesquisa encontram-se outras análises que posteriormente enriqueceram e tornaram mais complexas essas interpretações iniciais<sup>40</sup>.

Outros autores concentraram-se fundamentalmente nas mudanças econômicas do período, tomando como início o desenvolvimentismo e o ingresso massivo de capital estrangeiro e os efeitos que tiveram na economia argentina, intensificando a dependência e complexificando a estrutura de classes (e conseqüentemente das atitudes políticas). Exemplo desse tipo de análise são os trabalhos de Horacio Cifardini e a obra coletiva de Elsa Cimillo *et al.*<sup>41</sup>

Uma análise mais abrangente, que entrecruza os fatores econômicos com os políticos para explicar a crise de governabilidade que se observa no período, está presente na obra de Mario Rapoport<sup>42</sup>, sejam estes individuais ou em colaboração. O

---

ditadura argentina (1976-1983) à temática.

<sup>39</sup> PORTANTIERO J, C. *Ob Cit.* O autor, reconhecido pesquisador da obra do Gramsci, olha justamente na possibilidade e nos limites da construção de hegemonia.

<sup>40</sup> Entre outros: DE RIZ, Liliana, *Ob Cit.*; CAVAROZZI, Marcelo, *Ob Cit.*; PUCCIARELLI, Alfredo, *Ob Cit.*

<sup>41</sup> CIAFARDINI, Horacio: *Ob Cit.*; CIMILLO, Elsa et al: *Ob Cit.*

<sup>42</sup> Usaremos principalmente RAPOPORT, Mario, *Ob Cit.*

uso do conceito de “pêndulo político”<sup>43</sup> permite explicar o conflito incluindo tanto a luta de classes como a luta superestrutural, que a sua vez estaria vinculada (em distintos níveis) com os diferentes alinhamentos internacionais.

Como parte do fenômeno das mudanças gerais e da crise política argentina, constatamos que o período 1955-1966/68 é caracterizado por uma extraordinária quantidade de rupturas e conformação de novos grupos culturais, organizações e partidos políticos<sup>44</sup>, situação que teria se intensificado a partir do *Cordobazo*, em 1969.<sup>45</sup> Sobre a década de 1960 têm sido estudadas as mudanças políticas e ideológicas fundamentalmente através das rupturas produzidas no campo intelectual<sup>46</sup>. Todavia, os estudos a partir do *Cordobazo* concentram-se em duas problemáticas, que são as organizações guerrilheiras (sua conformação, acionar, impacto e contradições)<sup>47</sup> e as lutas da classe operária e os debates sobre novas lideranças, formas de luta e programas políticos no próprio movimento.<sup>48</sup>

O peronismo como problema de estudo (que tem se constituído como uma especificidade) aparece ao longo deste período através de outras problemáticas, como os sindicatos, o movimento operário, as organizações armadas, a radicalização, etc. Os trabalhos pesquisaram tanto sobre o acionar dos peronistas, como a multiplicidade de

---

<sup>43</sup> RAPOPORT, Mario y SPIGUEL, Claudio, Ob Cit

<sup>44</sup> HILB, Claudia y SLUTZKY, Daniel, Ob Cit, p 18

<sup>45</sup> WEISZ, Eduardo, “El PRT-ERP: Nueva Izquierda e Izquierda Tradicional”. Em: *Estudios críticos sobre Historia Reciente, Los '60 y '70 en Argentina*, Parte I, Centro Cultural de la Cooperación, Buenos Aires, 2004; POZZI, Pablo e SCHNEIDER, Alejandro, Ob Cit

<sup>46</sup> TERÁN, Oscar, *Nuestros años sesentas: La formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina 1955-1966*, Punto Sur, Buenos Aires, 1991; GILMAN, Claudia, *Entre la pluma y el fusil. Dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Siglo XXI, Buenos Aires, 2003; SIGAL, Silvia, *Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta*. Siglo XXI de Argentina, Buenos Aires, 2002.; ALTAMIRANO, Carlos, *Bajo el signo de las masas (1943-1973)*, Ariel, Buenos Aires, 2001; KOHAN, Néstor (comp.), *La Rosa Blindada, una pasión de los '60*, Editorial La Rosa Blindada, Buenos Aires, 1999.

<sup>47</sup> Entre outros: CARNOVALE, Vera, *Los combatientes. Historia del PRT-ERP*, Siglo XXI, Buenos Aires, 2011; OLLIER, María Matilde, *El fenómeno insurreccional y la cultura política*, CEAL, Buenos Aires, 1986; OLLIER, María Matilde, *Orden, poder y violencia*, CEAL, Buenos Aires, 1989; POZZI, Pablo, *Por las sendas argentinas. El PRT-ERP: la guerrilla marxista*, Eudeba, Buenos Aires, 2001; ROT, Gabriel, *Los orígenes perdidos de la guerrilla en Argentina. La historia de Jorge Ricardo Masetti y el Ejército Guerrillero del Pueblo*, El Cielo por Asalto, Buenos Aires, 2000; WEISZ, Eduardo, Ob Cit

<sup>48</sup> BRENNAN, James y GORDILLO, Mónica, Ob Cit ; DUVAL Natalia, Ob Cit; GORDILLO, Mónica, (1999), Ob Cit

identidades que se manifestaram dentro do movimento peronista.<sup>49</sup>

Já para a análise da década de 1970 (sobretudo o triênio 1973-76) a atenção e os debates têm-se concentrado na “violência política”, e principalmente nas organizações que optaram pela luta armada.<sup>50</sup> Inicialmente, aqueles encontraram na “Teoria dos dois demônios” uma forma explicativa e justificativa da última ditadura militar. No entanto, junto com um aprofundamento do conhecimento e pesquisa sobre o acontecido, nos últimos tempos foram aparecendo novas leituras, interpretações e reflexões sobre as responsabilidades<sup>51</sup>. Apesar disso, o debate não está resolvido.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> Além dos já citados sobre a Resistência Peronista e o peronismo clássico, podemos adicionar (sem citar todos): CAVAROZZI, Marcelo, “Peronismo, sindicatos y política en la Argentina (1943-1981)”. Em GONZÁLEZ CASANOVA, Pedro, (coord.), *Historia del movimiento obrero en América Latina*, México, Siglo XXI, 1984; DAWYD, Darío, *Sindicatos y política en la Argentina del Cordobazo. El peronismo entre la CGT de los Argentinos y la reorganización sindical (1968-1970)*, Buenos Aires, 2011; MELON PIRRO, Julio César, *El peronismo después del peronismo. Resistencia, sindicalismo y política luego del 55*, Argentina, Siglo Veintiuno Editores, 2009; SALAS, Ernesto, *La resistencia peronista: la toma del Frigorífico Lisandro de la Torre*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1990; SALAS, Ernesto, *Uturuncos. El origen de la guerrilla peronista*, Buenos Aires, Biblos, 2006

<sup>50</sup> SALAS, Ernesto, 2006, *Ob Cit*; ROT, Gabriel, *Ob Cit*; CARNOVALE, Vera, *Ob Cit*; POZZI, Pablo, *Ob Cit. Entre outros*. Contudo, ainda a pesquisa e os debates nesses campos não estão fechados. Por exemplo, como apontou ultimamente Gabriel Rot, no estudo das Organizações Político Militares tem ainda muito preconceito, o que impediu (entre outras coisas) estudar sua inserção no movimento operário da época. (Intervenção nas “I Jornadas de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda”, junho 2015)

<sup>51</sup> AAVV, *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad*, Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Buenos Aires, 2015

<sup>52</sup> Um texto recente (de 2013) publicado pela doutora em Ciências Sociais, Claudia Hilb, daria conta disso. Hilb não só é uma voz reconhecida nas Ciências Sociais, como também a voz de uma ex-militante da época. Naquele artigo ela retoma a ideia de Hannah Arendt de que a violência tem duas formas de se interpretar: bem pode ser *reativa*, ou bem pode se chamar de *instrumentalizada*. A primeira seria uma resposta a uma situação intolerável, onde nem a palavra nem o espaço público (quase sinônimo de política para Hannah Arendt) têm peso para resolvê-la; a segunda, pelo contrário, seria uma ação premeditada com o objetivo de ocupar um determinado lugar. Para o caso argentino, Hilb dividiu os anos 1969-1976 em duas etapas, que estariam vinculadas a esses tipos de violência: a primeira corresponderia ao período 1969-1973 e a segunda ao triênio 1973-1976. A divisão, embora não esteja explicitada, responde ao fato de que em 1973 (e depois de muitos anos sem eleições ou eleições com proscrição de candidatos) o peronismo começou seu terceiro governo e uma parte importante da sociedade foi encaminhada novamente para a institucionalidade. Achamos essa separação pouco rica na análise dos tipos de mobilização e luta porque não aprofunda nos atores e os motivos da mobilização. Também, porque com a divisão e a deslegitimação da atuação no segundo momento, acaba de alguma forma responsabilizando às organizações pelo Golpe de 1976. Ainda por cima, a maior crítica que temos para com sua teoria é a ideia da violência como *antipolítica*. Em particular, as organizações de esquerda se nutriam dos escritos marxistas sobre o Estado e a violência e, concordemos ou não com os postulados teóricos, um dos princípios que a balizam é a ideia herdada do filósofo e militar alemão Carl Von Clausewitz de que “a guerra [ou a violência, neste caso] não constitui simplesmente um ato político, mas uma verdadeira ferramenta política, uma continuação da atividade política, uma realização desta por outros meios”. Invaldar *a priori* o acionar delas, impede conhecê-las mais profundamente no desenvolvimento que tiveram. Por isso achamos conveniente fazer dialogar as concepções gerais com a própria elaboração que foram fazendo os partidos que nos propomos analisar. HILB, Claudia. *Usos del pasado. Qué hacemos hoy con los setenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

Outro campo de estudo sobre o período, que tentou abranger o conjunto de mudanças ao nível da organização e da mobilização, sobretudo a partir dos anos sessenta, é aquele chamado de “Nova Esquerda” (NE). Na atualidade historiográfica argentina sobre a época estudada, o uso da categoria (bem como ponto de partida, bem em discussão) resulta inevitável. Essa denominação tem sido utilizada por diversos autores para caracterizar as organizações de toda uma época em diferentes partes do mundo, em estrita contraposição com os Partidos Comunistas e Socialistas das décadas prévias<sup>53</sup>. No caso estritamente argentino, segundo Alfredo Pucciarelli (2004):

“(…) denominaremos por agora como 'Nova Esquerda' a esse complexo e expansivo conglomerado de forças sociais e políticas que, apesar de não ter gerado um ator político unificado, chefiou um vasto processo de protesta social, confronto ideológico e ativação política a finais da década de 1960. Um conjunto de forças que com programas que misturavam questões tais como 'libertação nacional', 'socialismo' ou 'revolução', imprimiram, na sociedade argentina os impulsos de uma nova etapa de contestação generalizada. (...) Por isso, apesar da heterogeneidade, a multiplicidade de nexos que foram se estabelecendo entre eles contribuíram a que se perceberam e foram percebidos como parte da mesma trama, a do “campo do povo”, gerando uma poderosa “sensação de ameaça” no governo e nas classes dominantes”<sup>54</sup>.

Segundo Oscar Terán (1991), desde uma interpretação mais restritiva, “Nova Esquerda” seria:

“o rótulo com o qual se chama àquela que se iniciava separando-se da esquerda tradicional ou nascia separada dela. E nos referimos como esquerda tradicional àquela conformada

---

<sup>53</sup> Achamos importante colocar que, embora guardem algum vínculo pela denominação, a Nova Esquerda Latino-americana constitui um campo específico e diferenciado da New Left.

<sup>54</sup> PUCCIARELLI, citado em WEISZ, Eduardo, *Ob Cit.*

basicamente pelos Partidos Socialista e Comunista” e que era caracterizável por “abrigar núcleos entre 'nacionalistas de esquerda ou, talvez com maior precisão, nacionalistas marxistas’”.<sup>55</sup>

Para Claudia Hilb e Daniel Slutzky, as organizações da “Nova Esquerda” argentina se definem porque:

“(…) pertencem a um mesmo período da história; nascem, na sua forma mais definida, na época que vai da revolução Cubana até pouco depois do *Cordobazo* (a década dos anos 60, daí que os denominaremos “a esquerda dos anos 60”) e o momento do seu maior crescimento quantitativo é, em geral, desde o *Cordobazo* até a renúncia de Héctor Cámpora. Com diferenças entre os grupos peronistas e os não peronistas, todos desenvolvem o tema da revolução como um acontecer próximo e prático, em particular o da luta armada, seja como prática imediata ou como futuro distante, e sobretudo como objetivo buscado.”<sup>56</sup>

Discutindo com a ideia de que a luta armada era uma característica comum a toda a NE e mudando o eixo para uma outra explicação, Cristina Tortti afirma, para o caso da Argentina, que a novidade da “Nova Esquerda” consistia basicamente “na convicção de que a articulação entre socialismo e peronismo não só era desejável se não também possível”<sup>57</sup> e que apesar das críticas ao conceito, ele ajuda a nomear esse fenômeno de mobilização e radicalização que abrangeu desde a ruptura cultural e as mobilizações espontâneas até as organizações guerrilheiras e a emergência de direções classistas no movimento operário. A partir da ótica introduzida por ela, o conceito daria conta de

---

<sup>55</sup> TERÁN, Oscar, *Ob Cit*, p. 103.

<sup>56</sup> HILB, Claudia e SLUTZKY, Daniel, *Ob Cit* pág 16

<sup>57</sup> TORTTI, María Cristina (2009), *Ob Cit* p 17

fenômenos como o *Cordobazo*, as rupturas intelectuais e culturais, a emergência de novas organizações e o acionar guerrilheiro.<sup>58</sup> Acharmos interessante aquela reflexão sobre os três elementos (peronismo, socialismo e revolução), que tentariam reunir essas novas organizações na Argentina. Voltaremos sobre isto no final do trabalho. “Libertação nacional”, “povo”, “revolução”, “socialismo”, “anti-imperialismo”, “Terceiro Mundo” e “dependência” foram, entre outros, parte do léxico comum de toda uma geração.

Várias das organizações que emergiram no período adotaram o maoísmo como fundamento teórico-político ou foram influenciadas por ele. Por isso e pela data e os motivos pelos quais se conformou a corrente maoísta, esta faz parte deste momento e se inscreve na problemática da “Nova Esquerda”. Não podemos abrir mão dos problemas trazidos pelo uso daquele conceito: por um lado, apresenta um salto entre as rupturas culturais, as organizações (armadas ou não) e as novidades no movimento operário da época. Nesse sentido, resulta útil e explicativo para se referir às organizações do período. Por outro lado, a abrangência do conceito acaba unificando coisas bem distintas não só em forma, mas, principalmente, em conteúdo. Assim, agrupamentos religiosos, revolucionários e reformistas se fundem e se confundem. Também não dá conta dos diferentes momentos que teve. No início, encontramos uma grande quantidade de formas de se manifestar, muitas delas vinculadas à cultura e à intelectualidade. No decorrer dos anos e, com o avanço da radicalização e da politização, as temáticas foram sendo cada vez mais subordinadas à política do momento. Isto se manifestou na desaparecimento de alguns grupos culturais dos anos anteriores ou na queda de sua influência.<sup>59</sup> Finalmente, queremos apontar que a NE

---

<sup>58</sup> TORTTI, María Cristina et al, *La Nueva Izquierda Argentina (1955-1976). Socialismo, peronismo y revolución*. Ed Prohistoria, Rosario 2015, p 17

<sup>59</sup> O Instituto Di Tella, centro de pesquisa cultural, funcionou entre 1958 e 1970 como templo das vanguardas artísticas. Foi clausurado pelo ditador Onganía. Os membros continuaram a sua produção,

nunca se constituiu como um ator unificado, ficando apenas como uma categoria de análise.

Dando conta do que foi desenvolvido acima, entendemos que uma indagação sistemática e uma reconstrução do objeto de estudo que propomos poderia contribuir para o conhecimento daquele processo de redefinições da esquerda argentina no período aberto após o golpe de 1955 e a um conhecimento enriquecido do processo social e político dos anos 1965-1976.

### **3. A emergência do maoísmo dentro do Movimento Comunista Internacional**

Em outubro de 1949, depois de longas décadas de luta, o povo chinês, liderado pelo PCCh, conseguiu o triunfo que abriu passo à revolução que eles caracterizaram como “de libertação nacional e social em marcha ininterrupta ao socialismo”. Mao-Tse-Tung era o principal dirigente daquele Partido no momento da tomada do poder. O acontecimento da revolução no país mais populoso do mundo não passou indiferente. Os países socialistas – e também os países vizinhos – sentiram cedo as repercussões. Todavia, se pensarmos no fluxo e na circulação da informação da primeira metade do século XX, adicionando que se tratava de um país não ocidental e, portanto, vítima do eurocentrismo, é possível concluir que as notícias eram poucas e, naturalmente, tardias e confusas. A III Internacional, e depois a URSS, tiveram um papel-chave para difundir o que acontecia entre as forças e partidos da esquerda. Viajantes e intelectuais por conta própria também foram responsáveis de deixar registro do que viram e viveram.

Com o correr dos anos a revolução foi ganhando as simpatias de outros países do Terceiro Mundo. Porém, o maoísmo emergiu só na década de 1960 como corrente diferenciada dentro do Movimento Comunista Internacional, e como consequência de vários anos de confronto com o Partido Comunista da União Soviética, que liderava o bloco socialista no contexto da Guerra Fria.

Neste capítulo nos propusemos a reconstruir o processo e os fundamentos dessa cisão<sup>60</sup>, e a difusão e os vínculos do PCCh e do “pensamento Mao-Tse-Tung” com a América Latina. A bibliografia sobre o maoísmo é bem mais escassa. Nós referimos principalmente àquela que o aborda como corrente teórico-política. Nós encontramos, por um lado, com o fato de que os trabalhos mais gerais sobre História do Século XX só

---

<sup>60</sup> Como não configuram aspectos centrais deste trabalho, só serão mencionados aqueles traços fundamentais na lógica do texto que apresentamos.

dedicam poucas páginas ao fenômeno (poderia se dizer, igualmente, com tudo o que vem do “Oriente”). Por outro lado, à diferença do acontecido com a Revolução Russa, o impacto da Revolução Chinesa em outras partes do mundo tem sido muito menos estudado.

O tipo de material que consultamos foram documentos e textos produzidos nesses anos, pelo que têm uma dupla funcionalidade: como texto teórico ou analítico e como testemunho de época. Uma parte importante dos documentos foi produzida pelo PCUS ou pelo PCCh e vários desses documentos foram traduzidos por partidos que praticavam as linhas desses dois partidos mencionados. Individualmente, oferecem uma visão parcial, incompleta do problema, mas o entrecruzamento e a comparação nos permitem avançar na reconstrução dos fatos. Os temas sobre os quais mais se tem escrito foram o debate sino-soviético, os aportes (ou não) do maoísmo ao marxismo-leninismo, e a experiência da Revolução Cultural Proletária na China.

Sobre estes últimos problemas específicos (porém não menos transcendentales), encontramos também análises com posições bem diferentes entre si, mesmo entre os intelectuais de esquerda como por exemplo Georg Lukács, Isaac Deutscher e Benjamin Schwartz.<sup>61</sup> A maioria deles foi publicada nas décadas de 1960 e 1970, no meio das controvérsias, o que nos deixa entrever a importância que tiveram para o período. Isaac Deutscher publicou em 1964 o artigo “O maoísmo: origens e perspectivas”<sup>62</sup>, trabalho no qual principalmente procurou contrapor a experiência chinesa à URSS stalinista, estabelecendo laços teóricos entre Lenin e, de algum jeito, com o Trotsky. O jornal *Problems of Communism*, editado pela Agência de Informação dos EUA, publicou em

---

<sup>61</sup> LUKACS, Georg. “Contribución al debate entre la China y la Unión Soviética”; SCHWARTZ, Benjamin, “Las relaciones chino-soviéticas: el problema de la autoridad”; DEUTSCHER, Isaac “Las tres corrientes del comunismo”. Todos eles em: *Pekin y Moscú*. Jorge Álvarez Ed, Bs As, 1964

<sup>62</sup> DEUTSCHER, Isaac. *El maoísmo: Orígenes y perspectivas*. The Socialist Register y Les Temps Modernes, 1964.

1961 um artigo do autor Arthur A. Cohen intitulado *How original is maoism?*<sup>63</sup>, texto no qual criticam-se as ideias sobre as contribuições filosóficas do maoísmo. Simultaneamente, no contexto da revolução e do debate, vários intelectuais, jornalistas e viajantes foram para a China, tendo registrado mais ou menos vivamente características do processo chinês e do maoísmo. Edgar Snow, André Malraux, Eduardo Galeano, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir foram alguns deles.

Por outro lado, existem alguns textos atuais, fundamentalmente na língua inglesa, como os de Robert Alexander, que lista e realiza uma breve análise sobre os partidos maoistas no mundo.<sup>64</sup> Existem outros trabalhos e pesquisas sobre as organizações maoistas em diferentes países; os estudos sobre Brasil, Peru e Portugal aparecem como os países latinos nos quais a produção (seja de origem local ou não) é mais vasta. Destacamos os trabalhos de Miguel Cardina<sup>65</sup> (que analisa os partidos maoistas em Portugal) e o de Jean Rodrigues Sales sobre o maoísmo no Brasil<sup>66</sup>, devido a oferecerem questões teóricas com as quais dialogamos. No caso da literatura em espanhol e principalmente na Argentina, primam as referências gerais e só recentemente tem começado o estudo das organizações, como desenvolveremos mais à frente. Ainda primam os escritos militantes e “oficiais” (em sentido partidário) nos quais se misturam a memória e a necessidade de justificação do acionar. Além disso, o *Centro Editor de América Latina* publicou em 1975, no marco da coleção “Transformações no mundo atual”, o folheto nº 44, intitulado “A polêmica sino-soviética”<sup>67</sup>, com uma visão crítica

---

<sup>63</sup> COHEN, Arthur, “How original is maoism?” Em *Problems of Communism* Vol X, Nº 6 (nov-dez 1961), 34-42. Republicado em STANKIEWICK, W (Ed), *Political Thought since World War II. Critical and interpretative Essays*. The Free Press, NY, 1964.

<sup>64</sup> ALEXANDER, Robert. *Maoism in the Developed World*. Praeger. London, 2001 e *International Maoism in the Developing World*. Paeger. London. 1999

<sup>65</sup> CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal 1964-1974*, Tinta da China, 2011. E “Génesis, estructuración e identidad del fenómeno maoista en Portugal (1964-1974)”, em: *Ayer, Revista de Historia Contemporánea*, Nº 92, Madrid, 2013, pp 123-146

<sup>66</sup> RODRIGUES, SALES Jean. *Partido Comunista do Brasil-PCdoB: propostas teóricas e práticas política 1962:1976*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, 2000

<sup>67</sup> AAVV, “A polêmica sino-soviética”. Coleção *Transformações no mundo atual*, Folheto Nº44 CEAL,

das posições chinesas. Outros estudos, sobre outras temáticas específicas do período, também o mencionam secundariamente e/ou como parte do contexto, mas não aprofundam.

### 3.1 Revolução Chinesa e maoísmo

Até a Revolução de 1949 a China era caracterizada como um país semicolonial e semifeudal<sup>68</sup> onde a Guerra do Ópio, em 1840, e o posterior Tratado de Nanquim, tinham sido o início de um longo processo de dominação do gigante asiático. Um país com uma população de 549 milhões<sup>69</sup> de pessoas ao longo de 9.561.000 km<sup>2</sup>, onde reinava a fome e o desespero.

Em finais do século XIX e inícios do século XX, a definitiva incorporação da China ao mercado mundial se deu à base do fortalecimento das relações feudais que existiam, mas que foram reconvertidas num todo funcional ao sistema capitalista imperialista vigente. A penetração do capital estrangeiro (Inglaterra, França, os EEUU, Japão) se concentrou fundamentalmente na zona oriental do país, com o objetivo de controlar o comércio exterior na China através do manejo direto dos portos e desde ali ao interior do país, configurando-o como uma semicolônia<sup>70</sup>. As classes dominantes estavam representadas pelo capital monopolista estrangeiro, por um setor da burguesia chinesa associada e subordinada àqueles e por uma grande classe de latifundiários. O proletariado chinês foi crescendo acompanhando os avanços industriais principalmente nas cidades. Contudo, mais de 80% da população chinesa era ainda rural e predominantemente camponesa<sup>71</sup>. Da população economicamente ativa, apenas 0,9%

---

1975

<sup>68</sup> Nesta caracterização coincidem tanto o PCCh como o PCUS, como pode ser ler em AAVV, *Maoism Unmasked*, Collection of Soviet Press Articles, Progress Publishers Moscow, 1972, e MAO TSE TUNG, “Problemas de la guerra y de la estrategia” (6 /11/ 1938), *Obras*, tomo 8, Ed de la Paloma, Bs As, 1974, pp 129-131

<sup>69</sup> Dato oficial do governo chinês, citado em AAVV, “*Maoism Unmasked*”, p 113

<sup>70</sup> MENGUY, Marc, *La Economía de la China Popular*, Ed. Nuevos Esquemas, Bs As, 1968, pp 23-26

<sup>71</sup> PO-CHU CHUNG, Frances, *Rural-urban migration: a case study of the People's Republic of China*,

constituíam a classe operária<sup>72</sup>. A Primeira Guerra Mundial e a concentração das potências imperialistas naquele conflito relaxaram relativamente a pressão e o controle sobre a China, permitindo a emergência de uma, ainda pequena, burguesia nacional que começou a disputar o mercado local. Ainda assim, a presença imperialista e depois a guerra com o Japão (1937-1945), criaram as condições para a conformação de uma ampla frente revolucionária que, não sem tensões e diferenças, em outubro de 1949 conquistou o poder do Estado sob a direção do PCCh e da classe operária.

Devemos ressaltar que a Revolução Chinesa foi a primeira revolução socialista triunfante num país oprimido e que 1949 foi o final de um longo processo de uma guerra de libertação que tinha começado em 1911, quando o regime de governo era ainda monárquico. Uma guerra de guerrilhas do campo à cidade, que foi libertando zonas e colocando-as sob controle do PCCh e dos moradores locais, acentuando uma situação de duplo poder.

As simpatias com a revolução chinesa começaram cedo e sua influência até os anos sessenta se sentiram principalmente no continente asiático, não só pela cercania geográfica, mas também pela ajuda material dos chineses a outros processos revolucionários, como o da Coreia. Também seduziu a pessoas e organizações de países oprimidos, com características similares à China.

Qual foi o aporte e por que seduziu organizações do mundo todo? Para alguns, a contribuição do maoísmo consistiu apenas em novidades em tática e estratégia revolucionárias que, mesmo assim, só podiam ser reduzidas ao caso chinês.<sup>73</sup> Essas posições são as que sustentavam a URSS na década de 1960 e aqueles que defendiam a revolução chinesa. Adicionalmente, criticavam o que segundo eles era a intenção do PCCh de estender essas conclusões a todos os países da Ásia, África e América Latina.

---

The Chinese University of Hong Kong, 1974, p 2

<sup>72</sup> AAVV(1972), *Ob Cit*

<sup>73</sup> COHEN, Arthur (1964), *Ob Cit*.

Existem diferentes posições ao respeito de quando é possível falar em “maoismo”: se com o triunfo da revolução e a influência a outros países que pegaram alguns traços daquela experiência, ou se só a partir de 1960 (e aqui existem diferentes datações). Entendemos que, em termos gerais, qualquer uma descreveria características incluídas no maoismo, mas neste trabalho procuramos definir com maior precisão o uso do termo.

Nesta pesquisa trabalhamos com organizações “maoistas”, ou que se reconhecem e definem dessa forma, num determinado momento histórico. Um caminho possível seria chegar a uma definição do que é o maoismo e, a partir daí, comparar a cercania ou a distância desses partidos com relação à teoria. Consideramos que esse caminho não permite aportar ou levantar grandes questões. Pelo contrário, achamos mais interessante aprofundar na emergência daquela corrente política, e nos deter em alguns fatos e processos sobressalentes, para identificar indícios que permitam a caracterização. Certamente que pensando com certa flexibilidade, em que a caracterização do maoismo deve ser aberta. Ao mesmo tempo, neste capítulo e ao longo do trabalho com as organizações, refletiremos acerca da existência de um corpus organizado de ideias e debates teóricos que possam ser considerados como algum tipo de ortodoxia maoista (ou se existiram debates sobre isto). De um modo mais amplo, também será abordada a questão sobre se o maoismo foi uma teoria de alcance nacional que só permitiu o triunfo da revolução naquele país (e talvez em países com formações sociais e econômicas similares) ou se também deu ferramentas ao movimento revolucionário mundial, com aportes originais à teoria desenvolvida por Marx e Lenin.

### **3.1.1 Doi aspectos e dois momentos**

Neste trabalho propomos que até 1972<sup>74</sup> podem se identificar dois aspectos dos

---

<sup>74</sup> Em 1972 aconteceram dois fatos que dividiram ao maoismo: os acordos com os EUA, simbolizada pela visita do presidente Richard Nixon à China, e a morte do dirigente Lin Piao em um acidente aéreo. Neste trabalho não vamos abordá-los.

chamados “aportes” da revolução chinesa ao marxismo-leninismo e dois momentos nos quais ganharam reconhecimento nas esquerdas do mundo: o primeiro elemento estaria composto por particularidades do programa e o caminho da revolução, principalmente a experiência da guerrilha rural e da Frente Única Anti-Imperialista (vinculado ao fato de ser a primeira revolução num país semifeudal e semicolonial e que, devido a isso, a revolução não teria sido socialista de início, senão que teve uma etapa democrático-popular). O segundo aspecto teria a ver com a elaboração da teoria da continuidade da luta de classes no socialismo (vinculado à análise sobre a URSS) e o período da Revolução Cultural. Esses aspectos não se eliminaram, mas foram se condicionando. Todos eles formam parte do que tem se denominado “maoismo”? A esta pergunta poderia se responder afirmativa ou negativamente sem temor ao erro. Quer dizer, os dois aspectos foram certamente inspiradores para outras organizações. Contudo, entendemos que não têm a mesma hierarquia e que, de fato, foi um deles o que fez do maoismo uma corrente diferenciada (ou continuadora, como eles apontam) do marxismo-leninismo. Os analisaremos à continuação.

### **Sobre a revolução de nova democracia, a frente única e a direção do processo revolucionário**

Depois do triunfo da revolução, em outubro de 1949, as primeiras características que chamaram a atenção foram o caminho revolucionário do campo às cidades e a organização do exército de base camponesa. Essas particularidades impactaram sobretudo em países com grande presença camponesa e com forte base agrária, porque apareciam como uma resposta às dificuldades de organizar a população urbana. Embora tenha sido a primeira coisa que chamou a atenção, foi desde metade da década de cinquenta e da década do sessenta que se tornou uma espécie de “modelo” com ampla

difusão, no momento que o Terceiro Mundo ganhava identidade nos processos de libertação nacional e social que aconteciam na Ásia, África, mas também na América Latina. A China participava desde 1955 no Grupo de Países Não Alinhados, com uma notável e crescente influência nas lideranças dos países asiáticos e africanos.

Outro elemento vinculado àquele, e que foi ganhando cada vez mais presença, foi a análise da estrutura de classes, das formações econômico-sociais nos países oprimidos (principalmente nos *semicoloniais* e nos *coloniais*) e, conseqüentemente, da *Frente Única* revolucionária. A II, e, sobretudo, a III Internacional de filiação Comunista, já tinham teorizado sobre a *Questão Nacional* e, conseqüentemente, sobre as revoluções nos países coloniais e semicoloniais. Porém, a prática política de vários dos Partidos Comunistas do mundo acabou no chamado *seguidismo* das burguesias nacionais ou sendo traídas por essa classe, levando à derrota muitas das experiências<sup>75</sup> (mesmo na China do período 1925-27).

Na China, a formulação sobre o tipo de revolução foi feita incluindo uma nova perspectiva. Mao tinha caracterizado o tipo de revolução como sendo de *Nova Democracia*. Ainda mantinha duas etapas (a revolução democrática e a socialista) e sustentava que eram “qualitativamente diferentes” e que só podia se passar à segunda, uma vez terminada a primeira.<sup>76</sup> Sobre aquela, apontava que:

Politicamente, significa ditadura conjunta das classes revolucionárias sobre os imperialistas, traidores e reacionários, e opõe-se à transformação da sociedade chinesa em uma sociedade de ditadura burguesa. Economicamente, tem como objetivo a nacionalização do grande capital e das grandes

---

<sup>75</sup> Isto constitui um grande debate no marxismo e nas esquerdas.

<sup>76</sup> MAO TSE TUNG, “Sobre la Nueva Democracia” (enero de 1940), *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*, Tomo II, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Pekin 1976 p 356; MAO TSE TUNG, “A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China”(dez 1939), *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*, Tomo II, Edições do Povo, 1952.

empresas dos imperialistas, dos traidores e dos reacionários, assim como a distribuição pelos camponeses das terras da classe dos senhores de terras, preservando ao mesmo tempo as empresas capitalistas privadas em geral e não liquidando a economia dos camponeses ricos. Desse modo, o novo tipo de revolução democrática, embora abrindo caminho ao capitalismo, cria as condições prévias do socialismo. A fase atual da revolução chinesa é uma fase de transição cujo objetivo é acabar com a sociedade colonial, semicolonial e semifeudal e preparar as condições para o estabelecimento da sociedade socialista, quer dizer, é o processo de uma revolução de democracia nova.<sup>77</sup>

No texto pode-se ler que a primeira etapa da revolução não propunha como objetivo o desenvolvimento capitalista nos países “atrasados”, o que poderia conduzir a colocar a burguesia como uma classe revolucionária. No contexto mundial e as dificuldades dos PC's nos países do Terceiro Mundo para acertar a política à sua realidade, a formulação representava uma novidade para pensar as revoluções nos países onde ainda coexistiam outras formas de produção.

Da caracterização do tipo de revolução, passava-se à identificação de quais eram as “classes revolucionárias”. Dentro da Frente Única Revolucionária, Mao-Tse-Tung e o PCCh tinham dividido as classes e setores sociais em *Forças motrizes* e *Força Diretriz*. Isto isoladamente não aportava nenhuma novidade, já que significava nomear ou teorizar sobre um fato do processo revolucionário (o meritório, porém, era fazê-lo antecipadamente). Em particular nos interessa que fazia uma diferenciação nas burguesias dos países oprimidos, por um lado, em *burguesia compradora* (em aliança subordinada com o imperialismo) e, por outro, a *burguesia nacional* (com um carácter dual, porque por um lado explora o trabalho alheio, mas, ao mesmo tempo, veria

---

<sup>77</sup> MAO-TSE-TUNG (dez 1939), *Ob Cit.*

limitada sua reprodução pela presença imperialista)<sup>78</sup>. A diferenciação ia junto com uma tática diferenciada para cada uma. Levando tudo isto em consideração, neste primeiro momento o traço de mais ampla difusão foi “o caminho” junto com a organização da Guerra Popular Prolongada, nos países com maioria camponesa.

No caso da *Revolução de Nova Democracia* e a análise das classes sociais, embora sejam formulações do primeiro período, não impactaram (pelo menos na América Latina) até uns anos depois e como consequência da aproximação ao maoísmo a través da Revolução Cultural.

### **Sobre a continuidade da luta de classes no socialismo e a Revolução Cultural Proletária**

Se, como apontamos, até a década de sessenta era difícil falar de maoísmo, podemos dizer, pelo contrário, que a partir desse momento a corrente ganhou identidade. Evidentemente, todos os momentos estão vinculados a um aspecto real, existente, da Revolução Chinesa e seu impacto. Tomar uma posição a respeito da data está muito vinculado a quais se consideram as novidades e os aportes que pregaram as organizações. De 1949 até 1956, a influência foi a partir do exemplo de uma revolução triunfante por outro caminho e com outras características (país oprimido, maioria camponesa, do campo às cidades, através da Guerra Popular Prolongada, tratamento das burguesias nacionais na *Frente Única Revolucionária*). A partir de então, as simpatias foram cada vez mais em paralelo com o desenvolvimento do debate sino-soviético que só a partir de 1960 ficou mais explícito quando a URSS retirou todos os técnicos soviéticos que estavam na China. Nesse período, vários partidos e organizações inclinaram-se pelos postulados chineses, reivindicando o marxismo-leninismo contra o PCUS que (segundo as acusações do PCCh) o estaria revisando.

---

<sup>78</sup> MAO-TSE-TUNG, (dez 1939), *Ob Cit*

Porém, a grande mudança veio quando Mao-Tse-Tung deu um salto na caracterização e acusou que na URSS havia sido restaurado o capitalismo e que havia se tornado “social-imperialista”. Por esta razão, 1963 (ano do rompimento de relações entre o PCCh e o PCUS) aparece como chave nesta cronologia. Quem, como nós, concordam com a possibilidade de falar de “maoismo” só a partir de então – o eixo estaria colocado principalmente na elaboração da teoria da continuação de luta de classes ainda sob o socialismo. A consequência prática disto na China teria sido o impulso da Revolução Cultural Proletária de 1966<sup>79</sup>. Tal etapa da Revolução (1966-1976) se caracterizou por um confronto direto com aqueles que expressariam (consciente ou inconscientemente) o caminho “restaurador do capitalismo” na China, em contra daqueles que, pelo contrário, procurariam aprofundar as reformas e o “caminho ao comunismo”. A luta se manifestou em amplos e profundos debates ideológicos sobre práticas e formas de vida, que mobilizaram à população toda. Se já o debate com a URSS tinha comovido as estruturas partidárias da esquerda, o fato da Revolução Cultural ter sido dirigido em contra de um setor do próprio CC do PCCh, comoveu ainda mais as costumes daquele mundo.

A análise que Mao fez sobre a União Soviética, para alguns ajudava no desenvolvimento da teoria (já Lenin e Stalin tinham se preocupado com a possibilidade da restauração) e dava ferramentas para sustentar e construir o socialismo, enquanto para outros significava uma acusação fortíssima, responsável pela crise que sobreveio no MCI.

Por isso, a partir deste momento, quem adotava explicitamente o maoismo contrapunha-se ao PCUS e à URSS. A partir de então, os elementos que as organizações usavam da experiência chinesa, para melhorar a caracterização da FES e ter uma política certa que os fizesse triunfar, se entrelaçaram com os debates que seguiram sobre

---

<sup>79</sup> CARDINA, Miguel (2013), *Ob Cit*, pp 123-146

a construção do socialismo. Depois da ruptura, quem se reconhecia maoista tinha uma carga politicamente mais forte; e ninguém se reconhecia abertamente maoista se não concordava com os postulados chineses no debate. Foi, por exemplo, o caso do partido boliviano, que não foi reconhecido oficialmente até 1966/1967, porque não ficava claro seu apoio aos chineses no debate.<sup>80</sup> Queremos esclarecer que apesar deste posicionamento não consideramos o maoismo como uma entidade sem mudanças ao longo deste período. Pelo contrário, teve vários momentos e rupturas. No entanto, para os fins deste trabalho e devido ao período estudado, optamos por concentrarmos nas características apontadas.

Se afirmarmos que o “maoismo” enquanto corrente teórico-política dentro do marxismo começou a se delinear só a partir desse debate, então é preciso analisá-lo.

Essa discussão (depois chamada “debate ou conflito sino-soviético”), que opunha diferentes concepções da situação mundial e sobre o que deveria ser feito e como, levou à ruptura dos vínculos entre o PCUS e o PCCh. Apesar das tentativas de manter as diferenças em segredo enquanto se desenvolviam os intercâmbios, várias razões contribuíram para que se conhecesse no mundo todo, pelo que atravessou a política internacional do período e muito mais às organizações da esquerda<sup>81</sup>. Robert Alexander cita em seu trabalho um informe da Inteligência do governo americano, de 1969, que analisa os apoios dos diferentes partidos comunistas do mundo para com a URSS ou a China.<sup>82</sup> Para abordá-lo e entender o que era debatido, utilizaremos as publicações, cartas e respostas que fizeram circular tanto o PCUS como o PCCh no meio das controvérsias.

---

<sup>80</sup> ALEXANDER, Robert (1999), *Ob Cit*, pp 56-57

<sup>81</sup> HILB, Cláudia e STLUZTKY, Daniel, *Ob Cit*; TORTTI (2009), *Ob Cit.*; AAVV, *On Maoism. Excerpts from official Documents, statements by leaders of Marxist-Leninist parties, and articles published in the Communist Press concerning Peking's Great-Power Policy (1969-1973)*. Novosti Press Agency Publishing House, Moscow, 197

<sup>82</sup> ALEXANDER, Robert (1999), *Ob Cit* p 20

Se olharmos o conjunto de fontes, podemos agrupar os pontos do debate nos seguintes itens – que, embora os separemos por questões analíticas, estão intimamente relacionados: os debates sobre a possibilidade de coexistência pacífica entre os blocos socialista e capitalista, a via para a revolução (violenta ou pacífica), sobre a possibilidade de chamar “Estado do povo todo” ao Estado socialista e, em menor medida, sobre o culto à personalidade. Os debates também se concentraram, em menor medida, na análise e caracterização de países como Albânia e Iugoslávia.

### **3.2. A ruptura do Movimento Comunista Internacional**

Como apontamos, embora as diferenças começassem depois do XX Congresso do PCUS em 1956, o debate correu por canais privados até 1963.<sup>83</sup> Nos sete anos desse ínterim, levaram as discussões através de intercâmbios mais ou menos cuidadosos e confiaram ter chegado a acordos nas Declarações de 1957 e 1960. Como as formulações acabaram sendo bem gerais para contemplar as diferenças e abranger a todos, cada Partido leu as conclusões do jeito que melhor o favorecia. Segundo Lily Marcou, “as fórmulas de compromisso” foram o verdadeiro sentido das “Conferências”<sup>84</sup>. Quando finalmente o debate já não levava a nenhum lado, se fez público e foi possível conhecer com maior detalhe os motivos e a profundidade das concepções que os opunham.

#### **Sobre a coexistência pacífica**

Um dos pontos da polêmica era aquele acordo de “coexistência pacífica” que tinham feito a URSS e os Estados Unidos. Dado o grande prestígio que tinha o bloco

---

<sup>83</sup> As críticas a Stalin e o início da “desestalinização”, foi um dos eixos do XX Congresso do PCUS em 1956. O texto base para a discussão foi o “Informe Secreto” do Jruschov, texto que não formou parte dos informes e resoluções oficiais e que na URSS só foi publicado inteiro em 1988. Porém, foi antes publicado no Jornal *Ostprobleme* da Alemanha pelos serviços secretos da inteligência norte-americana

<sup>84</sup> Uma análise do funcionamento do MCI após a dissolução da III Internacional, encontra-se em MARCOU, Lily, *El movimiento comunista internacional desde 1945*, Siglo XXI, Madrid, 1981.

socialista após a Segunda Guerra e devido às possibilidades de uma nova guerra nuclear no contexto da Guerra Fria, o PCUS afirmava que “A tarefa primordial dos partidos comunistas consiste em lograr a coesão de todas as forças amantes da paz para preservar à paz e salvar a Humanidade da hecatombe nuclear”<sup>85</sup>. Nesse sentido, acordaram com os Estados Unidos um cessar-fogo que permitiria, ao mesmo tempo, mostrar a superioridade do socialismo no terreno econômico. Assim, afirmavam que “a coexistência pacífica não exclui, mas, pelo contrário, cria uma situação favorável para as transformações revolucionárias na sociedade, não demora o processo revolucionário mundial, pelo contrário, contribui a sua aceleração”<sup>86</sup>. Ante este posicionamento, o PCCh se opôs, porque:

(...) não fazer distinções entre os inimigos, os amigos e nós próprios, e confiar o destino dos povos e da humanidade à colaboração com o imperialismo norte-americano é desviar o povo de seu verdadeiro caminho. (...) Sempre sustentamos que, a fim de denunciar e combater a corrida armamentista e os preparativos bélicos do imperialismo, é necessário apresentar a exigência de um desarmamento geral. Além disso, é possível forçar os imperialistas a aceitar algum tipo de acordo sobre o desarmamento, através da luta conjunta dos países socialistas e dos povos de todo o mundo.

Se se considerar o desarmamento geral e completo como o caminho fundamental da luta pela paz mundial, se se difunde a ilusão de que o imperialismo pode depor voluntariamente as armas e se se anula a luta revolucionária dos povos e nações oprimidos sob o pretexto do desarmamento, isto significa enganar deliberadamente os povos do mundo e ajudar os imperialistas a aplicar sua política de agressão e guerra.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> PCUS, “Por el triunfo del marxismo – leninismo creador. Contra la revisión del rumbo del Movimiento Comunista Mundial”, revista *Kommunist* n° 11, 1963, p 13

<sup>86</sup> *Ibid*, p 27.

<sup>87</sup> PCCh, *Proposta Acerca da Linha Geral do Movimento Comunista Internacional (Resposta do Comitê Central do Partido Comunista da China à carta do Comitê Central do Partido Comunista da União*

Seguindo a fonte, para os chineses o PCUS estava confundindo aos partidos e à esquerda quando conclamava a acreditar em possíveis acordos de paz com países imperialistas. Ao contrário, propõem que a boa situação do campo socialista devia ser aproveitada para impulsionar e apoiar lutas de libertação nacional e social que batessem no coração do próprio imperialismo (dos quais o pior e o mais agressivo era o norte-americano) e os obrigassem a praticar a paz para com eles.

### **Sobre a via para a revolução**

Vinculado ao ponto anterior, encontramos o debate sobre a possibilidade da transição pacífica ao socialismo, como tinha afirmado a URSS:

(...) A tarefa da classe operária e dos partidos comunistas consiste em **aproveitar ao máximo as possibilidades hoje existentes para seguir a via pacífica, sem guerra civil, da revolução socialista e, ao mesmo tempo, estarem preparados para a via não pacífica** (...) a luta democrática faz parte da luta pelo socialismo [grifo da autora] <sup>88</sup>

Segundo eles, a superioridade do socialismo e a debilidade relativa do imperialismo permitiam pensar em um triunfo sem guerra civil, pelo que orientavam à luta parlamentar como caminho para avançar. Claro, não descartavam a luta armada, mas ela não era colocada como prioritária. Frente a tal orientação os chineses rapidamente responderam que “Os comunistas sempre prefeririam realizar a transição

---

*Soviética de 30 de março de 1963*). Comitê Central do Partido Comunista da China 14 de Junho de 1963  
Versão publicada PCCh, *Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional*,  
Ediciones Lenguas Extranjeras, Pekín 1965 pp 16 e 27-28

<sup>88</sup> PCUS, (1963), *Ob Cit* p 13

ao socialismo pela via pacífica. Porém, é possível (...) ? Não, de forma alguma”<sup>89</sup>. E agregaram que as revoluções sociais ao longo da história têm leis objetivas, independentes da vontade do homem, descobertas e desenvolvidas pela teoria marxista e que postular a possibilidade de evitá-la não só era negá-la, senão também desconhecer que nenhuma revolução socialista tinha triunfado por esse caminho.<sup>90</sup> Pode parecer um paradoxo que na esquerda dos anos sessenta (e no ápice do movimento socialista) estivesse em debate se a via para a revolução era armada ou parlamentar. Mas as duas grandes posições se baseavam nos clássicos do marxismo para justificar a escolha, só que entre eles se acusavam de “dogmáticos” (aqueles que aplicam a linha sem estudar a situação concreta e/ou as possíveis mudanças acontecidas) ou “revisionistas” (aqueles que, como já apontamos, acusam alguma organização ou pessoa de ter aberto mão da revolução).

Sendo testemunhas oculares do avanço da burguesia europeia e protagonistas da luta que começava a dar o incipiente proletariado, Marx e Engels afirmaram desde cedo que as mudanças profundas, revolucionárias, que implicaram e implicariam um câmbio de época, só se resolveriam através da violência. É famosa a frase deles que diz que “a violência é a parteira da história”. Embora não tenham avançado na conceituação, nem em uma Teoria do Estado, desde o Manifesto Comunista (1848) escreveram que seria através de uma revolução aberta e franca que “(...) o proletariado, pela derrubada violenta da burguesia, funda a sua dominação”<sup>91</sup> e que “Os comunistas rejeitam dissimular as suas perspectivas e propósitos. Declaram abertamente que *os seus fins só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social* [destaque da autora]”<sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> PCCh (14 de Junho de 1963), *Ob Cit*, p 20.

<sup>90</sup> *Ibid* 20-21

<sup>91</sup> MARX, Karl e ENGELS, Federico. *El manifiesto comunista*, Valladolid: Ed Maxtor, 2007, p 46

<sup>92</sup> *Ibid*, p 85

Posteriormente, a Comuna de Paris (1871), a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e a Revolução Russa (1917) se destacaram como eventos-chave para o esboço da teoria revolucionária do Estado, o imperialismo e a conquista do poder por parte do proletariado. Os textos que mais sintetizaram a análise das causas do caráter do Estado burguês e a inevitabilidade da luta armada foram o “Anti-Dühring” de Friedrich Engels<sup>93</sup> e o “Estado e a Revolução” de Lenin<sup>94</sup>. Neste último texto, depois da afirmação de que “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes”, embora se mostre como por cima e por fora, Lenin afirmava que “[...] a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e pela supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, 'se afasta' da sociedade”.<sup>95</sup> A teoria por eles formulada parte de que embora no início (da história das sociedades “civilizadas”) o poder político haja sido resposta à necessidade da organização econômica e social, com o tempo teria sido estabelecido para oprimir às classes produtoras da sociedade através da monopolização do aparato coercitivo (representado em última instância no Exército). E também, que atualmente só funcionaria como trava e instrumento de dominação.

A violência revolucionária seria uma violência diferente, oposta e superior à violência opressiva, enquanto que aquela está colocada em função da libertação da humanidade e do fim da exploração. Contraditoriamente, os homens teriam sido colocados na situação de que, para se libertar e acabar com a violência, teriam que opor outro tipo de violência<sup>96</sup>. Sendo o comunismo o fim da luta do proletariado, o qual necessariamente deveria passar por um Estado socialista, uma ditadura do proletariado

---

<sup>93</sup> ENGELS, Federic, *La revolución de la ciencia de Eugenio Dühring ("Anti-Dühring")*. Lima: Ed. Bandera Roja, 2003.

<sup>94</sup> LENIN, Vladimir, *El Estado y la Revolución*, Bs As, 2004

<sup>95</sup> *Ibid*, p 23.

<sup>96</sup> ENGELS, F.: *El origen de la familia, de la propiedad privada y del Estado*. Claridad, Buenos Aires, 1964

(ou seja, um Estado de Novo Tipo onde o poder político e da violência estaria nas mãos de outra(s) classe(s), expressando a maioria da sociedade), cada país e cada partido deveria analisar a própria situação para formular as táticas mais justas (em termos políticos) em cada momento<sup>97</sup>. É sobre este último tema, a valoração do momento político, que existia uma forte discussão no MCI: para o PCUS, o PCCh não entende que o socialismo deve pensar sobre como ajudar ao triunfo do socialismo do modo “mais rápido e menos penoso”, iludindo a real possibilidade da guerra termonuclear com os Estados Unidos, e que “para cumprir a sua missão histórica, os comunistas têm que manter a fidelidade inquebrantável ao marxismo-leninismo e saber aplicar com senso criativo os seus princípios na situação histórica concreta.”<sup>98</sup>. E indiretamente falando daqueles, dizem que nas “circunstâncias presentes o dogmatismo, o sectarismo, o aventureirismo e a fraseologia revolucionária estão se convertendo num perigo a cada dia mais evidente para o movimento comunista.”<sup>99</sup> Para o PCCh, dizer que as novas condições de luta (inclinadas, no pós-segunda guerra, a favor do campo socialista) permitiam pensar no trânsito pacífico ao socialismo, não significaria mais do que desconhecer e trair o marxismo-leninismo.

O debate sobre a via ao socialismo estava deflagrado e todos os partidos deveriam se posicionar em relação ao mesmo.

### **Sobre o “estado todo o povo”**

A partir da análise da situação da construção do socialismo na URSS, os passos dados desde 1917 e as mudanças que tinham acontecido na estrutura econômico-social

---

<sup>97</sup> Assim, foi o próprio Lenin, após a Revolução de Outubro, que criticou o “esquerdismo” dos alemães ao tratarem de fazer a revolução sem forças revolucionárias. Os orientou a usar o Parlamento e a propaganda como forma de ganhar apoio e adeptos à causa para, depois sim, levar a cabo a insurreição armada.

<sup>98</sup> PCUS (1963), *Ob Cit*, p 3

<sup>99</sup> *Ibid*, p 9

do país, o PCUS começou a caracterizar o Estado como “Estado do povo todo”:

Agora, quando em nosso país o socialismo venceu inteira e definitivamente, quando levantamos pedra por pedra o maravilhoso edifício do comunismo, nosso Partido e todo o povo soviético (...) Não é possível refutar o fato de que a sociedade soviética se constitui agora de duas classes fundamentais (os operários e os camponeses, e também da intelectualidade), e que nenhuma classe da sociedade soviética ocupa uma posição em que pudesse explorar outras classes. (...) A classe operária, depois da plena e definitiva vitória do socialismo, já não realiza o seu papel dirigente através da ditadura do proletariado.<sup>100</sup>

Em síntese, é possível ler que as classes na sociedade soviética tinham se reduzido aos trabalhadores (proletários e camponeses) e à intelectualidade. Resumindo as ideias presentes na fonte, tantos anos de socialismo teriam acabado com a exploração do trabalho alheio e, portanto, as classes existentes já não seriam inimigas entre si, e não teriam nem classes nem camadas sociais inimigas dentro da URSS. Por isso, nessa fase de transição ao comunismo o Estado da ditadura do proletariado teria se transformado em Estado do povo todo, adequando-se a essa realidade.

Frente a essa caracterização, o PCCh disse que, segundo Marx e Lenin, “**todo** o período anterior ao ingresso na fase superior da sociedade comunista é o período de transição do capitalismo ao comunismo” e, portanto, da “ditadura do proletariado” [negrito da autora]. E também que, considerando que para o marxismo-leninismo todo Estado é um Estado de classe, “... tão logo como a sociedade fique sem classes, deixará

---

<sup>100</sup> PCUS, *Carta Aberta às Organizações Partidárias, a Todos os Comunistas da União Soviética*. Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética 14 de Julho de 1963, pp 43- 44

de existir o Estado”<sup>101</sup>. Em outras palavras, afirmam que nunca poderia haver um Estado de todo o povo, porque seria uma contradição.

Para o PCUS, também citando Lenin, “a ditadura do proletariado unicamente é necessária no período de transição do capitalismo ao socialismo” e que esta, como apontou Marx, é só a primeira etapa do comunismo. E consideram que era contraditório, por parte dos chineses, a afirmação de que “... neste período de transição a ditadura do proletariado, ou seja, o Estado proletário, passa por um processo dialético de estabelecimento, consolidação e extinção paulatina”, porque seria impossível que acontecesse, ao mesmo tempo, o fortalecimento e a extinção do Estado<sup>102</sup>. Por outro lado, apontam que Marx e Lenin usaram o conceito de “comunismo” para se referirem a todo o período depois do capitalismo. Por isto Lenin teria esclarecido em sua obra, “O Estado e a Revolução”, que “o que correntemente chama-se socialismo foi chamado por Marx fase 'primeira' ou inferior da sociedade comunista. Por quanto os meios de produção passam a ser propriedade comum, também é aplicável aqui a palavra 'comunismo', sem esquecer que isto não é o comunismo completo”. O período da ditadura do proletariado, na sua interpretação, correspondia apenas à transição do capitalismo ao socialismo. Uma vez triunfante, já não existiriam classes inimigas e se iniciaria o período de construção do comunismo. As mudanças no Estado só eram consequência das mudanças na estrutura de classes na sociedade.<sup>103</sup> Como consequência de todas essas acusações, o PCCh acabou acusando ao PCUS de *revisionista*<sup>104</sup> do marxismo-leninismo e este acusava aos chineses de *esquerdistas*<sup>105</sup> e *nacionalistas*, por

---

<sup>101</sup> PCCh, (14/6/1963), *Ob Cit*

<sup>102</sup> PCUS (1963), *Ob Cit* pp.42-43

<sup>103</sup> PCUS, (1963,) *Ob Cit* p 41-43

<sup>104</sup> Termo usado principalmente na esquerda para criticar e acusar a quem abandona ou abre mão do caminho da Revolução. No contexto do debate, o PCCh e os maoistas vão utilizá-lo para se referir direta ou indiretamente ao PCUS.

<sup>105</sup> Daquela maneira chama-se dentro das organizações da esquerda a quem, sem fazer uma leitura da situação concreta e o que tem que ser feito para avançar no caminho da revolução, diz que as condições são propícias para conquistar o poder.

sua vez.

No fundo, o debate e as acusações iam além da denominação. O que estavam discutindo era a existência ou não de classes sociais e sobre exploração na URSS. Para o PCCh acabou sendo uma das coisas mais relevantes da discussão, porque a partir da análise da URSS que concluíram a continuidade da luta de classes no socialismo e, conseqüentemente, a possibilidade de restauração capitalista. As posições acerca da via para a revolução e as considerações sobre a coexistência expressariam, no final das contas, que a restauração tinha tido lugar nessa parte do globo:

A camarilha revisionista de Jrushov tem renunciado à ditadura do proletariado sob a título de “Estado de todo o povo”, tem mudado o caráter proletário do PCUS sob o título de “Partido de todo o povo” e tem prestado serviço para a restauração do capitalismo sob a ideia de “construção do comunismo em todas as frentes”<sup>106</sup>

O salto da caracterização e da ruptura foi precipitado pela acusação de “social-imperialistas” à URSS por parte do PCCh. Encontrando na Divisão Internacional do Trabalho Socialista (formulado por Leonid Breznhev) e, posteriormente, na invasão à Tchecoslováquia alguns exemplos disso, o PCCh arremeteu forte contra o que considerou um grande perigo, senão o maior (enquanto apresentava-se como socialista e amigo dos povos, mas, na verdade, era imperialista).<sup>107</sup> Neste trabalho, consideramos que foram estas definições na divisão do MCI as que dotaram de identidade ao maoísmo como corrente diferenciada. Os elementos da Revolução Chinesa, vinculados a pensar

---

<sup>106</sup> PCCh, “Acerca del falso comunismo de Jruschov y sus lecciones históricas para el mundo Comentario sobre la carta abierta del CC del PCUS IX” (14 de julio de 1964), em *Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional*, Ediciones Lenguas Extranjeras, Pekín 1965. Digitalização realizada pelo Partido Comunista Revolucionario del Uruguay. p 434

<sup>107</sup> A constante crítica à URSS não foi bem recebida por outras forças políticas que acusam aos maoístas de ter perdido de vista ao verdadeiro inimigo.

como fazer as revoluções nos países oprimidos, porém, não podem ser iludidos e foram muito importantes para entender a sua influência no Terceiro Mundo em geral, e na América Latina em particular. Mais ainda, porque foi sobretudo a partir do contexto do debate que a Revolução Chinesa ganhou relevância mundial e várias organizações estudaram o que eles tinham feito até aquele momento.

No seguinte capítulo, apresentaremos as dificuldades que tinham o PSA e o PCA para se inserir com sucesso na direção do movimento operário argentino da época, o tratamento que fizeram à Revolução Chinesa e ao debate sino-soviético, e tentaremos explicar porque e como os partidos que se formaram adotaram o maoísmo (no sentido de entender quais ferramentas podem ter identificado como úteis para pensar e fazer a revolução na Argentina).

### **3.3. Relações entre a China e a América Latina**

As relações estabelecidas entre China e América Latina reconhecem diferentes níveis (vários dos quais transcorreram mais ou menos em simultâneo)<sup>108</sup>: por um lado, ao nível dos governos. Os laços diplomáticos com os diferentes países da América Latina datam de tempos anteriores à revolução de 1949 e à fundação da República Popular da China.<sup>109</sup> A partir dessa data, correspondia a cada governo reconhecer e ratificar tais convênios. Devido ao impacto político que teria no contexto da Guerra Fria e, seguramente, também pelos acertos político-ideológicos por parte dos governantes, ninguém o fez. A Cuba revolucionária foi o primeiro país a reconhecer e estabelecer

---

<sup>108</sup> Um Informe de Inteligência da Polícia de Buenos Aires, também da conta de várias das coisas que aqui se detalham. “Informe especial N 1/70. Partido Vanguardia Comunista”. Arquivo da DIPBA (*Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*), Mesa Con, Carpeta Vários, Leg 436. 13/11/1970, pp 11-12

<sup>109</sup> Durante a dinastia Qing, a China estabeleceu relações diplomáticas com o Peru (1874), Brasil (1881), México (1899), Cuba (1902) e Panamá (1909). Entre 1911 e 1949, o governo do Partido Nacionalista Guomindang estabeleceu vínculos diplomáticos com o Chile (1915), Bolívia (1916), Nicarágua (1930), Guatemala (1931), República Dominicana (1940), Costa Rica (1944), Argentina (1947) e Equador (1949). XU, Shicheng. “Las diferentes etapas de las relaciones sino-latinoamericanas” Em: revista *Nueva Sociedad* 203, Mayo - Junio 2006 p 103

relações diplomáticas com a China, em 1960. A primeira metade dessa década, também significou um salto significativo no que diz respeito ao intercâmbio comercial com a região<sup>110</sup>, situação que sofreu retração na segunda metade da década referida, produto dos sucessivos golpes militares e também, em parte, devido à ruptura no interior do MCI. O salto neste caso, se deu na década de 1970. Então, devido ao apoio oferecido aos governos nacionalistas, ao reconhecimento dos EEUU (que reconhece à República Popular da China e, inclusive, Richard Nixon viaja ao país) e sua reincorporação à ONU, a China estabeleceu laços diplomáticos com o Chile, Peru, México, Argentina, Guiana, Jamaica, Trinidad y Tobago, Venezuela, Brasil, Suriname e Barbados.

Até então, o governo chinês foi realizando um trabalho de intercâmbios em sentido amplo, que o ajudaram a romper o cerco e o isolamento e foram levando ao estabelecimento de relações diplomáticas: “Se os países da América Latina querem estabelecer relações diplomáticas conosco, os acolhemos com prazer. Se não, podemos fazer negócios com eles; se não quiserem fazer negócios conosco, podemos fazer outras trocas”<sup>111</sup>, era o lema que se pronunciava em Pequim.

Nesse sentido, empreendeu um ativo e fluido intercâmbio de contingentes, que situamos já em outro nível. Segundo Xu Shicheng, ”entre 1950 e 1959, visitaram o país cerca de 1.200 personalidades provenientes de 19 nações da América Latina, e a China enviou à região 16 grupos de artistas, delegações sindicais e comerciais”<sup>112</sup>; entre 1959 e 1960, 200 delegações de 21 países, 90 entre 1961 e 1962 e 105 no período 1963-1964<sup>113</sup>. Deste modo, procurava-se gerar laços de amizade e de simpatia que funcionassem como uma ponte entre as nações. É uma tarefa pendente reconstruir as

---

<sup>110</sup> O volume do intercâmbio comercial bilateral era de 31,28 milhões de dólares em 1960 e de 343,12 milhões de dólares em 1965. O volume acumulado entre 1960 e 1965 foi de 1.300 milhões de dólares. XU, Shicheng, *Ob Cit.*, p 104

<sup>111</sup> TAIPING, Wang (coord.): *Historia de la diplomacia de China*, Tomo II (1957-1969), Shijie Zhishi, Beijing, 1998, p. 481, citada em XU, Shicheng, *Ob Cit* p 103

<sup>112</sup> XU, Shicheng, *Ob Cit* p. 103 e TOLEDO Bruckmann, Ernesto. “El pensamiento Mao Tse Tung en el Perú. Orígenes y división en la izquierda peruana en 1964”, p 2.

<sup>113</sup> JOHNSON, 1970, citado em TOLEDO Bruckmann, Ernesto, *Ob Cit*, p 3

listas com os nomes daqueles que integravam essas delegações; uma parte a encontramos indiretamente mencionados em documentos das organizações às quais pertenciam os delegados.

Nesse mesmo sentido, a República Popular da China se interessou, desde os primeiros anos de sua fundação, em estreitar laços com os países da América Latina, para além de seus governos. Prova disso são as mencionadas delegações, assim como também o desenvolvimento de elementos de propaganda e difusão para o público de língua espanhola, como as transmissões em espanhol da Radio Pequim, a partir de 1957<sup>114</sup>; e o *Peking Review*, que desde 6 de março de 1963 terá sua edição castelhana de aparição quinzenal (chamada *Pekín Informa*) e que publicaria 'todos os artigos importantes da edição inglesa e, de vez em quando, artigos próprios.<sup>115</sup>

Um terceiro nível é o dos vínculos com os partidos (sobretudo os comunistas) através da Internacional e o papel da URSS dentro dela. Um aspecto importante era a difusão dos materiais produzidos e o informe sobre o rumo dos acontecimentos, que permitiam dar forma a uma experiência que parecia distante para os países latino-americanos.

A revista *Peking Review* de março de 1959<sup>116</sup> se refere à reunião de Mao com “os líderes dos partidos irmãos de doze países latino-americanos que visitavam a China”.<sup>117</sup>

É interessante observar isso que denominamos diferentes níveis, já que cada um

---

<sup>114</sup> inicialmente, com sete horas semanais, em 1962 já alcançava as 28. TOLEDO Bruckmann, Ernesto, *Ob Cit* p 5. Além do mais, na primeira página de *Pekin Informa* de 1963 se encontram os horários das quatro emissões diárias oferecidas em espanhol na América Latina. As cidades receptoras eram Buenos Aires, Montevideú, Assunção, Caracas, Manágua, Panamá, Bogotá, Santiago do Chile, San José, Tegucigalpa e La Habana. *Pekín Informa* N 1, 1963, p 2 (ver anexo N°1). O citado “Informe...” de 1970, pelo contrário, informava que em 1962 eram 6 as horas emitidas e 36 em 1969. De qualquer jeito, ambos coincidem em um incremento.

<sup>115</sup> *Pekin Review* era editada desde março de 1958 e a versão no inglês conservaria a frequência semanal. *Ibid* p3

<sup>116</sup> *PEKÍN INFORMA*” N°10, 10/3/1959 p.10. Citado em TOLEDO Bruckmann, Ernesto, *Ob Cit* p 5

<sup>117</sup> Lamentavelmente, até a data não temos podido reconstruir quem eram os membros destas delegações.

deles segue uma trajetória diferente, com significados bem distintos. Neste trabalho, interessa-nos sobretudo o segundo e terceiro tipo de relações, que estão intimamente vinculados. Afirmamos isso, posto que a principal forma de difusão nesse sentido foi, ao menos até inícios da década de 1960, os jornais dos Partidos Comunistas de cada país. No caso argentino, o jornal *Nuestra Palabra* informava sobre os fatos e, além disso, pudemos observar, se baseava nos informes da agência de notícias SINJUA<sup>118</sup> (o equivalente chinês à agência TASS, da URSS) quando se tratava de notícias referentes aos rumos da Revolução Cubana. Ainda mais, uma parte da que integrava as delegações à República Popular da China eram membros de tais partidos. Se nos detemos nas datas de criação de meios de difusão próprios, coincidem com momentos-chave nas relações entre o PCUS e o PCCh, momentos a partir dos quais a informação que circulava pela URSS era facultativa, evitando-se a circulação de críticas abertas por parte dos chineses e orientando cada vez mais explicitamente os artigos em uma linha que conflitava com aqueles.

A revolução cubana avivou os debates referentes às duas vias (armada e pacífica) que existiam nos PC. Não por acaso, os partidos que se formaram com as rupturas se posicionaram, em primeiro lugar, pela inevitabilidade da guerra revolucionária. Possivelmente foi nesse ponto que as posições chinesas deram um salto, a partir da confluência com estes.

A partir do rompimento com o PCUS, o PCCh se preocupou em intensificar os laços que detinha, concentrando-se em dirigentes de esquerda e divulgando suas posições frente ao debate com seu par da União Soviética. Em 1962 começam na América Latina a se formar os primeiros partidos que, no contexto do debate, inclinavam-se às posições chinesas. Em fevereiro de 1964, *People's Daily* e *Red Flag* publicam editoriais que dão conta da intenção do PCCh em apoiar grupos críticos à

---

<sup>118</sup> Do chinês *Xinhua*

URSS, dentro dos PC tradicionais.<sup>119</sup> Tais grupos, vários deles com tendências a se transformar em partidos políticos, estreitaram laços com a China, seus membros foram recebidos por quadros distintos e treinados ideológica e militarmente e suas posições e processos difundidos pela *Peking Review*. O primeiro deles foi o PC do B, proveniente do PC Brasileiro. Logo foram-se criando partidos no Equador, 1963; Chile, 1964; Peru, 1964; Bolívia, 1965; e Colômbia, 1965<sup>120</sup>. De todo jeito, dentro da agenda do PCCh com Mao ainda vivo, nunca ganhou força algo similar a uma Internacional Maoista, optando-se pelas relações bilaterais.<sup>121</sup> Não contamos, até o momento, com estudos que revelem sobre os canais e a circulação dos escritos provenientes da China e de Mao-Tse-Tung, sobretudo antes da revolução. Um texto de Ernesto Bruckmann sobre o Peru sustenta que em 1931 havia chegado ao país *Uma Faísca Pode Incendiar Toda a Pradaria*, texto de Mao.<sup>122</sup>

Já assinalamos que até o rompimento com o PCUS, vários partidos simpatizavam com a experiência chinesa e consideravam que podiam incorporar algumas de suas características<sup>123</sup>. Em particular, os processos de industrialização por substituição de importações, que haviam ocorrido em vários países da América Latina, tinham dado lugar à emergência de burguesias nacionais, que, em muitos casos, chegaram a controlar os governos das décadas de 1940 e 1950. Tal fenômeno, que tem sido chamado de “populismo”, é estudado e debatido até os dias de hoje. Entendemos que, tanto o peso

---

<sup>119</sup> Citado em ALEXANDER, Robert (1999), *Ob Cit* p 18-19

<sup>120</sup> CONNELLY Marisela, “Influencia del Pensamiento de Mao en América Latina”. Em: *Estudios de Asia y Africa* XVIII: 2, 1983p 215 e ALEXANDER, Robert (1999), *Ob Cit*

<sup>121</sup> Posteriormente, haveria tentativas e nos anos 1980 funcionou algo similar sob a denominação Movimento Internacional Revolucionário, impulsionado por partidos maoistas, principalmente da Ásia e da América latina (ainda que também na Itália, EEUU e Grã-Bretanha).

<sup>122</sup> TOLEDO Bruckmann, Ernesto, *Ob Cit*, p 11. Contudo, consultando Matthew Rottwell, ele sugere que é uma data demasiado prematura, segundo seus conhecimentos.

<sup>123</sup> É muito difícil medir, dimensionar o impacto de tais contatos. Por exemplo, Bruckmann e Rothwell assinalam a influência que teve a China na formulação do programa e dos estatutos da *Central Obrera Boliviana* de 1954, porque se aludia à reforma agrária, à nacionalização das principais fontes de produção e desenvolvimento e à diversificação econômica. Coincidimos na possibilidade de que assim seja, mas não é o suficiente para afirmá-lo. Bruckmann, Ernesto, *Ob Cit* p 3 ROTHWELL, Matthew, “Influencia de la revolución china en América Llatina: México, Perú y Bolivia”. Em: *Rev. Fuent. Cong.* [online]. vol.4, n.9, 2010, p. p 10

dessas burguesias na estrutura daqueles países, como a influência desses governos sobre o movimento operário, fizeram com que as organizações revolucionárias e de esquerda buscassem ferramentas para uma análise e uma prática que não os afastassem das massas nem os fizessem desviar do caminho revolucionário.

Os múltiplos vínculos entrelaçados habilitam uma nova linha de investigação, referente ao impacto e às heranças que chamaremos de “não organizadas” (nos referimos aqui, por exemplo, à proliferação de conceitos e categorias que introduziram o maoísmo e que logo seriam apropriados por diversos setores políticos e sociais). Novamente, ao desconhecer a composição das numerosas e populosas delegações no decorrer desses anos, é difícil mensurarmos quanto aos canais e circuitos de difusão, e o quão amplos eram. Possivelmente uma parte também se vira influenciada a partir da leitura de materiais e dos programas de rádio.

Sobre os partidos maoistas, podemos rastrear dos escritos e testemunhos dos membros dos partidos que, junto com os intercâmbios e viagens, foram fomentados uma série de cursos. Neles, além da preparação militar em alguns casos, abordavam-se questões referentes à Frente Ampla, o problema camponês, a linha de massas, a luta armada na Revolução Chinesa, as lutas no interior do Partido e o pensamento filosófico de Mao. Logo da ruptura, foram incorporados os ensinamentos sobre a continuidade da luta de classes no socialismo.<sup>124</sup> Segundo Marisela Connelly, as ideias incorporadas pelos partidos maoistas latino-americanos (observados em seu conjunto) referem-se à defesa de uma revolução que incluiria uma etapa com um governo democrático “de novo tipo” prévio ao socialismo, sobre o papel do Partido na guerra revolucionária (e eventualmente isso estava ligado, em muitos casos, à adoção da tática de guerra de guerrilhas e ao conceito de guerra popular) e ao acolhimento da teoria das contradições.

---

<sup>124</sup> TOLEDO Bruckmann, Ernesto, *Ob Cite ANDRADE, Mariano, Para una historia del marxismo en Argentina. Entrevista con Otto Vargas*, Programa de historia Oral, FFyL, UBA, 2005 p 65

Outro elemento, conectado àqueles, é a análise das classes sociais vinculada com a diferenciação entre os que iam unir-se à revolução e aqueles que estariam contra ela.<sup>125</sup>

E, ainda que tivessem compartilhado características com outras correntes do mesmo período na América Latina, essas definições foram dotando-os de uma identidade própria. Por exemplo, embora houvesse uma proximidade com grupos foquistas ou guerrilheiros, as definições em torno do Partido, sobre o papel do proletariado e à necessária “linha de massas”, em alguns casos os distanciaram politicamente de tais organizações e concepções. Ao contrário, em outras experiências os grupos maoistas ressaltaram seu pertencimento ao aderir à Guerra Popular Prolongada (o *Sendero Luminoso*, no Peru, ainda que mais tardiamente, seria uma expressão disso).

Tendo caracterizado a existência, no mínimo, de dois tipos de influência (que podemos chamar de “organizada” e “não organizada”), resulta importante esclarecer que neste trabalho sobre o maoísmo argentino vamos olhar no primeiro tipo. Concretamente, escolhermos nos centrar nos partidos políticos que adotaram o maoísmo e interrogarmos sobre qual foi o uso que fizeram de tais categorias e nos perguntamos sobre o que queriam explicar e por qual motivo entenderam que ganhariam legitimidade.

---

<sup>125</sup> CONNELLY Marisela, *Ob Cit* p. 216

#### 4. O maoismo argentino

Se no capítulo anterior nos propusemos a contextualizar e caracterizar a emergência e o desenvolvimento da corrente maoista, no que segue agora vamos nos deter em uma das formas nas quais ganhou corpo na Argentina.

A influência da revolução e do socialismo na China tiveram impacto sobre diversas organizações políticas e culturais desde finais dos anos 1950 (existiu uma corrente simpatizando nas fileiras do velho Partido Comunista) e, desde inícios da década de 1960, influenciou também correntes do Partido Socialista e do próprio peronismo. Sobretudo, sua influência esteve articulada com a adesão à revolução cubana e às posições de Ernesto Che Guevara dentro da mesma.

Dentro das variadas maneiras em que a Revolução Chinesa e o maoismo influíram na vida política argentina, escolhemos um formato, o de partido político. Sua formação, organização e elaborações político-teóricas enquanto um todo delimitado aparecem como elementos favoráveis para pensar nas questões colocadas por esta investigação.

Como já explicitamos, abordaremos principalmente as experiências da *Vanguardia Comunista* e o *Partido Comunista Revolucionario*<sup>126</sup> e faremos breve menção a outras duas organizações menores (PCM-L e PCM). O objetivo não é analisar o desenrolar de sua história política e suas atividades, senão como foi e em função de qual razão adotaram o maoismo, como o resinificaram e transformaram, dando origem e forma a essa corrente na Argentina.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> São as maiores em tamanho, as que se adotaram explicitamente as influências no período que nós propomos estudar, e pela influência que tiveram. Apesar do PCR só haver incorporado o acervo do maoismo na década de 1970, entendemos que a perspectiva comparada nos possibilitará estabelecer critérios e contrapontos que enriquecem a análise.

<sup>127</sup> Para aprofundar quanto à VC, remetemos aos trabalhos de Adrián Celentano, “*La formación de Vanguardia Comunista, de la crisis del socialismo a la adopción del maoismo y el problema de la*

Também já foi assinalado sobre a carência de estudos específicos sobre a temática. Não é frequente o trabalho sobre correntes políticas, salvo o peronismo, que tem se constituído como um campo de conhecimento e debate em si. Conhecemos uma única tentativa de sistematização de uma corrente política, que é o trabalho de Osvaldo Coggiola sobre o trotskismo<sup>128</sup>. Além disso, usualmente são estudadas as organizações, sua composição e trajetória ou mesmo os conflitos e lutas nas quais atuaram várias delas.

Sobre o maoísmo e as organizações maoístas na Argentina, as indagações iniciaram recentemente. Prevalcem, até o momento, referências marginais em compilações mais amplas<sup>129</sup>. Outras vezes, aparece vinculado à filiação partidária de algum dirigente ou intelectual, ou ao papel de determinado partido em algum conflito. Desconhecemos os motivos pelos quais isso pode haver sucedido. Possivelmente aconteceu o que Maria Cristina Tortti apontou a respeito de terem atuado em um período em que a atenção se concentrou nas organizações político-militares. Acrescentamos que seu surgimento nos anos 1960 se deu em um contexto de quebra cultural, que também foi privilegiado enquanto objeto de estudo. Também é possível que o comunismo “oficial” e os múltiplos vínculos que havia construído em tantos anos de partido (e a quantidade de intelectuais alguma vez militantes em suas fileiras ou afins) tivessem preferido negar ou ocultar tal corrente, que nascia de frente para Moscou. Não devemos ignorar que os anos de ditadura foram nefastos para o

---

*construcción del partido revolucionario entre 1965 y 1969*”, comunicação apresentada nas VII Jornadas de Historia Política, Tandil, 6 e 7 de setembro de 2012; e “*Maoismo y Nueva Izquierda. La formación de Vanguardia Comunista y el problema de la construcción del partido revolucionario entre 1965 y 1969*”, em Maria Cristina Tortti (Org.), *La Nueva Izquierda Argentina (1955-1976). Socialismo, peronismo y revolución*. Rosario, Ed. Prohistoria, 2015. Sobre o PCR desconhecemos trabalhos de investigação histórica, muito além da indagação sobre algum aspecto. A literatura existente é essencialmente partidária. Além disso, foi editada e publicada uma entrevista do secretário Otto Vargas a Mariano Andrade.

<sup>128</sup> COGGIOLA, Osvaldo, *Historia del trotskismo en Argentina y América Latina*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones RyR, 2006

<sup>129</sup> GALASSO, Norberto, *Aportes críticos a la historia de la izquierda argentina: socialismo, peronismo e izquierda nacional, tomo II : 1961-2001*, Nuevos Tiempos, Buenos Aires, 2007.

questionamento histórico e que o retorno à democracia orientou as perguntas em direção a outros problemas. Não é possível fechar uma explicação para o fenômeno e, seguramente, todos os elementos mencionados (junto a outros, que nos escapam) sejam parte da resposta.

Neste trabalho utilizaremos como fontes documentos fundacionais, os congressos e outras publicações selecionadas<sup>130</sup> dos partidos que nos propusemos abordar, e também escritos posteriores, que fazem um balanço sobre a época ou a história do partido. Apesar de utilizar entrevistas realizadas e publicadas por terceiros, decidimos (para esta etapa) por não realizar um trabalho de levantamento de testemunhos orais, dada a limitação envolvida em levar a cabo uma mostra representativa de entrevistas (devido ao duplo motivo do tempo de duração do mestrado e da impossibilidade de contar com testemunhos da direção da VC, que foi assassinada).

Através dos referidos materiais propomos reconstruir e responder questões, tais como que práticas e posições geram as rupturas; quando se constituem como organização, que pontos os agregam, como se posicionam diante do peronismo, do guevarismo e do foquismo, que tipo de revolução propõem, como e por que se aproximam ao maoísmo e o que este significou para cada um deles.

#### **4.1 Vanguardia Comunista: o maoísmo que veio do socialismo argentino**

*Vanguardia Comunista* (VC) foi a primeira organização a se formar adotando a bagagem político-teórica que era oferecida pelo maoísmo.<sup>131</sup> Entre suas particularidades se encontra o fato de que vem do socialismo argentino (à diferença da maioria das organizações maoístas do mundo), mas que no interior de suas definições identitárias se reivindicará na tradição do comunismo. Integrado inicialmente por umas poucas

---

<sup>130</sup> Elas consistem principalmente em jornais, revistas, declarações e informes partidários.

<sup>131</sup> O citado “Informe...” considera que VC “é a forma mais concreta do *chinoísmo*” no Argentina em 1970, Ob *Cit*, 1970, p 13.

dezenas de militantes e não tendo chegado nunca a situar-se entre os partidos mais influentes da Argentina, ainda assim teve uma notória presença em vários conflitos operários em inícios da década de 1970 e em suas fileiras encontramos importantes representantes da intelectualidade do país. Decididos a criar um partido, se dedicaram, nos primeiros anos, a elaborar as bases teóricas e, logo, a desenvolver seu trabalho de massas. Conformado como partido político pela confluência de várias organizações (das quais o PSAV contribuiu com a maior quantidade de pessoas), suas definições político-teóricas foram se modificando, de 1963 até o início da última ditadura argentina, em 1976. Da postulação sobre a necessária guerra popular que deveria seguir o caminho do campo às cidades, posteriormente se defenderá o caminho insurrecional nas cidades. Também, criticaram um início quase que exclusivamente vinculado ao trabalho ideológico e de formação interna e clandestina e deram lugar à organização de um “partido de massas”, que criou frentes de trabalho no movimento operário, no movimento estudantil e entre o campesinato e os intelectuais.

Editava o jornal *No Transar* e uma série de revistas teóricas (*Temas Revolucionarios*, *Cuadernos Rojos*) com menor regularidade. Também participaram em publicações que deram impulso a outras organizações, como *Desacuerdo* e a revista *Los Libros*, essa última destinada à intelectualidade.

Em janeiro de 1976, no marco do 2º Congresso, passaram a chamar-se PC (m-l)<sup>132</sup>. Em 1978, a ditadura civil-militar, sob o comando de Jorge Rafael Videla, lançou um plano de extermínio sobre a organização, que resultou na detenção e desaparecimento dos principais dirigentes e de muitos militantes, o que gerou a desestruturação do partido enquanto tal.

Em seguida abordaremos sobre sua gênese e as análises que foram aproximando-o do maoísmo, o que implicará abordar sobre que características lhe conferiam tal

---

<sup>132</sup> Devido ao golpe de estado de março de 1976, quase não utilizaram tal nomenclatura.

identidade<sup>133</sup>.

### **Da crise do PSA à formação da VC<sup>134</sup>**

Fundado em 1896 em crítica e oposição à política expressa pela oligarquia terratenente governante, o Partido Socialista Argentino (PSA) se propôs a representar os interesses dos trabalhadores após conseguir, em primeiro lugar, melhoras em suas condições de vida e trabalho e, em segundo lugar, conduzir à transformação da sociedade capitalista.

Privilegiando a via parlamentar para levar a cabo as reformas, inicialmente o partido encontrou pouco eco entre uma massa de trabalhadores com forte componente de imigrantes não naturalizados que aderiram principalmente às ações diretas preconizadas pelo anarquismo. Essas limitações e a revolução de 1905 na Rússia conduziram à ruptura protagonizada pelo “sindicalismo revolucionário”<sup>135</sup>. Até que fosse sancionada a lei Sáenz Peña, em 1912, que promulgava o voto universal para homens adultos, conseguiram a eleição de Alfredo Palacios como deputado nacional na Capital Federal e, a partir dessa lei, o caudal de votos aumentou enormemente (sobretudo no referido distrito), colocando o PSA como uma força política representativa no parlamento argentino. Também no movimento operário tiveram uma importante presença, sobretudo na década de 1930, chegando a tomar parte na direção da *Confederación General del Trabajo* (CGT).

As posições dos partidos socialistas de todo o mundo frente a Primeira Guerra Mundial levaram à dissolução da II Internacional. Junto ao triunfo da Revolução Russa

---

<sup>133</sup> Com o objetivo de rastrear sobre o modo pelo qual aderiram ao maoísmo, nos deteremos aos nós conceituais e aos momentos que entendemos terem determinado mudanças em sua linha política.

<sup>134</sup> O trabalho de síntese está baseado nas obras de TORTTI, María Cristina, *El “viejo” partido socialista y los orígenes de la “nueva” izquierda*, Prometeo, Buenos Aires, 2009, CAMARERO, Hernán y HERRERA, Carlos M. (eds.), *El Partido Socialista en Argentina*, Prometeo, Buenos Aires, 2005; GODIO, Julio, “La Internacional Socialista en la Argentina” 1 y 2, *CEAL*, Buenos Aires, 1986

<sup>135</sup> BILSKY, Edgardo J. *Esbozo de historia del movimiento obrero argentino*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 1988.

e à posição de tomar a frente desta, um grupo autodenominado “Internacionalista” se separou, logo dando origem ao Partido Comunista Argentina, em 1921, inserido na III Internacional.

Encontra-se, permanentemente, na história do PSA, uma tensão em seu interior, por parte de grupos que questionam o “parlamentarismo” ou “reformismo” praticado. Essa tensão foi responsável pela saída de tais grupos, o que acentuou o caráter democrático-liberal da linha partidária oficial.

As mudanças na estrutura econômica do país produzidas pela industrialização, a aparição de Juan Domingo Perón em cena e a crescente estruturação do movimento peronista, sacudiram os andaimes do movimento operário e, com isso, das tendências que disputavam sua direção e representação. Associando Perón ao fascismo, em 1946 o enfrentaram nas eleições compondo a frente chamada *Unión Democrática*, da qual participavam junto aos conservadores. Sua derrota se expressou em vários níveis: perda do apoio da base operária, a não obtenção de cadeiras no Congresso e a migração de dirigentes para ocupar cargos no novo governo.

Não sem debates e tensões internas, que levaram a novas saídas e expulsões, o partido se converteu a um fervoroso antiperonismo. Sua mais gélida expressão, novamente, foi o apoio ao golpe de Estado de 1955, que derrubou Juan D. Perón, e a participação no governo *de facto* posterior.

A partir de então, o PSA assistiu a um novo período de crescimento. Fundamentalmente em sua juventude, à qual se somaram numerosos estudantes, críticos das medidas que o presidente havia tomado em seus últimos anos de governo, e que dinamizaram a vida e a luta política e ideológica no seio do partido.

Simultaneamente ao fato de que um núcleo de intelectuais protagonizava uma certa “renovação” na universidade e fundava, por exemplo, a cadeira de Sociologia na

UBA, as perguntas ao redor do peronismo, sua caracterização e a relação com a classe operária foram mudando o eixo. Então buscavam compreender o motivo pelo qual os trabalhadores haviam se identificado com tal espaço político. Desta época são os clássicos estudos de Gino Germani sobre o peronismo, nos quais o autor afirmava que eram “novos” trabalhadores, provenientes de migrações internas e sem experiência política anterior (uma espécie de “massa errante”) os que haviam aderido à tal organização e identidade<sup>136</sup>.

Diante da candidatura de Frondizi, o PSA buscou diferenciar-se. Apresentou uma lista própria encabeçada por Alfredo Palacios e Sánchez Viamonte, representantes do setor “renovador” do partido, ainda que a direção nacional tenha feito valer sua influência na lista de senadores. De qualquer maneira, a campanha foi encabeçada pela ala favorável a Palacios, que buscou disputar pelo antiimperialismo e pela representação dos trabalhadores.

Conforme Frondizi tomava medidas que “traíam” o programa com o qual ele havia sido eleito, a direção buscava reunificar, de imediato, ao congresso partidário, às duas alas nas quais estava, de fato, dividido. Não foi suficiente: cada espaço buscou consolidar suas posições nos cargos de direção, através de nomeações de quadros de seu próprio espaço. As acusações (em demasia “liberais” ou por “dar guarida ao peronismo”) se cruzaram e atravessaram os debates, resultando na fratura da organização. Em 1959 se denominariam Partido Socialista Democrático (aqui se encontravam os dirigentes que seguiam defendendo sua posição dentro da *Revolución Libertadora*) e o PSA, ao qual se agregou “recuperado para a classe trabalhadora”, que

---

<sup>136</sup> As primeiras reflexões sobre o tema datam de 1952 (GERMANI, Gino, “Algunas repercusiones sociales de los cambios económicos en la Argentina (1940-1950), *Cursos y Conferencias*, 238-239, Buenos Aires, 1952). O texto clássico da historiografia, produto de escritos e reflexões anteriores foi publicado só em 1973 (“El surgimiento del peronismo: el rol de los obreros y de los migrantes internos”, en *Desarrollo Económico*, vol. 13, nº 51, Buenos Aires, 1973).

reuniu os jovens radicalizados e os “renovadores”. O ponto em que se uniam estes últimos setores era a oposição à velha direção partidária e sua política *gorila-liberal*,<sup>137</sup> o que logo mostraria suas limitações.

O ano de 1959 começou com o triunfo da Revolução Cubana e uma América Latina em que tal processo fazia eco. Os jovens do novo PSA se apoiaram nisso para pressionar e direcionar rumo ao outro setor. A partir daí, ao já existente debate em torno do peronismo (caráter e tratamento) se somará aquele sobre como entender à Revolução Cubana. O PSA se converteu no “mais cubano” dos partidos, atraindo uma nova camada de jovens às suas fileiras<sup>138</sup>. No terreno nacional, a tomada do Frigorífico Lisandro de La Torre significou um salto para a combatividade operária, o começo de um novo momento na repressão, com o Plano CONINTES, e um ponto sem volta no “desencanto” daqueles que ainda tinham expectativas com o governo frondizista.

Simultaneamente, o partido era chamado a normalizar-se e reorganizar-se após sua ruptura. Não tardaram a reaparecer duas linhas diferentes no que tangia à concepção de partido, de frentes e com respeito ao peronismo: se para uns a chave residia em fortalecer a própria organização e, a partir dali, disputar os trabalhadores peronistas (com diferenças entre os que sustentavam que isso se daria principalmente através do partido e aqueles que opinavam que seria através de frentes amplas integradas e motorizadas por eles), por outro lado, para um setor fortemente representado pela Juventude e pela ala mais de “esquerda”, era crucial a unidade com o peronismo<sup>139</sup>. Tais posições apareceram frente a decisão de como posicionar-se diante das eleições para deputados e *concejales* (o equivalente a vereadores) de 1960 (endossar as proscricções de outros partidos e apresentar sua própria lista buscando captá-los ou submergir junto ao

---

<sup>137</sup> Eram chamados *gorilas* aqueles que adotavam postura radicalmente antiperonista

<sup>138</sup> TORTTI, María Cristina (2009), *Ob Cit* p 113

<sup>139</sup> Para aprofundar sobre o tema, remetemos ao capítulo III “Los dilemas del PSA, 1959-1960”, em TORTTI, María Cristina (2009), *Ob Cit*

peronismo no chamado ao voto em branco) e depois, novamente, na eleição para senadores de 1961, na qual foi eleito Alfredo Palacios do PSA. Conforme a esquerda partidária ganhava posições dentro do PSA, duas questões vinculadas aos “grandes temas” antes mencionados reclamavam posicionamentos: por um lado a invasão estadunidense à Cuba e, por outro, o ensaio frondizista (visto seu isolamento) de legalizar o peronismo nas eleições provinciais de 1961-1962, o que exigia determinar novamente a tática frente a tal espaço. A incidência estaria dada também pelos espaços partidários controlados por cada setor, pelo que houve um novo enfrentamento no mês de maio, que acabou com a ruptura em duas grandes frações, cada uma com uma secretaria diferente (Secretaria Visconti<sup>140</sup>, representando a ala mais moderada e também um setor de “marxistas teóricos”<sup>141</sup>; e Secretaria Tieffenberg<sup>142</sup>, expressão da ala mais radical e onde participava a maioria da juventude).

### **A breve experiência do PSAV**

Inaugurada a década de 1960, as cisões foram incorporando elementos de novas e de outras experiências revolucionárias que levavam ao reposicionamento da linha política praticada. Essas organizações são denominadas de “Nova Esquerda”, como apontamos e problematizamos em outra parte deste mesmo trabalho<sup>143</sup>.

A chamada “Secretaria Tieffenberg” iniciou, nesse mesmo ano de 1961, um processo direcionado à conformação de uma organização própria, diferenciada e independente, que adotaria o nome de *Partido Socialista Argentino de Vanguardia* (PSAV). Entre seus mais destacados membros se encontravam o próprio David

---

<sup>140</sup> Rubén Visconti (Secretário da Federação Socialista de Santa Fe) era expoente desta Secretaria.

<sup>141</sup> Essa denominação era usada criticamente por aqueles que se foram junto com a Secretaria Tieffenberg.

<sup>142</sup> David Tieffenberg, advogado e dirigente dos grupos radicalizados do socialismo. TARCUS, Horacio e EHRlich, Laura. *Diccionario biográfico de la izquierda argentina de los anarquistas a la nueva izquierda*, 1870-1976. Buenos Aires: Emecé, 2007, pp 650-652

<sup>143</sup> Não temos abordado neste trabalho outras rupturas e rachas que deram origem a outro tipo de organizações.

Tieffenberg, Alexis Latendorf, Elisa Rando, Elias Semán, Pablo Giussani e Rubén Kristkausky, entre tantos outros<sup>144</sup>.

A partir dessa nova configuração, que se definia como “socialista, latino-americana e fidelista”, o PSAV pôs em marcha a política de Frente que lhes havia sido impedida dentro do PSA. Entendendo a Revolução Cubana como uma “Revolução Nacional”, se puseram a teorizar sobre a Frente Nacional que deveriam formar: centrada nos trabalhadores, mas dando lugar a determinados setores da burguesia, pensando fundamentalmente no peronismo. Confiando em quebrar a identidade “classe operária/peronismo”, buscavam uma política que lhes permitisse estar na disputa. Outro elemento importante entre as definições tomadas por este grupo está no fato de terem se proclamado, ao mesmo tempo, como partido marxista-leninista, tradição que lhes era alheia e que os converteria em concorrentes do Partido Comunista com o qual haviam tido certa proximidade antes da constituição do PSAV<sup>145</sup>. Por sua vez, os levava a um tipo de organização (celular, com um sistema de funcionamento centralista-democrático) que não era próprio do PSA. Recém-constituídos, deveriam decidir que fariam diante da convocação de eleições provinciais nesse ano e no seguinte. Com um peronismo que, já habilitado a apresentar-se, analisava a formação de listas próprias, os socialistas de vanguarda ajustavam o foco sobre qual tática empregar: se criavam listas mistas com candidatos das diferentes tendências ou se chamavam o voto aos peronistas, que foi o que sucedeu nas eleições de Santa Fe<sup>146</sup> e novamente nas de Buenos Aires em 1962, onde, além disso, coordenaram a propaganda. Concretizava-se, assim, a guinada

---

<sup>144</sup> Segundo estimativas de M. Cristina Tortti, o PSAV chegou a reunir cerca de 5.000 pessoas, entre afiliados, agregados e militantes. TORTTI, María Cristina (2009), *ObCit*, p 246 Nomeamos alguns dos que serão referências a partir da nova cisão que dá origem à VC.

<sup>145</sup> Juntos editaram a revista “Che”. TORTTI, M Cristina, “La nueva izquierda a principios de los ’60. Socialistas y comunistas en la Revista ‘Che’”, *Revista Estudios Sociales* Nº 22/23, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe., 2002

<sup>146</sup> Depois de organizada uma frente que propunha candidatos peronistas, a definitiva apresentação da lista, impulsionada pelo próprio Perón, fez com que declinassem das candidaturas e chamasse o voto àqueles.

que os trazia do *gorilismo* e do golpe de 1955 ao peronismo, quase sem discussão.

O triunfo de tal fórmula (junto com as de outras províncias) recebeu como resposta a intervenção por parte do governo nacional, em um jogo que foi o último elo a terminar de unificar setores das FFAA com outros das classes dominantes na destituição de Arturo Frondizi. O acatamento ou a aceitação passiva por parte do peronismo contrastava com as expectativas de grande parte dos militantes do PSAV, que iam revisando as reformulações já feitas acerca de tal força política, de modo a que se chegasse a uma explicação. Mas, ao mesmo tempo em que se evidenciava esse “desencontro”, seus contatos com Cuba iam lhes impregnando que o caminho propiciado para todo o continente era o do foco rural e da guerrilha. A tensão, agora entre esses conflitos, se reeditava sob novas condições. Isso levou a que, enquanto por um lado se criassem as *Organizaciones de Combate* (OC) – grupo armado clandestino que convivía com a estrutura legal –, junto a militantes da resistência peronista, alguns grupos se separavam do PSAV, com posições mais vinculadas ao nacional-popular<sup>147</sup>. E enquanto uns lutavam para estruturar um partido marxista-leninista que trabalhasse após a revolução, outros saíam para organizar a luta armada<sup>148</sup>.

Face ao conflito entre *azules* e *colorados* das FFAA, não se pronunciaram a favor de nenhum deles. Ante as eleições de 1963 e a reedição sobre as listas e o peronismo, em 7 de julho um grupo do PSAV publicou uma declaração sustentando que as expectativas quanto ao peronismo haviam se demonstrado equivocadas, já que este tinha se mantido em um “movimento popular policlassista”<sup>149</sup> e conclamava a “construir a vanguarda”.

O jornal *No Transar* surgiu em abril de 1963 substituindo ao proscrito *Sin*

---

<sup>147</sup> Um exemplo é um grupo da FfyL/UBA em que estavam Ernesto Laclau e Adriana Puiggrós e que depois se integraria ao PSIN (*Partido Socialista de la Izquierda Nacional*).

<sup>148</sup> Neste grupo estiveram os militantes que depois deram origem às FAL (*Fuerzas Argentinas de Liberación*).

<sup>149</sup> Referenciado em AAVV, *Derrotemos al Revisionismo*, Ed. No Transar, Bs As, 1964

*Tregua*, publicado pela organização até então. E uma versão dupla do nº 15 testemunhará uma nova fragmentação e a existência, novamente, de duas secretarias (“Latendorf” e “Tieffenberg”). Mais uma vez, a posição diante do peronismo e da Revolução Cubana dividia seus militantes. Mas dessa ruptura surgiram diferentes grupos, que deram origem, mais cedo ou mais tarde, a outras organizações. Da última mencionada emergiriam o *Partido Vanguardia Popular* (PVP; antigo PSAV-Secretaria Latendorf) e *Vanguardia Comunista* (VC), formada inicialmente por militantes do PSAV-Secretaria Tieffenberg, como veremos a seguir. Também há outro grupo, que se chamou *Tendencia Principista*, liderado por Abel Korilchik (nome verdadeiro de Andrés Aldao) e que depois se dividiu entre alguns que se incorporaram à FJC e em seguida romperam, para criar o *Partido del Trabajo*<sup>150</sup>; e outros que deram lugar ao *Espartaco*, grupo que logo se rompeu e do qual nasceu o *Partido Comunista Maoista* (PCM)<sup>151</sup>.

Até finais de 1963 e 1964, o grupo da chamada Secretaria Tieffenberg atravessou um momento de redefinições, aproximações e novos afastamentos. Nesse período tiveram certo intercâmbio com grupos como Vanguardia Revolucionaria, pessoas próximas ao denominado *Los Círculos Recabarren* e ao *Pasado y Presente*, grupos provenientes dos rompimentos com o PCA<sup>152</sup>. Ao mesmo tempo, e, evidentemente produto de diferenças em torno das avaliações sobre a guerrilha, Tieffenberg e Alicia Rando se afastaram do núcleo.

Coincide com um momento de pleno movimento na nascente “Nova Esquerda”, com múltiplas organizações provenientes principalmente das fileiras do comunismo ou do socialismo, que buscavam entender ou pôr em prática as especificidades da

---

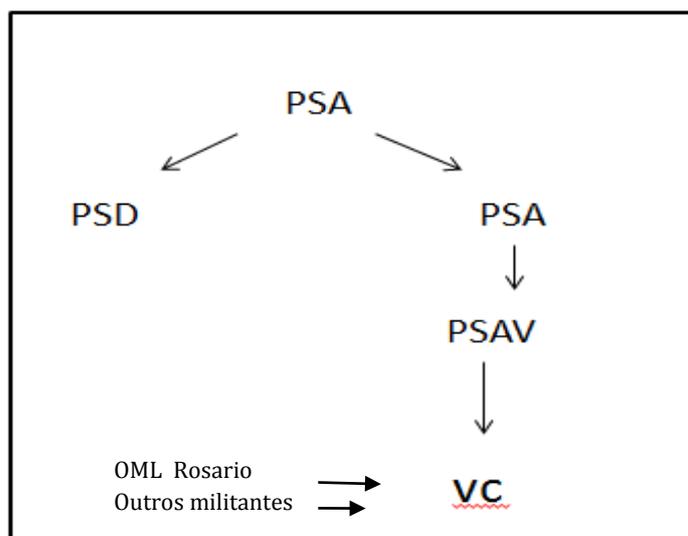
<sup>150</sup> Um partido com existência efêmera, criado em 1964.

<sup>151</sup> Sobre o PCM voltaremos mais na frente, em “Outras organizações maoistas”.

<sup>152</sup> Algumas críticas às suas posições aparecem em SEMAN, Elías, *El Partido Marxista Leninista y el guerrillerismo*, Ed No Transar, 1964. Usamos versión editada por El Topo Blindado, Buenos Aires, 2013

revolução na Argentina. Para isso, revisavam a própria história nacional e se nutriam de exitosas experiências revolucionárias, em busca de novas abordagens.

Nesse ano, um grupo com cerca de vinte militantes<sup>153</sup> empreendeu o caminho de construir uma nova organização, que em abril de 1965 adotou o nome de *Vanguardia Comunista* e teve como grandes referências Elias Semán, Rubén Kristkautsky e Roberto Cristina.



### ***Vanguardia Comunista e a busca por uma identidade***

O velho PSAV constituiu a tentativa de conciliar o marxismo-leninismo com o populismo. A direção (...), resolveu a contradição a partir da crise partidária, renunciando ao marxismo-leninismo. (...) Há um ano o PSAV (...) incorreu no seguidismo aberto do peronismo<sup>154</sup>.

Esta reflexão de Elias Semán expressa os limites que rapidamente encontrou o

<sup>153</sup> Cálculo sobre aqueles que chegaram depois das sucessivas rupturas.

<sup>154</sup> SEMAN, Elías, (1964), *Ob Cit.* p 51

PSAV ao haver se conformado fundamentalmente em torno da oposição à direção anterior. A tensão entre aqueles que impulsionavam uma organização inscrita no marxismo-leninismo e os que colocavam à sua frente aproximar-se do peronismo, eclodiu com as eleições de 1962, quando o PSAV decidiu suspender suas candidaturas e chamou o voto à lista do peronismo nas eleições de Buenos Aires. A velha preocupação em “transformar” a classe operária e disputar seus rumos frente ao peronismo havia sido alterada pelo chamado “seguidismo” daqueles.

Como já mencionamos, foram uns poucos militantes os que empreenderam o caminho da criação de uma nova organização<sup>155</sup>. Em escritos posteriores consideram que, “inicialmente [eram] um círculo de propaganda de ideias revolucionárias, integrado majoritariamente por estudantes e profissionais”<sup>156</sup>. Isso não constituía uma exceção, senão que foi uma das expressões do processo de radicalização que involucrou as classes médias em todo o mundo. Possivelmente por essa característica e, seguramente também como uma reação a definições pouco refletidas nas experiências anteriores, o grupo dedicou tempo ao estudo, formação, discussão e elaboração da linha política do partido que queriam formar, “na luta contra os desvios da direita e contra os descaminhos da esquerda”<sup>157</sup>.

O afastamento de Tieffenberg em abril de 1964 havia feito com que a direção de *No Transar* ficasse sob a responsabilidade de Elias Semán, o que dotava a incipiente organização de um elemento tanto de difusão ao exterior como de sistematização ao interior<sup>158</sup>. Junto a isso, a escrita e publicação de alguns materiais atuaram no sentido de dar coesão aos militantes em torno de definições teórico-político-ideológicas que

---

<sup>155</sup> Em “*El partido marxista-leninista y el guerrillerismo*” (dezembro de 1964), aparece ainda a referência à direção do PSAV e a Elias Semán como secretário político do mesmo. Entendemos que mantiveram o nome formalmente no que havia sobrado do tempo e até constituir-se como VC.

<sup>156</sup> SOTO, Américo, *Vidas y Luchas de Vanguardia Comunista*, Tomo I, Nuevos Tiempos, Buenos Aires, 2004; VC, “Balance”, *Cuadernos Rojos*, N2, CC de Vanguardia Comunista, Mimeo, setiembre 1970

<sup>157</sup> SEMAN, Elías, (1964), *Ob Cit.* p 48

<sup>158</sup> Na tradição marxista-leninista, o jornal partidário cumpre essa função, segundo havia sido proclamado por Lenin em sua obra, “*Que Fazer?*”, de 1902.

implicavam a dupla operação de enfrentamento e identidade com outras correntes. Os três primeiros escritos que conduziram este processo foram “*Derrotemos al Revisionismo*”, “*El Partido Marxista-Leninista y el Guerrillerismo*” y “*Denunciamos el falso comunismo de Codovilla*” (compilação de artigos), todos eles escritos entre 1964 e 1965.

Em geral, são todos trabalhos com uma forte carga teórica, de definições conceituais e político-ideológicas, ainda que se precavessem de assinalar que “não é um ensaio de marxismo acadêmico, [senão que] a ferramenta militante de um grupo de revolucionários”<sup>159</sup>. Assim mesmo, uma primeira leitura dos títulos e de seu conteúdo revela um diálogo com experiências e ensaios revolucionários de dentro e de fora da Argentina.

Neste momento no qual surgem e sendo que se propõem converter-se em um partido revolucionário, há várias questões sobre as quais devem se pronunciar: como deve ser a revolução no país, por qual via pretendem alcançar o poder e, vinculado a esses temas, que análise fazem do peronismo e que tática instalariam quanto a ele, o que aproveitar e o que criticar da Revolução Cubana e de outras experiências revolucionárias. Contemplando em conjunto várias dessas questões, outro elemento definidor será o dos posicionamentos frente ao debate no interior do MCI. Essas temáticas aparecem recorrentemente nos escritos mencionados, por mais que, individualmente, se concentrem em alguns deles.

Para começar, “*Derrotemos al revisionismo*”<sup>160</sup> tem as características comuns dos textos elaborados por uma organização logo após uma ruptura. Neste caso, Elias Semán destina uma das sete páginas do documento à justificativa do rompimento com o PSAV, que, segundo indicava, confiava que “algum setor interno do peronismo 'cortara

---

<sup>159</sup> AAVV, *Derrotemos al Revisionismo*, Ed. No Transar, Bs As, 1964

<sup>160</sup> *Ibid*

as cabeças dos dirigentes vendidos' [entre aspas no original]" e aderiu a um certo espontaneísmo, através do qual a classe operária "superara a ideologia do movimento". Prossegue dizendo que foi nesse processo de ruptura e distanciamento que se aproximaram à "bagagem teórico-prática do marxismo, negada pelo (...) velho PSAV", o que os havia levado a uma reconsideração geral do que depois entenderam ser os erros fundamentais deste partido: "o desprezo objetivo pela ideologia e pelo papel do partido da classe operária". Dali derivavam os demais erros, denominados "desvios". Decididos a elaborar uma estratégia revolucionária que "reagrupasse os militantes marxista-leninistas", denunciaram a "impossibilidade" do PCA em cumprir o papel de vanguarda.

A partir daí começa uma segunda parte do documento, caracterizada pela justificativa de tal afirmação, que remonta estritamente à política internacional da época e ao MCI. Desde esse ponto criticavam o "revisionismo contemporâneo" ao qual aderiria o PCA e colocam-se a si mesmos sob a orientação do Partido Comunista Chinês (PCCCh), que, juntamente à atitude de denunciar o revisionismo, os garantiria fazê-lo de uma "justa posição revolucionária"<sup>161</sup>.

O texto continua com uma síntese dos elementos e momentos do desenvolvimento do marxismo como ferramenta político-teórica (o papel do proletariado, a necessidade do partido, o Estado, o Imperialismo, os revisionistas), tomando e selecionando, sobretudo na segunda metade do século XX, aqueles que seriam sua justificativa<sup>162</sup>.

Neste primeiro momento, optar pelo lado chinês da disputa os posiciona a favor de determinados elementos que estavam em debate: ser contra a coexistência pacífica, que não seria mais do que o acatamento de uma política dos Estados Unidos "para preservar a vida do imperialismo, corrompendo os Estados Socialistas e freando a luta

---

<sup>161</sup> Voltaremos a essa afirmação mais adiante, quando vermos as críticas às outras correntes.

<sup>162</sup> Quer dizer, os que tomavam para criticar o papel da URSS e seus postulados a partir do XX Congresso.

dos povos oprimidos e da classe trabalhadora” e ser a favor da via “revolucionária” para tomar o poder, entendendo que essa só poderia ser armada e “não pacífica”. E argumentavam sobre estes pontos acusando à URSS de “leninistas no verbo e servidores do imperialismo nos atos”, em sintonia com a caracterização realizada por Mao sobre a restauração capitalista no bloco soviético.

Ainda assim, inscrevendo-se na tradição do marxismo-leninismo, declaravam a necessidade de formar um partido político que unificasse todos os marxistas-leninistas argentinos, independentemente de onde se encontrassem militando naquele momento. Isso retoma o início do documento e a disputa por militantes do PCA.

Como antecipamos, a Revolução Cubana e suas possíveis leituras e conclusões influenciaram no curso da política continental. Embora no documento recém-analisado aparecesse um primeiro indício de debates com outras correntes, será em “*El Partido Marxista-Leninista e el Guerrillerismo*”<sup>163</sup> onde Semán se concentraria à análise e ao debate dos grupos que, posicionando-se a favor da luta armada para tomar o poder, optavam pelo caminho da guerrilha e, cada vez mais, do foquismo. Anteriormente havia elaborado um texto crítico intitulado “*Cuba Miliciana*” (1961), mas a existência do *Ejército Guerrillero del Pueblo* (EGP) e sua derrota, como primeira experiência guerrilheira na Argentina, reeditava velhos debates e colocava novos elementos para a discussão.

Esse texto, de qualquer modo, é muito mais exaustivo do que o anterior, retomando temas já tratados e privilegiando a argumentação em outras frentes que lhe permitiam avançar em seu arranjo. O ponto de partida e o eixo que percorrerá o texto era aquilo que havia sido esboçado no documento anterior: a necessidade de constituir um “verdadeiro” partido marxista-leninista na Argentina, “o instrumento do proletariado para derrotar ao imperialismo”. E, para tal, derrotar ao revisionismo que imperava na

---

<sup>163</sup> SEMAN, Elías, (1964), *Ob Cit.*

esquerda e à ideologia burguesa encarnada no peronismo<sup>164</sup>.

O primeiro elemento polêmico, que nos antecipa a uma grande contraposição entre dois elementos, será o título escolhido. Posto que se se utiliza o conectivo “e”, rapidamente o leitor identifica que o autor as trata como opções excludentes (e à segunda, como equivocada). No contexto de crise do MCI e de críticas (partindo de várias vertentes) à URSS, se multiplicaram as interpretações sobre o que e como as coisas deveriam ser feitas. O denominado *guerrillerismo*, sustentado pelo triunfo de várias revoluções que haviam contado com guerrilhas e Exércitos de Libertação, era identificado pelo autor como uma das oposições ao “revisionismo”, ainda que pecasse, ele mesmo, por severas limitações, que terminaram por levá-lo ao “ultra-esquerdismo”.

A então recente e frustrada operação do EGP foi utilizada para debater com esse grupo guerrilheiro, com outras interpretações sobre o episódio e, simultaneamente, conceitualizando aquilo que ele entendia que tinham sido erros. Porque segundo antecipava, “a negação dos caminhos incorretos é um momento na afirmação do caminho justo”<sup>165</sup>. Diria ainda que dois dos fundamentos das teses guerrilheiras eram os que nucleavam o conjunto de equívocos: a concepção quanto ao campesinato e acerca do partido.

Com respeito ao primeiro, apontava que incorriam na “substituição do proletariado pelo campesinato à frente do processo revolucionário”. Semán, posicionando-se fortemente na tradição marxista, antecipava que, dado que o campesinato “não é capaz de iniciar e conduzir esta guerra, condenado de antemão à derrota”<sup>166</sup>. Criticava assim mesmo que o *guerrillerismo* superdimensionaria o papel e o número de tal classe<sup>167</sup>, baseando-se às vezes na “tese de um país continental”, tomando

---

<sup>164</sup> Voltaremos a este ponto.

<sup>165</sup> SEMAN, Elías, (1964), *Ob Cit.* p 61.

<sup>166</sup> *Ibid* p 62

<sup>167</sup> Que, inclusive mais à frente diz que a confunde com o semi-proletariado rural, *Ibid* p 74

a América Latina em seu conjunto e evidenciando certas especificidades nacionais e, em outras vezes, a fragmentação regional do país, evitando uma análise de conjunto que abarcasse a unificação sob o comando estatal e a necessidade de uma “estratégia única”<sup>168</sup>.

Em segundo lugar estava a “substituição do partido (...) pelo destacamento guerrilheiro”. Cabe destacar que por vezes se refere indistintamente ao foco e à guerrilha. Nesse trecho falava do “foco guerrilheiro”, que se nutria de uma leitura da experiência cubana e dos escritos de Che Guevara<sup>169</sup>. Usando um tom irônico, criticava que um grupo de jovens “organizados em um destacamento totalmente desvinculado da classe operária e demais classes exploradas” pretendam converter-se em “vanguarda”. Se a preocupação residia na vinculação entre as condições objetivas e subjetivas<sup>170</sup> e, logo, entre os elementos espontâneos e conscientes na luta, então assinalava que justamente esse último “constitui a essência da concepção leninista do Partido<sup>171</sup>”. E redobra suas críticas, acusando-os de serem “aventureiros” e de colocarem uma questão de âmbito técnico e militar pautando o conteúdo e a forma da luta de classes<sup>172</sup>, além de acusá-los de terem feito uma leitura errada e tendenciosa das revoluções vitoriosas das revoluções vitoriosas da China, de Cuba e da Argélia.

O documento conclui com o que entendemos que seja o desenvolvimento daquela ideia antes mencionada por Semán, de que há que se combater as linhas errôneas a partir das justas e revolucionárias. Se em um momento inicial rejeitou as críticas ao EGP feitas pelo PCA, devido ao fato que consistiam em uma “defesa da via pacífica para a tomada do poder”, no final arremetia contra três grupos aos que

---

<sup>168</sup> *Ibid*, pp 67-68

<sup>169</sup> Ainda não havia sido formulada a versão simplificada feita por Régis Debray, publicada em 1967.

<sup>170</sup> Retoma o que foi desenvolvido por Che Guevara em Cuba: “*Excepción histórica o vanguardia en la lucha anticolonialista?*” (1961). Poderia entender-se a problemática como um aspecto particular da consciência revolucionária, algo amplamente discutido na tradição Marxista.

<sup>171</sup> SEMAN, Elías, (1964), *Ob Cit.* p 77

<sup>172</sup> SEMAN, Elías, (1964), *Ob Cit.* p 80.

caracterizava como “oportunistas”, porque acabavam concedendo e reconhecendo certa importância à guerrilha: *Vanguardia Revolucionaria*, *Los Circulos Recabarren* e *Pasado y Presente*, todos eles provenientes do comunismo local.

É mister assinalar que no documento se inclui uma breve caracterização da FES argentina. Conforme se propunham fazer ali uma revolução, avançava na caracterização do país e das classes que formariam a Frente Revolucionária. Esta dialogava com a tradição não somente marxista-leninista, como também com a maoísta, ao buscar a integração entre o marxismo e as condições concretas<sup>173</sup>. Nesse caso, a Argentina era vista como um país “capitalista, dependente do capital financeiro internacional e, fundamentalmente, do imperialismo ianque”, com um “proletariado numeroso” e uma alta densidade nas zonas urbanas que “alcança quase a setenta por cento da população total”. Em virtude disso, a classe operária seria a “coluna vertebral”, e a pequena burguesia, o proletariado rural e o camponês sem terras, “classes e setores de classes, cuja participação na frente única dos explorados se subordinam à hegemonia do proletariado industrial”<sup>174</sup>.

Uma consequência da referida FES seria que “a luta contra o imperialismo” adquiriria “um conteúdo predominantemente socialista”. Embora não aprofundasse em tal afirmação, entendemos que ela expõe uma mudança em relação ao caráter da revolução e das etapas, segundo vinha sendo formulado a respeito pelos partidos comunistas inscritos na III Internacional. Já não se tratava de uma primeira etapa da revolução democrático-burguesa que desenvolvera as bases materiais e democráticas sobre as quais passar à etapa socialista, senão que se atribuía tal conteúdo desde o início, sem negar o caráter antiimperialista da revolução<sup>175</sup>.

---

<sup>173</sup> Ambos os partidos faram referencia a diferencia entre “aplicação” e “integração”, como coisas contrapostas.

<sup>174</sup> SEMAN, Elías, (1964), *Ob Cit* pp 65-66

<sup>175</sup> Fazemos o esclarecimento, posto que não postulam (como, sim, o faz a corrente trotskista) a revolução

“*Denunciamos el falso comunismo de Codovilla*”, a última publicação dessas três iniciais<sup>176</sup>, consiste em uma compilação de nove artigos publicados em *No Transar*, entre maio de 1964 e maio de 1965. Era o que analisava de forma mais contundente a realidade argentina e remontava temporalmente a anos prévios; contudo, enquanto compilação de artigos que só foram publicados em 1965, os anteriores (de outubro e dezembro de 1964, respectivamente) foram debatidos e circularam com antecedência.

A seleção e a ordem dos nove artigos<sup>177</sup> traçavam um caminho argumentativo que confluía na necessidade e na justificativa da criação da VC. De fato, sua publicação se dá uma vez decidida a formação da nova organização. Sua função, junto com os dois anteriores, era ajudar a consolidar “esta etapa da reconstituição do partido dos comunistas”, que estaria dada em concentrar forças “na frente ideológica”, entendendo que esta se dividia em dois campos: “desmascarar o revisionismo” (localmente, mas como expressão de uma crise no MCI) e “forjar a unidade dos marxistas-leninistas” em torno de um partido que aspirasse a se constituir como “a vanguarda do proletariado argentino”<sup>178</sup>.

Podemos afirmar que esta primeira etapa de elaborações se conclui com uma série de definições e tarefas que orientarão a nova organização: a primeira delas é a opção pela via armada para tomar o poder, mas descartando o denominado

---

socialista de início. Ao mesmo tempo, não se aprofunda nem se desenvolve essa ideia e, por outra parte, aparece uma análise sobre a revolução cubana na qual a primeira etapa haveria sido liderada pela pequena burguesia. *Ibid* P 85

<sup>176</sup> AAVV, Partido Vanguardia Comunista, *Denunciamos el falso comunismo de Codovilla*, Ed. No Transar, Bs As, 1965.

<sup>177</sup> Os artigos são: “*La epidemia del revisionismo*”, de 15 de maio de 1964; “*A la cola del movimiento obrero*”, de 10 de julho de 1964; “*La derrota de Kruschew y el éxito de la bomba China*”, de 6 de novembro de 1964; “*Represión, proscripción y traición*”, de 23 de dezembro de 1964; “*Por la reconstitución del Partido de los comunistas argentinos*”, de 15 de janeiro de 1965; “*Adoptamos el nombre de Vanguardia Comunista en la tarea de reconstituir el Partido de los comunistas argentinos*”, de 15 de janeiro de 1965; “*Sobre la reconstitución del Partido de los comunistas*”, de 5 de março de 1965; “*Adoptamos el nombre de Vanguardia Comunista en la tarea de reconstituir el Partido de los comunistas*”, de 5 de abril de 1965; “*Vanguardia Comunista desenmascara el informe revisionista de Codovilla*”, de 26 de abril de 1965 e “*El informe de Orestes Ghioldi y los zig-zags del revisionismo*”, de 14 de maio de 1965.

<sup>178</sup> Prólogo do documento, escrito em junho de 1965.

guerrillerismo; a segunda é a teorização sobre a degeneração do PCA e a inexistência de um partido comunista de vanguarda na Argentina, motivo pelo qual deviam formá-lo; inscrevendo essa situação em um contexto mais geral do MCI, outra definição é a tomada de posição em favor do PCCh, adotando várias de suas premissas e concepção de mundo desse momento e da revolução; finalmente, em tal momento de desenvolvimento, deveriam concentrar-se na formação político-ideológica.

### **A construção do partido e a busca de um caminho para a revolução argentina**

Em abril de 1965, o grupo decidiu chamar-se *Vanguardia Comunista*, o que ficou devidamente indicado no nº 42 do jornal *No Transar*, que desde então se converteu no “órgão de difusão de *Vanguardia Comunista*”. Elias Semán, além de continuar sendo seu diretor, foi seu primeiro secretário-geral. O número de militantes, pro período, foi estimado por Adrián Celentano em aproximadamente duzentos<sup>179</sup>. Quanto ao nome, os termos tinham sido cuidadosamente selecionados. O primeiro correspondia ao “objetivo estratégico de organizar a vanguarda do proletariado”. Mesmo que indiquem que, dada a situação corrente, na qual o partido “não é ainda uma organização nacional e quando ainda não tenha criado suas raízes na classe operária argentina, podemos dizer que o objetivo da vanguarda marxista-leninista reside na vanguarda mesma”<sup>180</sup>. A respeito do segundo termo, se devia a que “reivindicamos a história do movimento comunista internacional, sua ideologia e sua prática”<sup>181</sup>. Desta síntese, então, provinha o nome.

Esses primeiros anos foram de grande trabalho de consolidação e formação interna. A partir dali começaram um processo de estruturação da direção, células e

---

<sup>179</sup> CELENTANO, Adrián, “La formación de Vanguardia Comunista, de la crisis del socialismo a la adopción del maoísmo y el problema de la construcción del partido revolucionario entre 1965 y 1969”, Ponencia presentada en las *VII Jornadas de Historia Política*. Tandil, 6 y 7 de setiembre de 2012

<sup>180</sup> “Adoptamos el nombre de Vanguardia Comunista en la tarea de reconstituir el Partido de los comunistas”, 5 de abril de 1965 em AAVV, Partido Vanguardia Comunista (1965), *Ob Cit*

<sup>181</sup> *Ibid.*

regionais que, junto à publicação do jornal, dotava-os das características que já orientava Lenin em “Que fazer?”.

Nesse ano<sup>182</sup> viajou à China a primeira delegação oficial, estreitando laços com este país. O PCCh reconheceu, a partir dali, VC como um interlocutor válido na Argentina. Nesse mesmo ano se difundiu o discurso de Lin Piao<sup>183</sup>, “*Viva el triunfo de la Guerra Popular*”, no qual generalizava o caminho percorrido pela China (do campo à cidade através da Guerra Popular Prolongada), tal como indicado para *todos* os países oprimidos. Desconhecemos a possibilidade de corroborar o quanto afetou à delegação, mas é certo que desde então se adotou a tese de que a revolução a Argentina seria feita do campo às cidades. Ao mesmo tempo e, por intermédio de “unificar-se na luta contra o revisionismo”, estabeleceram vínculos com organizações maoistas do Chile, Colômbia, Brasil, Equador e Bolívia – algumas delas com forte linha militarista.

O nascente VC, entre as ideias e influências que vinha desenvolvendo, as práticas que levavam a cabo e as impressões que trouxeram da China, formulou uma série de premissas que orientaram esse início: a reafirmação da via armada para tomar o poder; a necessidade de impulsionar a criação de uma Frente única de todas as classes e setores sociais interessados na revolução; e a partir de então se sustentava a necessidade de organizar a Guerra Popular Prolongada (GPP). Tudo isso deveria estar sob a direção do Partido.

Isso se traduziu no envio de militantes a Jujuy, Chaco, Córdoba e Tucumán. Também já havia regionais em Mendoza, Santa Fé e Capital Federal<sup>184</sup>. Essa orientação supunha, de certo modo, uma guinada com relação ao que vinham delineando sobre o

---

<sup>182</sup> É preciso apontar que existem divergências sobre a data da primeira viagem: CELENTANO (2012) diz que foi em 1965 e Sergio Ortiz (VVAA, 2009) indica que foi em 1968. Por alguns outros dados, nesta pesquisa vamos adotar, até que se confirme, que houve uma em 1965 e outra em 1968, embora fique a dúvida com relação à data da primeira viagem ter sido em 1966.

<sup>183</sup> Desde 1959, era o Ministro da Defesa, vice-presidente executivo da Comissão Militar e membro do Comitê Permanente do Bureau Político do PCCh.

<sup>184</sup> Em algumas dessas regionais, apesar de haver sido criadas por então, não tiveram um trabalho significativo até depois de 1969.

papel do proletariado industrial e sua centralidade na FES e a revolução argentina.

Perto de empreender esse trabalho, em junho de 1966 se produziu o golpe de Estado de Onganía, que caracterizaram como “pró-ianque”. Se antes estava em disputa, a organização define que nesse processo havia se consolidado o domínio do imperialismo norte-americano, conferindo à Argentina a condição de “neocolônia”.

Apesar da combatividade nos anos anteriores, que os havia levado à decisão de organizar VC, agora entendiam que se produzia um refluxo das massas, devido à colaboração de dirigentes sindicais e alguns políticos, entre os quais os do PCA<sup>185</sup>. A partir de sua imprensa, apoiaram os operários tucumanos contra o fechamento dos engenhos açucareiros, condenaram a “*Noche de los bastones largos*” e se opuseram a toda e qualquer medida anunciada pelo governo. Em um contexto de proscricções e perseguições políticas, somado ao eixo colocado na construção interna, VC privilegiou certa clandestinidade e compartimentação em seu trabalho. Em paralelo, difundiam copiosamente notícias sobre a China e o pensamento de Mao-Tse-Tung, apresentado como a terceira fase do marxismo-leninismo.

Evidentemente, com grandes debates no interior da organização sobre algumas definições e o tipo de construção que estavam realizando, uma segunda delegação viajou à China em 1968. Ao regressar, empreenderam a “Primeira Campanha de Retificação”, destinada a criticar e corrigir “um desvio esquerdista, militarista e pequeno-burguês” que, em “essência” qualificavam como “direitista”, posto que se empenhava “em encaixar a realidade de nosso país e de sua revolução na realidade da revolução chinesa”, o que os havia levado a concentrar as atividades na preparação da guerra<sup>186</sup>. Segundo apontado por ex-militantes em um documento de 1995, as conversas mantidas com o PCCh expuseram o problema da direção do movimento operário e

---

<sup>185</sup> *No Transar* N° 66, outubro de 1966

<sup>186</sup> “Resolución del CC de Vanguardia Comunista”, *Cuadernos Rojos N2*, septiembre 1970, p 13. Ver também, *No Transar* N° 69, 1 de julio de 1968.

autocriticaram uma linha de “aventureirismo” que de fato vinham praticando e que se contradizia com o papel do proletariado e o protagonismo das massas na Revolução de Nova Democracia<sup>187</sup>. A situação, para além de explicá-la pela reduzida trajetória da organização e seu desconhecimento da realidade argentina, também se veria favorecida pelo “refluxo” no conflito político, situação que mudaria em 1968<sup>188</sup>.

Solucionando o debate a favor de criar um partido de massas com base no proletariado, Jorge Weisz viajou a Jujuy para trabalhar como eletricitista no Engenho Ledesma; Rubén Kristkauský radicou-se em Córdoba para seguir politicamente os contatos operários que possuía na IME (a fábrica militar de aviões) e Elias Semán foi a Rosário, com o objetivo de seguir o processo no frigorífico norte-americano Swift. Produto do trabalho em frentes distintas, a organização contava, até 1968, com cerca de quatrocentos militantes ativos, segundo estimativas de Adrián Celentano<sup>189</sup>.

A luta contra a ditadura foi se radicalizando nesses anos, com os estudantes (e também os trabalhadores do açúcar em Tucumán) como os que primeiro a enfrentaram. VC promoveu a conformação da TUPAC, a corrente estudantil que reuniria os grupos secundários e universitários por ela estimulados e por meio da qual aderiram novos militantes ao espaço e cobraram maior visibilidade.

Em inícios de 1969 circulou o documento preparatório do I Congresso, intitulado “*Proyecto de Resolución sobre construcción del Partido. Vanguardia Comunista em marcha hacia la constitución del Partido Comunista Revolucionario*”<sup>190</sup>. O texto está dividido em cinco partes, ou capítulos, numerados e nomeados.

---

<sup>187</sup> Ver ORTIZ, Sergio. *Partido de la Liberación, Breve historia del Partido de la Liberación*, documento aprovado pelo Comitê Central do *Partido de la Liberación* em sua XVII reunião plenária, 8 e 9 de julho de 1995. O PL é um dos que se reivindica continuador de VC na atualidade. As autocríticas também foram publicadas em: “*Resolución del CC de Vanguardia Comunista*”, Cuadernos Rojos, nº 2, setembro de 1970, p 13. E em *No Transar* N° 69, 1 de julho de 1968

<sup>188</sup> *No Transar* N° 69, 1 de julho de 1968.

<sup>189</sup> CELENTANO, Adrián, “Maoismo y nueva izquierda” Em: TORTTI, María Cristina et al (2014) p 97.

<sup>190</sup> Esse era o nome que pensavam em usar, mas outro partido, surgido do PCA, utilizou-o antes. Em *No Transar* N° 89, 18/1/69 publicaram: “O CC resolveu deixar de utilizar a expressão 'em marcha rumo à construção do Partido Comunista Revolucionario para evitar a confusão com outra força política”.

Basicamente, os temas giram em torno da necessidade histórica da criação do partido, os fundamentos políticos e ideológicos, e uma quantidade de definições iniciais sobre tal estrutura. Sintetizam-se ali tanto as ideias que já constituíam o coração da organização e que já haviam sido publicadas, como as últimas mudanças que haviam sido feitas. Nele ainda se pode ler certa tensão entre essas definições. Por exemplo, lê-se que a tarefa era “preparar e iniciar a guerra popular que se estenderá desde o campo para cercar e finalmente tomar as cidades”<sup>191</sup>, tema sobre o qual voltarão várias vezes no documento, manifestando uma forte orientação política. Nesse sentido, mas buscando uma integração com as novas definições, afirmam que “o crescimento do partido no proletariado industrial vai possibilitando o envio de cada vez mais importantes contingentes de quadros proletários para desenvolver o trabalho revolucionário entre os camponeses”<sup>192</sup>.

Encontramos uma tensão entre a definição do trabalho que tem como centro o proletariado e o caminho revolucionário do campo à cidade. A mesma foi abordada ao apontar que dentro do proletariado se relacionariam com o trabalhador rural, embora o grupo principal da classe trabalhadora argentina se encontrasse, por então, nas grandes cidades (para as quais já haviam sido enviados dirigentes). Contudo, não deixavam de buscar a integração. Por exemplo, “se aderiu à teoria da 'guerra popular prolongada’”, mas “privilegiando aquelas que tiveram população de trabalhadores rurais que trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar, madeira, tabaco, erva-mate, arroz, chá, uva, etc”<sup>193</sup>.

Com o privilégio de conhecer o desenrolar quase imediatamente posterior dos fatos, chama atenção no documento a avaliação que faz a organização sobre o estado de

---

<sup>191</sup> Vanguardia Comunista, *Proyecto de Resolución sobre construcción del Partido. Vanguardia Comunista en marcha hacia la constitución del Partido Comunista Revolucionario*, 1969 p5.

<sup>192</sup> *Ibid* p 21

<sup>193</sup> SOTO, Américo, *Ob Cit*

ânimo e a situação das lutas. Pode até ler-se como um certo atraso de uma realidade política que se impôs virulentamente a partir de maio de 1969. O *Cordobazo* desconcertou à organização que, apesar de participar ativamente nas jornadas, não pôde (e, claro, tampouco pudesse) incidir no curso dos fatos. Nesse contexto, VC decidiu adiar a realização de seu Primeiro Congresso, que finalmente ocorreria em 1971.

Começaram ali a “Segunda Campanha de Retificação”, ao passo que a Direção Nacional se convertia em Comitê Central. O eixo da campanha era a luta contra concepções “espontaneístas”, que predominariam na organização. A partir de julho de 1970 se incorporou ao conjunto de materiais editados *Cuadernos Rojos*, destinado a abordar debates teóricos e difundir decisões tomadas pelo Comitê Central. No nº 2 publicaram uma resolução do CC na qual, além de realizar um balanço do partido até o momento, criticaram algumas definições sustentadas e defendidas até o momento.

A Argentina que emergiu daqueles eventos, com o auge que apontamos no início do trabalho, deu a possibilidade, às tendências mais diversas, de medirem-se e disputarem o fértil campo da luta popular e de classes daqueles anos. Nesse mesmo ano VC teve duas incorporações significativas, fruto do trabalho que vinha sendo realizado. Uma foi a incorporação de Emilio Jáuregui, destacado jornalista e secretário da Federação de Trabalhadores da Imprensa. Sua passagem pela organização, embora efêmera por conta de ter sido assassinado durante a repressão policial em um ato de repúdio à chegada de David Rockefeller ao país, em junho de 1969, foi significativa pelo salto e projeção que conferia à organização poder contar com sua presença. Sendo o primeiro mártir de VC, o I Congresso levou seu nome como forma de homenagem. A outra incorporação foi a fusão com a *Organización Marxista Leninista* de Santa Fé, dirigida por Mario Geller, que provinha do peronismo pró-cubano ligado a John

William Cooke<sup>194</sup>. Esse afluente os nutriu com um grupo importante de estudantes e de quadros que nos anos 1970 tiveram importante papel no movimento operário, como o próprio Mario Geller, que se incorporou ao frigorífico Swift. Ambas organizações formaram um comitê coordenador em Santa Fé até a criação definitiva do Partido.

No balanço realizado em 1970, um VC ainda comovido pelos acontecimentos e sua inadequação com o que vinham colocando como força política (recordemos as teses defendidas ainda no *Documento Preparatorio*), acreditava que seus erros se deviam à terem forçado as características da revolução na Argentina, buscando seguir o exemplo chinês, o que os levou a uma má caracterização do país e do caminho revolucionário, perdendo um tempo extremamente importante<sup>195</sup>. O “espontaneísmo” que diagnosticavam se expressaria não somente na análise imediatamente posterior ao *Cordobazo*, mas também no tipo de práticas que desenvolviam. A partir dali, definiram que a construção e a organização do partido e sua inserção nos movimentos de massas eram pontos-chave para que a classe operária desse um salto revolucionário.

Em 1970 o Comitê Central resolveu deslocar-se até Córdoba para seguir pessoalmente o curso dos acontecimentos na província que marcava o pulso da política nacional. Por esse momento, VC havia ganhado maior visibilidade e relevância a partir de sua presença na direção do SITRAC, que o projetava nacionalmente no campo das forças populares e de esquerda<sup>196</sup>. Segundo a análise da organização, o *Viborazo* de 1971 representou um salto qualitativo na luta operária, o que era associado com o trabalho da esquerda revolucionária (dentro da qual se encontravam) em seu seio.

Passados tais eventos, em 1971 se realizou o congresso que fora adiado, do qual

---

<sup>194</sup> A incorporação respondeu à declarada intenção de unificar os marxistas-leninistas sobre a base de acordos programáticos que acabariam de acertar no Primeiro Congresso.

<sup>195</sup> VC, *Cuadernos Rojos*, (1970) Ob Cit

<sup>196</sup> Para aprofundar sobre a experiência de SITRAC, remetemos a DUVAL Natalia, *Ob Cit*, FLORES, Gregorio, *Ob Cit*, GORDILLO, Mónica. *Córdoba en los 60: la experiencia del sindicalismo combativo*, Córdoba, Colección de Manuales de Cátedra, 1996.

saíram eleitos Roberto Cristina como secretário – função que cumpria desde 1968, quando Elias Semán se radicou em Santa Fé –, Mario Geller como responsável de Organização e Rubén Kristkauský na Propaganda<sup>197</sup>. Nele, fruto dos últimos acontecimentos da luta política argentina, recobrava centralidade o papel do proletariado para a revolução, o que não deixava de se expressar em conflito com a necessidade de se estimular a GPP.

Esses anos de proscricção, perseguição e auge da luta, foram fazendo confluír a um amplo arco opositor à ditadura que colocava em segundo plano a linha divisória entre peronistas e antiperonistas. As eleições de 1973 inauguraram outro momento no país e, conseqüentemente, na organização. O mote que hastearam a partir de então e até 1976 foi “Nem golpe nem eleição, revolução”. A decisão de chamar ao voto em branco nas eleições (diante de uma parte do partido que desejava integrar-se à FREJULI) evidenciava que os debates sobre o peronismo, nunca resolvidos, se reavivavam. VC manteve a teoria de que a Argentina era uma “neocolônia” do imperialismo norte-americano<sup>198</sup> e que o peronismo havia mudado sua índole e já não era aquele de 1945. Porém, dispostos a disputar as massas com as quais haviam lutado nesses anos e que agora se inclinavam à solução eleitoral, assistiram ao 1º de maio de 1974 na Plaza de Mayo, retirando-se no momento em que o fizeram as colunas dos *Montoneros*. Sobretudo a partir da morte de Juan Domingo Perón, em 1º de julho desse ano, VC se opôs tenazmente à política de governo de María Estela Martínez de Perón, sofrendo os ataques da AAA. Esse contexto terminou de dividir a confluência com outros maoistas, como o PCR. Em inícios de 1976 realizaram o II Congresso, após o qual passaram a chamar-se PC(m-l)<sup>199</sup>.

---

<sup>197</sup> Na direção também havia responsáveis pelas regionais e de tarefas e comissões específicas.

<sup>198</sup> Embora tenham incorporado a categoria de “social-imperialismo” para caracterizar à URSS, não a aplicavam para estudar a penetração imperialista na Argentina, à diferença do que ocorreu com o PCR.

<sup>199</sup> Não confundir com o PC(m-l) que apresentaremos mais adiante.

## **A revolução segundo Vanguardia Comunista**

A caracterização da Argentina e o caminho para realizar a revolução sofreram modificações no caso de VC. Se em discussão com o “*guerrillerismo*” em 1964 se enfatizava o traço de “desenvolvimento capitalista” e “concentração do proletariado” da Argentina, em contraposição a outros países da América Latina, até 1966 se enfatizavam as características feudais e atrasadas, motivo pelo qual a revolução se daria por um amplo caminho que livraria o campo e seguiria até as cidades. Segundo a própria direção, tal caracterização e conseqüente convocação política estiveram orientados por uma aplicação “dogmática” do maoísmo, sem enxergar que sua verdadeira contribuição era o do estudo da realidade nacional à luz do marxismo-leninismo-maoísmo que lhes permitiria delinear uma estratégia e um programa adequados.

Até 1968 iniciaram um caminho de crítica e revisão de tal formulação, que regulava sua crescente inserção no movimento de massas e nas lutas que se intensificavam dia após dia. Assim, caracterizaram desde então que a Argentina era um país “neocolonial, dependente do imperialismo ianque” onde “predominam” relações capitalistas e “subsistem” relações pré-capitalistas. Quanto ao “neocolonialismo”, se limitaram a dizer que “é um fenômeno relativamente novo (...) que ainda não foi sintetizado teoricamente”<sup>200</sup>. Porém, algumas características são colocadas como exemplo de tal configuração: por um lado, a “liquidação da forma de governo parlamentar burguês e a dissolução dos partidos políticos”, aspecto que consolidaria-se em 1966 com o início da autodenominada *Revolución Argentina*; o “controle sobre as forças armadas”, a partir de sua instrução; a formação de líderes sindicais adeptos e o

---

<sup>200</sup> “Resolución del CC de Vanguardia Comunista”, *Ob Cit*, p 32

avanço da tecnocracia no plano intelectual-cultural<sup>201</sup>. Economicamente, o “neocolonialismo” organizaria o país de maneira diferenciada, pelo que se gerariam “zonas críticas” que, politicamente, podiam ser utilizadas como “elos fracos”. A partir desse ponto se introduziu a teorização sobre a necessidade de cortar com a dominação imperialista através desses espaços “menos resistentes”, que estariam situados no interior do país<sup>202</sup>.

Conservando que o caminho da revolução era “do campo à cidade”, através de uma “Guerra Popular Prolongada”, sustentavam que a frente única estaria motorizada pelo proletariado, pelo campesinato pobre e médio e pelos intelectuais revolucionários. De uma maneira pouco precisa, postulavam que, como:

hoje a revolução tem seu centro nas grandes cidades (...) o problema concreto que têm hoje os revolucionários argentinos (...) é sobre como criar condições para o deslocamento do núcleo da luta de classes ao campo e como deslocá-lo, elevando essa luta de classes à altura do desencadeamento da guerra<sup>203</sup>.

Essas formulações bastante confusas entre cidade e campo, os “elos fracos” e as “zonas críticas” implicavam, além do mais, uma reformulação no entendimento da Guerra Popular Prolongada, posto que se a opunha ao “insurrecionalismo”, entendido (em VC) como aqueles que tinham ilusões de “uma guerra curta”<sup>204</sup>. Quer dizer, não se contrapunha quanto ao conteúdo estratégico, mas quanto à duração. Os textos existentes sobre VC assinalam que neste momento a organização adotou a via insurrecional<sup>205</sup>. No entanto, nas fontes consultadas não aparece dessa maneira, a não ser até 1971, quando encontramos uma formulação conclusiva nesse sentido, apesar desse ano ser situado

---

<sup>201</sup> *Ibid* p 25

<sup>202</sup> *Ibid*

<sup>203</sup> *Ibid*

<sup>204</sup> *Ibid*

<sup>205</sup> Ver CELENTANO, Adrián (2012 e 2014), *Obs Cit*

como aquele no qual havia sido abandonada a teoria sobre a GPP. Certamente, aparecem de maneira confusa, assim como as exemplificadas ainda agora. Não obstante, o trabalho partidário e as frentes impulsionadas de maneira mais vigorosa se encontravam nas grandes cidades e estavam orientadas na direção do proletariado industrial. No II Congresso, em 1976, aparece mais nitidamente identificado, ao passo que se abandonava a caracterização do país como “neocolonial” em favor de “capitalista dependente”<sup>206</sup>.

Com relação às teorizações sobre o tipo de revolução a ser realizada na Argentina, VC aderiu à concepção de uma “revolução nacional democrática e popular rumo ao socialismo”<sup>207</sup>. Isto é, por etapas. Ainda que, reiteradas vezes apontavam que seria de maneira “ininterrupta”, diferenciando-se das “definições do trotskismo e da OLAS que lhe outorga um caráter socialista”<sup>208</sup>. Apesar disso, em relação ao ponto anteriormente tratado, cabe uma distinção. Em todo este período, o conteúdo da Revolução de Nova Democracia e a relação entre as etapas não foi unívoco. Se antes da formação do partido atribuíam que, pelo desenvolvimento capitalista e pelo peso do proletariado, a primeira etapa tinha características socializantes, por outro lado, até 1966 a análise que praticamente assimilava a ideia de uma “semi-colônia” foi levando-os a teorizar uma “revolução nacional e social”, na qual a burguesia nacional era parte “às vezes” ou “de vez em quando” da dianteira revolucionária. Essa interpretação foi mudando para o I Congresso, no qual, ao calor dos acontecimentos se voltava a colocar

---

<sup>206</sup> AAVV, “Una historia, un compromiso con el marxismo-leninismo” (1999). *Temas Revolucionarios*, Ediciones PRML, Comisión 50° aniversario VC-PRML - Abril 2015. Ali mesmo apontam que a passagem da concepção da revolução do campo às cidades à insurreição foi lenta; e SABAJ, Daniela aponta que no II Congresso “Abandonaram por completo as desconfianças quanto à estratégia maoista de guerra popular e prolongada, que esteve presente nos primeiros anos da organização, para afirmar um projeto insurrecional, determinando o caráter dependente do capitalismo em nosso país”. “ Vanguardia Comunista (1965-1978): Origen, Historia y Resistencia”, *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, 2 a 5 de octubre de 2013.

<sup>207</sup> A formulação é tomada do I Congresso, mas apesar das diferentes formulações ou nomeações, sempre se manteve a posição de que era por etapas.

<sup>208</sup> *No Transar* N° 92, 7/9/70. Por sua vez, se opunham à OLAS e à Tricontinental “por ter deixado de fora as organizações marxista-leninistas (...) e pelo apoio à invasão da Tchecoslováquia”.

em posição central o proletariado e, mais firmemente no decorrer da década de 1970, se produziu um abandono paulatino da teoria de que a revolução teria sua base no campo.

#### **4.2. O Partido Comunista Revolucionario: o maoísmo que batalhou contra o “social-imperialismo” russo na Argentina**

O Partido Comunista Revolucionário (PCR) se formou a partir da maior ruptura do PCA no ano de 1967. Grande parte da Federação Juvenil Comunista e alguns dirigentes do partido se enfrentaram com a direção nacional, que terminou por expulsá-los da organização. A via para a revolução e as posições partidárias frente aos governos das décadas de 1950 e 1960 foram interpretadas por tais setores como um abandono da linha proletária. Constituindo-se inicialmente como PC-CNRR (*Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria*), ao longo do ano definiram a criação de uma nova organização partidária que se propôs ser a vanguarda do proletariado, posto que o PCA haveria deixado de ocupar. Dado o grande desenvolvimento e tradição daquele partido e de “la Fedé”<sup>209</sup>, vários dirigentes eram reconhecidos e ocupavam cargos importantes na direção do movimento de massas, o que reforçou o peso desta nova organização desde o primeiro momento.

O componente inicial era predominantemente estudantil e intelectual. Definindo desde o início o caminho da insurreição urbana com hegemonia proletária e da via armada para a revolução, se concentraram em desenvolver e salvaguardar o trabalho político-sindical. Fruto de tal trabalho, conseguiram afiliar René Salamanca, que em 1972 se converteu em secretário do SMATA na regional Córdoba (sendo reeleito em 1974).

No período estudado seu jornal chamou-se *Nueva Hora* e sua revista teórica, *Teoría y Política*. Também participaram em publicações que apoiaram junto de outras organizações, como *Desacuerdo* e a revista *Los Libros*, esta destinada à intelectualidade.

---

<sup>209</sup> Forma como era chamada a Federação Juvenil Comunista (FJC).

A adoção do maoísmo concretizou-se em 1974, após um período de aproximação a essa corrente. Nesse mesmo ano, e apesar dos dois anos de trabalho em conjunto com VC, a denúncia da presença do “social-imperialismo” russo entre os possíveis golpistas e as posições políticas terminaram por distanciá-los.

Por suas fileiras passaram reconhecidos militantes intelectuais e dirigentes sindicais. A organização sobreviveu à última ditadura militar argentina e seguiu gravitando no cenário político do país.

### **O PC, a burguesia nacional e da revolução nacional e social à libertação nacional**

Partido Comunista Argentino se formou como resultado do rompimento com o Partido Socialista em 1918, acusado por aquele de ser social-democrata e reformista<sup>210</sup>. O nome de PCA o adotou em 1921, no contexto das definições da III Internacional em criar os Partidos Comunistas que abraçaram a revolução de Outubro e se juntaram à luta pela revolução em cada país.

Em árdua disputa com outras correntes políticas, foi na década de 1930 em que o PCA deu um grande salto em sua organização, participação e incidência no movimento operário e popular, à frente de conflitos destacados da política nacional<sup>211</sup>. Em suas fileiras se encontraram, a partir daquele momento, reconhecidos dirigentes políticos e figuras do mundo intelectual e da cultura<sup>212</sup>.

Seu “encontro” com a classe operária argentina foi sinuoso, com uma crise muito forte em torno dos acontecimentos e processos que dariam lugar ao movimento

---

<sup>210</sup> Em 1918, quando se separou do Partido Socialista, adotou o nome de Partido Socialista Internacional, em alusão à adesão à Revolução Russa. O nome atual foi adotado em 1921.

<sup>211</sup> Grêmio da construção, por exemplo. Também se destacou no envio das brigadas à Guerra Civil Espanhola. Ver CAMARERO, Hernán. *A la conquista de la clase obrera*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2007.

<sup>212</sup> Fundamentalmente pelas fileiras da FJC passou inumerável quantidade de personagens destacados, muitos dos quais ainda formam o espectro político do país. Ver GILBERT, Isidoro. *La Fede. Alistándose para la revolución, La Federación Juvenil Comunista 1921-2005*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009.

peronista em meados da década de 1940. A estruturação sindical e política que erigiu-se então prescindia e perseguia os comunistas, o que dificultou suas ações junto à massa de trabalhadores, os quais, pelo contrário, foram estreitando seu pertencimento e identidade junto ao nascente Justicialismo, em um vínculo fervorosamente debatido na historiografia e na política até os dias atuais. Isso se manifestou com a perda de posições anteriormente obtidas no seio do movimento operário. Ao mesmo tempo, a integração do PCA à frente eleitoral *Unión Democrática* para as eleições de 1946, integrada pelo arco opositor dentro do qual eram destaque os conservadores de direita (que inclusive contavam com o beneplácito da embaixada dos EEUU), foi um ponto que dificultou a ação do PC entre os trabalhadores e ocasionou sérios debates internos e não menos desfiliações e fragmentações menores. Sua motivação, significado e repercussões têm sido fruto de diversas interpretações, as quais também excedem à proposta deste trabalho.

Cabe mencionar que fizemos uma breve resenha, posto que se trata de um momento que é divisor de águas na história argentina e que, conseqüentemente, atravessou de maneira profunda os partidos políticos, motivo pelo qual o encontramos permanentemente reinterpretado e ressignificado no período a que nos compete. Em particular, nos interessa a irrupção da burguesia nacional, que havia sido operada fundamentalmente desde a década de 1930, e sua expressão política governamental no movimento peronista, o alcance e limitações de seus governos (a avaliação que fazia deles o PC) e sua relação com o movimento operário.

O golpe de 1955 não significou mais que uma nova configuração de tais elementos ao redor de dois eixos articuladores vinculados entre si: por um lado, como organizar a acumulação e a reprodução do capital, sobretudo depois da crise econômica; e por outro lado, o que aconteceria com o peronismo, considerando que seu líder

encontrava-se exilado e cujos movimento e símbolos estavam proibidos.

Mas o exílio de Perón não precipitou uma virada ao comunismo por parte dos trabalhadores. Tal situação, junto a diversas aproximações que elaborava o PC sobre a base de sua experiência e dos alinhamentos e orientações da Internacional, os foi levando a uma série de análises e posições que posteriormente seriam condenadas pelos grupos que depois adeririam ao maoísmo. Uma delas seria sobre o tratamento dado à burguesia nacional e ao peronismo. A posição do PCA após o golpe de 1955 foi a do “trabalho unitário” com as massas peronistas, tratando de que se expressasse basicamente no terreno sindical, que estariam acompanhando à espera de uma inevitável tomada de consciência por parte da classe trabalhadora. A não “desperonização” dos trabalhadores se conjugava, em alguns grupos, com o sabor amargo da lembrança da *Unión Democrática*.

Para as eleições de 1958, os comunistas chamaram (assim como fez o peronismo) o voto em Arturo Frondizi, expressão do desenvolvimentismo local. O fariam a partir de um apoio programático que contemplava, entre outras coisas, “o desenvolvimento do regime democrático, a independência nacional e a coexistência pacífica entre todos os povos e nações”<sup>213</sup>. Conjugavam-se aspectos programáticos do PCA (a independência nacional como primeira etapa da revolução), lemas que davam conta da situação argentina (a necessidade de uma verdadeira democracia – que para o PCA também haveria sido inexistente no peronismo) e a agenda que começava a instalar-se no MCI (a coexistência pacífica aparecia com força desde o XX Congresso do PCUS como principal tarefa a nível internacional). Assim, em uma reunião convocada pelo novo presidente, os dirigentes Vitorio Codovilla, Rodolfo Ghioldi, Arnedo Álvarez e Victor Larralde (pelo Comitê Central do PCA) expressaram “sua

---

<sup>213</sup> Entrevista 24/6 da delegação do PC (Codovilla, R. Ghioldi, Arnedo Álvarez, Victor Larralde). *Nuestra Palabra*, 3/7/58, p 6

decisão de contribuir com sua atitude partidária, a assegurar-lhe o apoio da classe operária e do povo na realização dessa política e de toda medida governamental e parlamentar que tenha por finalidade a realização do programa prometido à população no curso da campanha eleitoral”<sup>214</sup>.

Não obstante, alguns meses mais tarde acusavam de “traidor” ao presidente “ajustador”. Publicavam em 1959 o informe de Codovilla ante o CC, em junho de 1956, no qual, diante do debate de como chegar a um crescimento no país, apontavam que “deve fazer-se (...) através de empresas nacionais, estatais e privadas, que desenvolvam a economia nacional sobre a base de um plano que assegure o progresso econômico do país, o bem-estar do povo e a independência da Nação”<sup>215</sup>. O interessante, para nosso propósito, é observar que, como já assinalamos, o desenvolvimentismo havia penetrado em uma ampla massa e setores do espectro político e que, evidentemente, a confluência com Frondizi também surgia dali. Não apenas como uma tática, senão que o PCA fazia também suas as bandeiras do “desenvolvimento econômico”, que é o que dá a pauta dos debates dentro da esquerda marxista na época, e as tarefas necessárias.

Novamente este programa aparece delineado frente as eleições para senador na Capital Federal, em 1961, na qual chamavam a votar pelo líder socialista Alfredo Palacios, a partir de uma perspectiva que contribuísse ao arranjo de uma “Frente Democrática Nacional, antioligárquica, antiimperialista e pró-paz, com vistas à formação de um Governo de ampla coalizão democrática”<sup>216</sup>.

Com isso queremos apontar as idas e vindas (ou, melhor dizendo, um posicionamento que vai se assentando) diante da burguesia nacional, sobre a base de uma análise da realidade internacional e da Argentina. Tudo isso acontecia

---

<sup>214</sup> *Nuestra Palabra*, 3/7/58, p 6

<sup>215</sup> Informe proferido por Vitorio Codovilla ante o Comitê Central do PC, 16 de junho de 1956, Publicado em *Nuestra Palabra*, 1959

<sup>216</sup> *Nuestra Palabra*, 17/1/61, p 2

paralelamente ao triunfo da Revolução Cubana em 1959 e um período de luta operária e popular a partir da tomada do frigorífico Lisandro de la Torre, que teria como resposta a sanção da *Ley de Conmoción Interna del Estado* (CONINTES), pela qual milhares de ativistas foram (ou retornaram) ao cárcere como presos políticos.

As tensões não acabavam no desencanto produzido com Frondizi. Muitos militantes, no contexto mundial que se atravessava, começaram a criticar a linha e o programa, essencialmente no que dizia respeito à burguesia nacional. O CC, que não permitia o livre debate das diferenças, em seus documentos e publicações criticava tanto os “seguidistas da burguesia e do peronismo”, entre os quais havia expoentes que tinham sido expulsos do partido, quanto os “ultra-esquerdistas” (sobretudo usava como bode expiatório outras organizações do país)<sup>217</sup>.

1962 seria um ano-chave para esta linha de argumentação. Esse ano iniciou com o apoio do PC aos candidatos peronistas nas eleições realizadas em março. Merece destaque, fundamentalmente, o ativo apoio à candidatura de Framini. Em julho se tornaria público um documento de Codovilla que viria a ser a elaboração teórica desse apoio. Intitulava-se “*El giro a la izquierda del Peronismo*” e se dedicava a analisar como, dos diferentes setores existentes no interior do amplo e heterogêneo movimento (direita, centro e esquerda), era a esquerda que havia passado a hegemonizá-lo. E não tinha feito isso pelas costas do ex-presidente exilado, como contando com seu beneplácito. Por isso, e também devido a que *ainda* não marxistas-leninistas, o PC deveria acompanhar esse avanço dos trabalhadores peronistas<sup>218</sup>. Um passo além foi publicado em agosto do mesmo ano:

(...) propiciamos um bloco ou uma frente com todas as forças

---

<sup>217</sup> Ao longo dos jornais podem se ler esses motes.

<sup>218</sup> Informe dos dias 21 e 22 de julho de 1962, no CC. Sai na capa, *Nuestra Palabra*, 31/7/62

dispostas a lutar contra esses inimigos e, por conseguinte, *incluímos como parte integrante da frente de libertação nacional e social essa parte da burguesia*. Ressaltamos, contudo, que a burguesia nacional já conheceu o fracasso quando fora dirigente (...) <sup>219</sup> [destaque da autora]

Como pode ser apreciado, fica assentado em um documento partidário que a burguesia nacional constituía parte da frente revolucionária, ainda que se destacasse que não poderia dirigi-lo.

Outro dos elementos que seriam apontados *a posteriori* pelos diversos grupos dissidentes seria a abordagem da revolução cubana. Encontramos, sobretudo nos primeiros do triunfo uma atitude cautelosa <sup>220</sup> e receio para com o processo, até que finalmente (e acima de tudo até 1961) mergulhem no cerco de solidariedade à ilha e sua revolução. A edição da revista “Che”, junto com o PSA, foi expressão desse momento de abraçar a experiência e de sair a disputar o entusiasmo que havia gerado, principalmente nos grandes contingentes de jovens <sup>221</sup>.

Mas também a revolução cubana (e talvez por isso o desconcerto inicial) sacudiu os princípios da coexistência pacífica e da possível transição “não violenta” ao socialismo. Expusemos anteriormente como se foi conduzindo este debate, que era um dos pontos que foi enfrentando ao PCCh com o PCUS. O PCA evidentemente já estava ensaiando a possibilidade de impulsionar reformas através de governos como o de Frondizi. A Conferência de 1957 e a Declaração dos 81 PC's em 1960, ou o que o PCUS apoiava nelas, aparecia como a prova de que o mundo ia até ali. Daí que em 1961 se

---

<sup>219</sup> *Nuestra Palabra*, 14/8/62 p7

<sup>220</sup> Que se expressa em títulos sob a forma de pergunta, muito detalhe sobre os fatos e pouca caracterização, de início.

<sup>221</sup> Para uma análise da experiência da revista Che, consultar TORTTI, María Cristina, “Debates y rupturas en los partidos comunista y socialista durante el frondizismo”, Publicado en *Prismas. Revista de historia intelectual* nº 6 (2002), Universidad Nacional de Quilmes, e “La nueva izquierda a principios de los '60. Socialistas y comunistas en la Revista ‘Che’”, *Revista Estudios Sociales* Nº 22/23, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe.

elevasse, até considerá-lo um “documento histórico”<sup>222</sup>.

O debate no MCI, como assinalamos, não era público, ou ao menos se tentava que não o fosse. O PCA, desde sua fundação, publicava documentos e eventos do PCUS em seu jornal, dando-lhes um espaço relevante. A revolução chinesa também era celebrada e seus avanços divulgados. À medida que foi se acentuando a confrontação em 1962, o PCA foi explicitando seu apoio incondicional à URSS, até finalmente publicar, em 1963, seu apoio à carta do PCUS ao PCCh, de 30 de março desse mesmo ano, o que significava opor-se aos chineses.

Sabemos, de todo jeito, que não se abordava diretamente o debate, motivo pelo qual este transcorreu subterraneamente no interior do Partido. Em outubro de 1963, o jornal *Juventudes*, da FJC, colocou em sua capa o rosto de Mao-Tse-Tung na comemoração de um novo aniversário da revolução chinesa e houve um alvoroço no interior do Partido<sup>223</sup>.

Podemos observar que todas essas frentes abertas iam expressando-se em diversos setores no interior do partido. Algumas aparecem como excludentes ou, ao menos, contraditórias. Dependendo de qual era a área de interesse do grupo ou militante e suas possibilidades de incidência, essa frente era encoberta. Mas a direção do CC aparecia como um bloco que terminava por definir sobre as questões de linhas centrais e que orientava em um sentido, às vezes, a despeito dos debates abertos.

Ante o golpe sofrido por Arturo Frondizi, o PCA publicou que reconhecia três grupos, dentro dos militares que haviam participado na deposição. Entre eles haveria um que identificavam como “nasserista”<sup>224</sup>, ao que apoiariam com o objetivo de formar um governo democrático. Antecipavam, assim, o apoio aos militares “azules” no

---

<sup>222</sup> *Nuestra Palabra* 24/1/61, pag 2

<sup>223</sup> BREGA, Jorge. *Ha muerto el comunismo? Conversaciones con Otto Vargas*. Buenos Aires, Editorial Ágora, 1990.p 21

<sup>224</sup> Em referência a Gamal Abdel Nasser, militar nacionalista egípcio, que fora presidente entre 1956 e 1970.

enfrentamento aberto que era mantido por estes com o setor “colorado” no Exército<sup>225</sup>. Esse episódio será duramente criticado durante o processo de ruptura por aqueles que racharam em 1967-68.

Finalmente, essas transformações na linha sistematizada e praticada pelo PCA se acentuou com o apoio deste partido ao governo de Arturo Illia, a quem qualificavam como “nacionalista burguês”.

Isso nos leva ao primeiro dos temas expostos (sobre a burguesia nacional) e nos permite formular o questionamento sobre se não seria que, da revolução nacional e social, o PCA tendia a ressaltar o primeiro destes aspectos. Tudo indica que é possível pensar que o novo tratamento dado à burguesia nacional, o desejo pelo “desenvolvimento nacional”, a expectativa em um setor no interior das FFAA, e, por fim, a confiança em chegar ao socialismo pela via pacífica (tudo isso sem desmerecer o que denominamos como outras “frentes”, que abordavam o conjunto de lutas existentes) ia inclinando as posições para um dos lados dos debates, e confrontando com o processo de radicalização que vinha se operando em vários setores das massas, fruto do contexto nacional e internacional que se vivia. A tática política ia se transformando em estratégia.

No calor destes debates e acompanhando experiências que partiam da revolução cubana, mas que os levavam a repensar o marxismo, incluindo teóricos e experiências não privilegiadas pelo PC, em 1963 se produziu uma forte cisão com epicentro na província de Córdoba, que deu lugar ao grupo *Pasado y Presente*, que tanto influiu na intelectualidade da época<sup>226</sup>. Um ano depois, produziu-se uma cisão menor em Buenos

---

<sup>225</sup> Os “colorados” representavam centralmente à velha oligarquia latifundiária, vinculada ao comércio de produtos agropecuários e com contatos com os ingleses e um os EUA. Os “azuis” constituíam uma frente mais heterogênea que incluía a setores mais “modernistas”, alguns com vínculos nos EUA, outros com a URSS, outros com outras partes da Europa...

<sup>226</sup> *Pasado y Presente (PYP)* foi uma influente revista cultural argentina referenciada no marxismo. Criada por ex militantes do PCA em Córdoba, procurou publicar estudos e análises desde um marxismo no sentido amplo. *PYP* teve um grande papel na difusão de Antônio Gramsci na Argentina. Os principais referentes da revista foram José Aricó e Juan Carlos Portantiero. Outros referentes foram Héctor Schmucler, Samuel Kicszkovsk e Carlos Assadourian. O catálogo pode ser acesso desde

Aires, quase exclusivamente juvenil, com um grupo que passou a se chamar Vanguardia Revolucionaria, e que não teve muita transcendência. De qualquer maneira, esses antecedentes exteriorizavam um mal-estar que o partido preferia deixar portas adentro e sem ser abordado frontalmente<sup>227</sup>, na medida do possível.

O golpe de 1966 encontrou ao PC conclamando à “unidade” dos lutadores, o que os levava necessariamente a buscar confluência com a ala *vandorista* do peronismo que dirigia a CGT. Apesar do anúncio de que o golpe “não passaria” pela mobilização popular<sup>228</sup>, se viram com uma certa “expectativa” frente ao governo, estimulada por diversas correntes políticas e instrumentalizada pelas direções sindicais.

Segundo analisa o I Congresso do PCR, o conflito e a luta no CC da FJC contra as posições “oportunistas” datavam de 1962. Em um amplo processo de enfrentamento, o partido resolveu intervir em 1967 no Comitê da FJC da Capital, apesar da oposição do Comitê Central da FJC. Em resposta à situação violatória dos estatutos, um núcleo elaborou o texto “*Hacia el IX Congreso. Por la unidad y la defensa de la FJC y el PC sobre la base de los principios leninistas*”<sup>229</sup>, que atizou o conflito e desembocou em uma ruptura protagonizada, fundamentalmente, pelos “setores universitários, o Comitê da Capital Federal, muitos comitês provinciais e organismos de bairro e células”, que alcançou cerca de 4.000 afiliados<sup>230</sup>.

---

<http://www.cedinci.org/edicionesdigitales/pasadoypresente.htm>

<sup>227</sup> GILBERT, Isidoro, *Ob Cit*

<sup>228</sup> “Declaración del CC 8-6-66

<sup>229</sup> “Hacia el IX Congreso. Por la unidad y la defensa de la FJC y el PC sobre la base de los principios leninistas”, em PCR, *Documentos aprobados desde la ruptura con el PC revisionista hasta el 1º Congreso del PCR (1967/1969)*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 1, 2003

<sup>230</sup> Em 1967 apontavam que estavam constituídos por: “as duas terças partes da FJC e organismos afiliados do PC da Província de Buenos Aires, Capital, Santa Fé, Mendoza, Tucumán, Corrientes e outros”. “*Declaración por el 50 aniversario del Partido Comunista*”, 9 de setembro de 1967, p 79. Entre eles se encontravam Jorge Rocha (que era dirigente da FUA por então), Otto Vargas, Julio Godio, Carlos Echague, Jorge Berstein, José Ratzler, Pedro Planes, Antonio Sofia, Lucy Edelman, Clelia Íscar, vários dos quais tomaram parte na criação da nova organização. Muitos deles eram filhos e familiares de reconhecidos dirigentes do PCA, motivo pelo qual a tradicional acusação de “serviçais” ou de “infiltrados” ficava difícil de sustentar-se.

Esse texto, junto a “*Por qué no se quiere discutir?*”<sup>231</sup> foram tanto o prelúdio da ruptura como as bases político-ideológicas sobre as quais começaria a construção da nova organização.

O primeiro destes documentos foi posto em circulação para debate interno em outubro de 1967. Trata-se da base da discussão no marco da convocatória ao Congresso, instância máxima da direção. Resulta interessante que como método, e seguramente para proteger-se ante futuras acusações que fossem “divisionistas” (o que, de todo modo, aconteceu), remetiam à linha do XII Congresso, realizado em março de 1963, que seria defendida ou caracterizada como correta em essência, mas cujo problema estaria na “aplicação”. Em contraposição, apontavam como “confusas e contraditórias” as apreciações que apareceriam na VII Conferência Nacional do PCA, em abril de 1967.

Em “*Hacia el IX Congreso...*” criticam-se os métodos “antileninistas” que acusavam ao CC do partido praticar, por não deixar que se discutisse a linha, e sintetizavam-se os pontos que preocupavam a este núcleo da FJC. Os nós das críticas giram em torno da caracterização do governo Illia como “pequeno-burguês e burguês-nacional”; o trabalho “unitário” com a ala *vandorista* e o “peronismo de direita” (integração da CGT que aqueles controlavam), que enfrentava Illia, só propiciando o golpe de estado posterior e com os que se manteve a unidade, inclusive depois do golpe; nesse sentido, questionou-se sobre o abandono das posições “classistas” e de independência política, que haviam acabado por sujeitar o estabelecimento de acordos com aquele setor. Todos esses aspectos coagularão na síntese da crítica mais dura, ou profunda: a do abandono da luta pelo poder. A VII Conferência rezaria que a solução da situação política residia na formação de um “governo provisório de ampla coalizão (...) que convoque uma Assembleia Constituinte”<sup>232</sup>, o que, para o setor da FJC que redigiu

---

<sup>231</sup> VARGAS, Otto, “¿Por qué no se quiere discutir?, (dic de 1967)”, em PCR, (2003), *Ob Cit*

<sup>232</sup> Citado em “*Hacia el IX Congreso ...*” PCR (2003), *Ob Cit*. p 24

o texto, não era mais do que uma prova de abandono da luta da classe operária pela tomada do poder e a rendição frente a burguesia. Na mesma linha argumentativa, denunciavam que nos diferentes materiais aparecem denominações diferentes sobre o tipo de governo pelo qual lutam: “governo democrático e popular; governo de ampla coalizão democrática e antiimperialista; governo democrático-popular; governo de novo tipo; governo de fundo conteúdo social, de ampla coalizão; governo de representantes da classe operária e do povo”<sup>233</sup>. O problema não seria apenas de denominação, mas de conteúdo, posto que cada caso implicaria no protagonismo de diferentes classes sociais, qual deveria ter hegemonia e que tarefas deveriam ser levadas a cabo. Alertam, assim, sobre o grave perigo no qual se incorreria ao unir-se à certas classes ou setores sociais e em não “golpear com independência”, o que colocava na agenda dos comunistas a luta por “ganhar a classe”, “despojando-a” da consciência burguesa e “introduzindo” a proletária.

O texto incluía uma seção em que se analisava a situação nacional e em outra, a internacional. Com relação à primeira, o propósito deste trabalho, é destacar que reconheciam que a luta contra a ditadura estava transbordando às direções sindicais “traidoras” (lutam “por cima de seus dirigentes e apesar deles”) e que o partido deveria colocar-se à “vanguarda”, lutando para que as massas transcendessem a luta meramente reivindicativa e se “elevassem” em consciência e organização. Sobre a segunda, cabe destacar as críticas pelo apoio insuficiente à OLAS e a maneira como suas orientações foram postas em prática, com eixo, fundamentalmente, no início das ações para a tomada do poder. Mesmo assim, convocavam à defesa de Cuba, criticavam a invasão ianque a Santo Domingo e ao Vietnã, realizavam uma implacável defesa da URSS e apontavam que os avanços do imperialismo (leia-se os EEUU) eram possíveis principalmente pelos estragos no campo socialista causados pelos dirigentes chineses,

---

<sup>233</sup>*Ibid* p 26

aos que qualificavam de “aventureiros” e “nacionalistas”<sup>234</sup>. Sobre este último, cabe a possibilidade de que o esclarecimento respondesse às acusações de “maoistas” que uma parte do partido fazia chegar a eles, apesar de ainda estarem longe de sê-lo.

O texto “*Por qué no se quiere discutir?*” foi escrito por Otto Vargas, que, por esse momento, dirigia o regional partidário de La Plata, e foi publicado na revista Forjador do CC da FJC, em dezembro de 1967. O mesmo cumpre a função de acusar a direção partidária pela cisão que haviam precipitado e da qual eram os “únicos responsáveis”<sup>235</sup>, e também de assentar as bases da caracterização da linha partidária como “oportunista”. O começo da virada estaria na penetração do “browderismo”<sup>236</sup> e a confiança de que existia “um capitalismo norte-americano progressista” nos partidos comunistas, dos quais o argentino seria o mais comprometido entre todos da América Latina. Esse aspecto se cruzava com a confiança em que a burguesia podia “iniciar” (repetia-se até cansar que “não podia dirigir”) a revolução, o que se articulava com um terceiro aspecto do “oportunismo”, que consistia em fazer da “via pacífica” o mais adequado.

Passam, em seguida, a detalhar uma série de eventos nos quais os posicionamentos do PCA demonstrariam o predomínio destes “desvios oportunistas”, para concluir que “estas são as causas (...) pelas quais se encerra a discussão (...) provocando-se assim a cisão no Partido. *Quer-se evitar uma discussão que desenterre as raízes de uma tendência oportunista (...), porque quer-se projetar, até o futuro, uma linha baseada nessa tendência*”<sup>237</sup> [itálico do original]. Se encerrava, desse modo, o caminho para um possível entendimento.

---

<sup>234</sup> *Ibid*

<sup>235</sup> Ilustra a situação com o verso de um poema: “tu me proíbes derramar o vinho / mas me ordena inclinar a taça”, VARGAS, Otto, *Ob Cit* p 56.

<sup>236</sup> Earl Browder, secretário geral do PC dos EUA, tinha formulado a Tese de colaboração (e não confronto) entre as democracias da URSS e dos próprios EUA

<sup>237</sup> VARGAS, Otto, *Ob Cit* 75

## Do CNRR ao PCR

Pública a cisão, o grupo saído decidiu dotar o nome de *Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria del Partido Comunista Argentino* (CNRR-PCA). O afluente principal do CNRR se constituía pelos ex-militantes da FJC, grandes protagonistas da luta contra Onganía até o momento, o que os havia feito chocar-se com a direção do PC. No mesmo sentido, houve outro agrupamento dirigido conjuntamente pela *Federación Universitaria Argentina* (FUA) e vários centros de estudantes: o *Movimiento Estudiantil de Acción Popular* (MENAP), uma organização antiimperialista com um grande trabalho no movimento estudantil, que questionava a linha “gorila” do PC. Dali surgiram quadros protagonistas das lutas por esses dias (o *Correntinazo*, o *Rosariazo*, os *Tucumanazos*), e quadros fundamentais da direção do futuro PCR (Rosa Nassif, Horacio Ciafardini, Carlos Paillole, Rafael Gigli, entre outros). Por último, quadros e militantes de diversas regionais do PC (Clelia Íscaró, Jacobo Perelman, Carlos Slonimski, entre outros).

Inicialmente, “foi uma mescla em que havia de tudo (...). Alguns rompiam porque eram críticos dos métodos do PC (...). Outros porque eram mais amigos dos cubanos, mais partidários da luta armada e do foco. (...) Era uma *melánge*”<sup>238</sup>. Os pontos em torno dos quais se reuniam figuravam na “*Declaración Constitutiva del Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria del Partido Comunista Argentino*”: a definição da via armada para a revolução, o apoio à OLAS como possível coordenadora de partidos e forças revolucionárias (polemizando com outras forças, mas não colocando as diferenças à frente), a rejeição à linha “seguidista” de alguma ala da burguesia, para “evitar o mal maior” e a defesa dos métodos leninistas na construção partidária. Sustentavam que, frente a um PC cuja influência decaía (tal como mostravam

---

<sup>238</sup> ANDRADE, Mariano, *Para una historia del marxismo en Argentina. Entrevista con Otto Vargas*, Programa de historia Oral, FFyL, UBA, 2005.p 35

os números de venda da imprensa e as dificuldades nas campanhas financeiras), que não havia podido ocupar seu papel de vanguarda nas lutas operárias, e que não havia conseguido disputar a influência do peronismo, assumiam “a responsabilidade histórica de reconstruir a linha e restabelecer os métodos leninistas”<sup>239</sup>.

Embora a data de fundação tenha sido publicada no jornal *Nueva Hora*, em fevereiro de 1968<sup>240</sup>, a data a que se remetem como fundacional (o dia 6 de janeiro de 1968) não deve passar em branco. Considerando que o PCA havia sido formado em um 6 de janeiro, isso colocava o CNRR na disputa pela tradição comunista. Também o seu nome, posto que a escolha por “*Comité de Recuperación*” os situava na intenção de apostar pela reintegração. De fato, anunciavam que caso voltasse atrás (o CC do PC) com às expulsões, sanções e se abrissem canais de discussão, tal organismo se dissolveria.

Nos escritos posteriores expressaram que embora que “o estar sempre nas lutas” os tenha caracterizado, ainda no começo conviviam com uma grande confusão teórica e política: “éramos mariateguistas; gramscianos; absorvíamos coisas de John William Cooke e da teologia da Libertação; guevaristas; castristas”<sup>241</sup>. Na “*Declaración...*”, contudo, buscavam posicionar-se em relação a certos debates sobre o que ocorria no MCI. Se o apoio estava orientado fundamentalmente na direção da experiência cubana e suporte à resistência vietnamita, por outro lado as práticas e tendências “alheias ao marxismo-leninismo” e que deveriam ser combatidas, as localizavam em Mao, e sua linha “nacionalista, antissoviética e divisionista”, o “reformismo e nacionalismo”

---

<sup>239</sup> “Declaración Constitutiva del Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria del Partido Comunista Argentino (enero 1968)”, em *Nueva Hora* N 1, fev 1968 e PCR (2003), *Ob Cit.* p 100. Na entrevista de 2004, Vargas formula e faz ênfase na solidariedade com o Che Guevara. ANDRADE, Mariano, *Ob Cit* p 35

<sup>240</sup> Declaración constitutiva...” *Ob Cit*

<sup>241</sup> Interpretam que o fim dessa confusão estaria dado pela adesão ao maoísmo. “ANDRADE, Mariano, *Ob Cit* p 65.

iugoslavo<sup>242</sup> e as “concepções pequeno-burguesas” entre as quais está Regis Debray.

A invasão à Tchecoslováquia e a condenação a tal processo, por respeito à soberania (ainda que reconhecessem que dentro desse país estava em curso uma contrarrevolução) foi opondo-os, de fato, à URSS e também a Cuba que, aliada àquela, aprovou a intervenção.

A partir de suas definições impulsionaram, não só posicionamentos como organização, assim como estimularam, por exemplo, uma declaração de personalidades e organizações passado um ano do assassinato de Che. A mesma sentenciava ao final que “nossa revolução será antiimperialista, antioligárquica e antimonopolista, encabeçada pela classe operária e se apoiará na luta diária das massas oprimidas, escolhendo desde já, como único caminho para a tomada do poder, aquele que julgamos inevitável: o da luta armada”<sup>243</sup>. Entre as assinaturas encontramos (além do CNRR e alguns de seus militantes, individualmente) pessoas de pertencimentos diversos, como Rodolfo Walsh (jornalista e escritor), Leopoldo Marechal (escritor), Alicia Eguren de Cooke (militante e companheira de John William Cooke), Benito Romano, Leandro Fote (ambos militantes da agroindústria açucareira), Ricardo Piglia, David Viñas, Bernardo Kordon (escritores), David Tieffenberg (jornalista), Juan Carlos Portantiero (sociólogo) e os partidos políticos PRT-El Combatiente, o MLN, entre outros.

No momento de sua formação e devido à composição descrita, contavam com força no movimento estudantil (de fato, dirigiam a FUA) e tinham alguns quadros operários. Apesar de termos apontado que os estudantes foram vanguarda na oposição a Onganía, em maio de 1968 e com uma FUA dirigida por Jorge Rocha do CNRR, ganharam grande notoriedade com as celebrações dos 50 anos da Reforma

---

<sup>242</sup> A URSS tinha apoiado a Tito no meio do debate com o PCCh (a pesar das diferencias que tinham e que tinham causado a expulsão da Iugoslávia do Kóminform

<sup>243</sup> “El Che Guevara y la Liberación nacional y social del pueblo argentino”, em PCR, (2003), *Ob Cit*

Universitária<sup>244</sup>. Rapidamente, por orientação nacional ou decisão própria (neste momento de baixa estruturação, junto à convivência de várias linhas, havia muita margem para as propostas de organização, ainda que devessem ser aprovadas), enviaram-se militantes para “armar” zonas do interior. O único caso que tem sido mais estudado, neste caso pela escritora e militante Pilar Sánchez, é o de César “Gody” Álvarez<sup>245</sup>. “Anônio”, seu nome na clandestinidade, era um militante do PC vinculado ao “aparato militar” que havia sido “congelado” em decorrência de seus debates com a direção logo de seu regresso de Cuba, onde havia ido aperfeiçoar-se, em 1963-64. Após a ruptura, se aproximou do núcleo que formou o CNRR e se propôs ir até a província de Córdoba, onde, segundo ele, “começaria a revolução”. Tal deslocamento o pôs em contato, antecipadamente, com os trabalhadores que protagonizariam o *Cordobazo*, a recuperação sindical, o *Viborazo*. Segundo relatam seus ex-companheiros, combinando um minucioso e personalizado trabalho político com o apoio dos agrupamentos estudantis com que contava na Universidade, foi aproximando-se de trabalhadores que desenvolveram ações cruciais dentro das empresas<sup>246</sup>.

Em novembro de 1968 sistematizaram suas posições nas chamadas “*Tesis para el XIII Congreso*”<sup>247</sup>. Sobre a situação nacional, entendiam que o processo “racionalizador” de Onganía “liquidava” conquistas econômicas e sociais dos trabalhadores, “adequava” a estrutura produtiva do país às necessidades dos monopólios imperialistas e permitia o avanço norte-americano em diferentes terrenos. Além da estruturação do partido e com o objetivo manifesto de converter-se em vanguarda revolucionária, propuseram-se estimular a formação de uma “*Frente de Liberación*”

---

<sup>244</sup> Acontecida em 1918, introduziu o co-governo universitário. Foi influenciada pela Revolução Russa e repercutiu na América Latina toda..

<sup>245</sup> SÁNCHEZ, Pilar. *El Gordo Antonio. Vida, pasión y asesinato del dirigente comunista revolucionario César Gody Álvarez*, Bs As, Editorial Ágora, 2008.

<sup>246</sup> *Ibid*

<sup>247</sup> O número do congresso era consecutivo com o último do PC.

*Social y Nacional*”, que incluísse “a todas as forças partidárias da revolução de libertação social e nacional e dispostas a percorrer as vias para seu triunfo”<sup>248</sup>.

Em um informe partidário<sup>249</sup> de novembro de 1968, a par de analisar a radicalização que se estava produzindo na Europa Ocidental (França, Bélgica, Inglaterra, Itália, Espanha e outros países), na Ásia (Japão, Índia, Sudeste Asiático, Indonésia), no Oriente Médio, nos próprios Estados Unidos e na América Latina, assinalavam que na Argentina tinham ocorrido importantes lutas contra a ditadura. Lutas que enfrentariam como problema (segundo eles), o “isolamento” e a “desarticulação”. Interessava-nos, deste informe, o fato de que polemizam com outras correntes sobre a análise do estado de ânimo e da conflitividade. Ressaltam que existem os que a “negam”, os que a “aceitam” para propor uma saída que “marginaliza” as massas como os foquistas, ou os que explicavam um suposto “defesismo”. Para eles, pelo contrário, havia boas expectativas. Citavam as lutas de IKA<sup>250</sup> (onde ganharam força como grupo), YPF e a Intersindical de Rosário, que demonstrariam a importância de ter células partidárias que organizassem as lutas com uma linha justa para arrancá-las do quietismo. Parte importante estaria em conseguir impelir “desde baixo” as lutas, extravasando as direções. Em dezembro, usariam uma metáfora que passaria à posteridade como autorreferência da organização, como o “grande acerto”: haveria um “*polvorín*” de descontentamento popular e era preciso “fazê-lo estourar”<sup>251</sup>.

Em 10 de março de 1969, tendo abandonado as expectativas de “recuperar o PC”, e antes de seu Primeiro Congresso como uma organização diferente (e seguramente buscando antecipar-se à possibilidade de que o futuro VC se apropriasse desse nome que sentiam próprio), decidiram constituir-se como *Partido Comunista*

---

<sup>248</sup> “Tesis para el XIII Congreso (nov 1968)”, em PCR, (2003), *Ob Cit*

<sup>249</sup> “Los comunistas revolucionarios ante la actual situación política nacional e internacional”, em PCR, (2003), *Ob Cit*

<sup>250</sup> Empresa automobilística.

<sup>251</sup> “La orden de Perón”, *Nueva Hora* N 18, 1era quincena dic 1968.

*Revolucionario*, porque, à diferença do PC, que apostaria “na passagem gradual e evolutiva ao socialismo”, eles acreditavam “na mudança revolucionária da sociedade”<sup>252</sup>.

Em maio de 1969 se produziram as revoltas populares após as quais o PCR afirmou “nunca nada voltará a ser igual na Argentina”, posto que as jornadas de maio-junho haviam “esboçado” o caminho da revolução na Argentina, obrigando a todas as forças sociais a colocar-se em movimento e tomar posição. Segundo eles, sua análise sobre o “*polvorín*” os colocou em melhores condições que outras forças da esquerda que falavam de “refluxo” das lutas. Através de seus militantes e contatos, que provinham sobretudo da IKA–Renault, organizaram as colunas e os elementos de autodefesa para participar da marcha que terminou com a cidade tomada. O PCR e o grupo classista “*I de mayo*”, que impulsionava, saíram fortalecidos de tal processo<sup>253</sup>.

Apesar desse “acerto”, sua força organizada já não contava com os 4.000 iniciais e se colocava o desafio da “penetração na classe de um Partido cujos membros fundamentalmente provinham da pequena burguesia, do estudantado (...)”<sup>254</sup>. Ali empreenderam um reforço na “proletarização”<sup>255</sup> de seus militantes, o que lhes custou a direção da FUA. Contudo, produto do trabalho que vinham realizando, nesse ano se somaram outros contingentes ao Partido: o *Felipe Vallese*, grupo de operários metalúrgicos de Córdoba, no qual militava René Salamanca e militantes do *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN ou Malena).

Segundo afirmam em documentos partidários, o *Cordobazo* os ajudou no triunfo

---

<sup>252</sup> “Resolución sobre la adopción del nombre: Partido Comunista Revolucionario de la Argentina (PCR)”, Publicado em *Nueva Hora* Nº 24,

<sup>253</sup> VOLKIND, Pablo, RUPAR, Brenda, LAUFER, Rodolfo y CRISTAL, Yann. “El clasismo cordobés: el caso del SMATA Córdoba 1972-1974”, ponencia presentada en las *IV Jornadas de Trabajo de Historia Reciente*. Rosario, 2008.

<sup>254</sup> “Documento preparatorio de la conferencia permanente del PCR (20/3/1969)”, em PCR, (2003), *Ob Cit* p 246

<sup>255</sup> Na literatura especializada, se encontram os conceitos de “implantação” e “estabelecimento” para dar conta do mesmo fenómeno.

da linha marxista-leninista ao interior do partido<sup>256</sup>, já que no I Congresso, realizado em dezembro desse ano, resolveram que a partir dali deveriam trabalhar na construção do partido e contra as concepções “reformistas” e “espontaneístas”, para estar em melhores condições de conduzir os próximos levantes<sup>257</sup>.

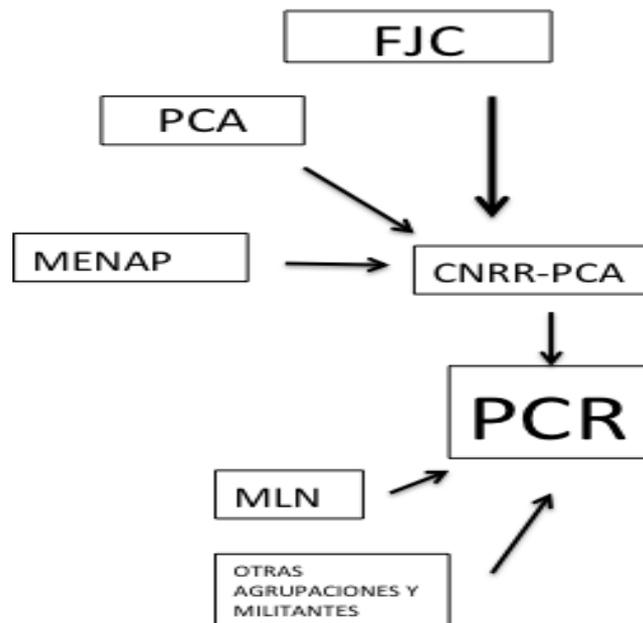
O Partido viveu nesses anos posteriores um salto em sua inserção no movimento operário, chegando inclusive a dirigir, através de René Salamanca (que já era parte do CC) e outros militantes, o SMATA Córdoba<sup>258</sup>. Essa figura e o processo de ganhar o sindicato regional em 1972 e 1974, e estabelecer novas práticas sindicais, como a hierarquização dos corpos de delegados e a rotatividade dos dirigentes nos postos de trabalho (dos quais Salamanca foi o primeiro), lhes permitiu ganhar visibilidade e projetar-se em todo o país. Eram convocados e mencionados em tantos atos e eventos sindicais de esquerda e/ou combativo quantos fossem organizados. Entusiasmadas, todas as frentes partidárias (estudantes e intelectuais principalmente) se voltaram à panfletagem e discutiam em seus lugares de militância notícias frescas sobre o que ali se sucedia. Até hoje em dia, tal experiência aparece talvez como o marco mais importante na reconstrução da história partidária (e, em especial, no movimento operário). Por sua vez, faziam de seu contato com os operários a base sobre a qual elaboravam e argumentavam sua linha política, tema que retomaremos.

---

<sup>256</sup> “Conferencia Permanente del PCR de marzo de 1971”, em PCR, *Documentos aprobados por el PCR desde su 1ª Congreso, diciembre de 1969, hasta su 2ª Congreso, abril de 1972*, Publicaciones 35ª aniversario del PCR, Tomo 2, 2005, p 113

<sup>257</sup> “Documentos aprobados por el Primer Congreso del Partido Comunista Revolucionario. Dic 1969.(Informe del Comité Nacional de PCR)”, em PCR (2003), *Ob Cit.*

<sup>258</sup> Entre outros: ARROSAGARAY, Enrique. “Salamanca. Secretario General de los mecánicos cordobeses 1972-1974”, en *Hechos y Protagonistas de las luchas obreras argentinas*, Editorial Experiencia, 1984; SANCHEZ, Pilar, *Ob Cit*



### O PCR e a adoção do Maoísmo

“sem partido revolucionário não há revolução e  
sem teoria revolucionária não há partido revolucionário”

*I Congreso PCR*

Se a primeira das premissas da frase acima estava bastante consolidada até 1971, a segunda seguiu sofrendo alterações nestes anos. O PCR deixou definitivamente assentada sua vinculação ao maoísmo, logo em seu III Congresso, em 1974. Até então, sua análise sobre o MCI e o marxismo-leninismo sofreram uma série de transformações. A seguir reconstruiremos um pouco como foi essa junção com as ideias do Pensamento Mao-Tse-Tung e o que significou para eles em cada momento.

Talvez a primeira característica que deveríamos ter presente, é que o grupo definiu entre seus primeiros pontos a defesa da via armada como única via revolucionária. Isso representava uma crítica, *centralmente*, à direção do PCA, que unilateralizaria uma das duas vias possíveis formuladas na Conferência de Partidos de 1960. Apesar disso, intencionalmente ou não, este posicionamento a respeito da

violência como inevitável os fazia confluir de fato com o PCCh em suas críticas às mudanças operadas no PCUS a partir do XX Congresso. De qualquer modo, nos primeiros tempos, a situação de “orfandade” os fez vincularem-se com um amplo espectro de forças políticas, entre os quais até a URSS havia se comprometido a reconhecê-los.

Fizemos referência às diferentes vertentes das quais se nutriu o PCR. Uma parte, aproveitou a ruptura como um “escape”, porque debaixo da ditadura era tedioso e perigoso militar<sup>259</sup>. Por outro lado, não necessariamente havia acordo para além dos pontos que enumeramos anteriormente e dentro dos quais vários privilegiavam uns sobre outros. Sem ir mais longe, o secretário caracteriza que em suas origens o PCR era bem mais “guevarista”, entendendo por isso que tinham “uma enorme simpatia pela revolução cubana”. Ainda que exceda os objetivos deste trabalho, deveríamos apontar que um grupo dissidente dessa organização se incorporará às *Fuerzas Argentinas de Liberación* (FAL), uma organização guerrilheira pouco estudada<sup>260</sup>. Também havia uma corrente de opinião muito forte que estimulava o “foquismo”. Mas o foquismo aqui se entende como “luta curta e triunfo rápido”<sup>261</sup>.

Sendo que desde o início formularam que escolhiam como estratégia de luta armada a da “insurreição armada de todo o povo, hegemônica pelo proletariado”, nas “*Tesis para el XIII Congreso*”, avançaram em discutir e diferenciar-se de outras correntes que também tinham suas expressões dentro do partido: por um lado, contra o “foquismo, que desenquadra a luta armada da luta de classes, pretendendo suplantarlo Partido pelo foco guerrilheiro” e subordinaria o proletariado a outras classes ou camadas

---

<sup>259</sup> ANDRADE, Mariano, *Ob Cit* p 33

<sup>260</sup> HENDLER, Ariel. *La guerrilla invisible. Historia de las Fuerzas Argentinas de Liberación (FAL)* Buenos Aires, Vergara, 2010.

<sup>261</sup> BREGA, Jorge, *Ob Cit*, p 70. Apesar da definição pela via armada, no PCR conviveram diferentes interpretações sobre a mesma. LISSANDRELLO, Guido. “El Partido Comunista Revolucionario (PCR) y la discusión estratégica en los '70”. *X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013

sociais; depois, contra “as ideias que atribuem o papel principal ao campesinato e formulam então como estratégia fundamental a guerra prolongada no campo”, posto que não condizia com a FES argentina; finalmente, contra o “terrorismo como estratégia, que não permite a incorporação das massas à luta armada nem resolve a destruição do aparato estatal burguês”<sup>262</sup>. De qualquer modo e, à diferença do PCA, o apoio à OLAS (apesar das diferenças com várias das partes integrantes) era impellido a partir da expectativa de contar com um centro coordenador de partidos e forças revolucionárias da América Latina.

Sobre o trotskismo, que era outra corrente que havia começado a ganhar peso na Argentina, Otto Vargas destaca duas coisas: por um lado, que, se mesmo com críticas do PCUS desde o XX Congresso leram toda a literatura trotskista, o futuro PCR havia nascido com um “profundo repúdio por (essas) seitas”<sup>263</sup>. Por outro lado, dizia que houve grandes “pressões” trotskistas nos primeiros tempos, no interior do PCR.<sup>264</sup>

Até o ano de 1968, tais definições iam acompanhadas, nas formulações e análises da situação internacional do MCI, por uma defesa contundente da URSS e de crítica às posições e ao que sucedera na China e na Iugoslávia. Aqui há vários elementos: por um lado, vindo do PC e seus estreitos vínculos com o PCUS, é compreensível que as críticas que depois se fizeram não estivessem tão claras nem fossem imediatas. E sim, merece destaque que incluíam à Iugoslávia em suas críticas. Não tanto pelo que lá ocorria sob o comando de Tito, mas porque no marco da crise do MCI, havia sido apanhada pela direção do PCUS, que concentrou a polêmica com o PCCh. Uma das acusações que o PC fazia aos “fracionistas” (como denominavam aos

---

<sup>262</sup> “Tesis para el XIII Congreso...” em PCR (2003), *Ob Cit pp* 151 y 153. Ao mesmo tempo, deixam a possibilidade de que o caminho seja do campo à cidade em países com maioria camponesa .

<sup>263</sup> BREGA, Jorge, *Ob Cit*, p 101. E em numerosas passagens dos documentos aprovados pelo I Congresso, polemizam com tal concepção fundamentalmente em sua avaliação sobre o latifúndio na Argentina. “*Documentos...*” .

<sup>264</sup> O I Congresso analisa a situação da Capital Federal, através de alguém que denominam “C” (seria responsável de Propaganda). Outro lugar “infiltrado” seria Rosario, em Santa Fe. Otto Vargas também fala daquilo em BREGA, Jorge, *Ob Cit e* ANDRADE, Mariano, *Ob Cit*.

que tinham armado o CNRR), era o de ser “maoistas”. É difícil estimar quanto isso repercutiu em que nos primeiros documentos apareça reiteradamente a oposição ao grupo “nacionalista” de Mao, que “tanto estrago” fazia ao MCI.

Um ponto de inflexão, como já mencionamos, constituiu-se pela intervenção na Tchecoslováquia no ano de 1968. A defesa da “soberania” tcheca estava por cima da “contrarrevolução” que estaria se operando, segundo escritos do PCR. Esse marco os afastou ainda mais da URSS, mas também de Cuba “porque ficou claro que Cuba estava subordinada à URSS”, sobretudo pelos vínculos internacionais<sup>265</sup>. Nas “*Tesis para el XIII Congreso*”, apontavam que o revisionismo do PC com o qual rompiam tinha uma tripla origem: a influência do browderismo, “do *desenvolvimento oportunista das Teses do XX Congreso do PCUS*” (itálico da autora) e da alta de crítica e análise de experiências revolucionárias como a cubana<sup>266</sup>.

Um passo a mais na diferenciação aconteceu face à conferência de partidos comunistas em Moscou. Publicaram, em finais de 1969, que no mundo existiam “dois comunismos”: um que havia se degenerado em “reformismo” e outro que lutava para recuperar “a linha marxista-leninista, revolucionária e de classe”. Dentro do primeiro grupo estariam “a direção do PCUS e as direções dos partidos comunistas dos países socialistas da Europa e a grande maioria dos partidos comunistas da América Latina”. Por outro lado, situavam Cuba, Vietnã e Coreia como a vanguarda da ofensiva proletária. À China acusavam de nacionalismo e dogmatismo, ainda que ressaltassem desconhecer em profundidade a situação<sup>267</sup>.

Pouco depois do I Congresso, em 1970, um grupo viajou à China como parte da delegação da FUA e participou dos atos do 1º de outubro, mas se negou a levantar o

---

<sup>265</sup> BREGA, Jorge, *Ob Cit*, 10. Assinalavam que antes todo contato com Cuba se fazia através da URSS e para chegar à ilha antes havia que ir à Tchecoslováquia.

<sup>266</sup> “Tesis para el XIII Congreso ..” em PCR (2003), *Ob Cit*

<sup>267</sup> “Proposición del Comité Nacional del PCR sobre la posición del Partido ante los problemas del movimiento comunista”, em PCR (2003), *Ob Cit*

“livro vermelho”. Tampouco compartilhavam a orientação de que para ser reconhecidos por eles, o partido deveria se chamar “marxista-leninista-maoista”, tal como estimulava um setor do PCCh<sup>268</sup>.

No balanço de trabalho do Partido realizado na conferência permanente, de março de 1971, anunciavam que o partido estava em condições de entrar em uma nova etapa: a de “sua consolidação política, orgânica e ideológica, em torno da linha marxista-leninista aprovada em seu Primeiro Congresso”<sup>269</sup>.

1972 foi o ano do II Congresso. A preocupação central girava em torno de abordar os novos desafios. Na Argentina o proletariado havia se posto de pé, havia protagonizado grandes lutas e havia sido produzido um reordenamento da esquerda argentina. Tais lutas haviam encorajado outras classes e camadas, atijando contradições.

Na análise e formulações deste congresso já aparecem categorias e expressões que remetem a problemas tais como os abordava o “pensamento Mao-Tse-Tung”.

Em primeiro lugar, a precisão quanto ao tipo de revolução. Do primeiro congresso se reafirmam a existência de duas “fases” (a democrática e a socialista) e o caráter “anticapitalista” de algumas medidas da primeira, devido ao desenvolvimento capitalista no país. Porém, para distanciar-se de possíveis interpretações trotskistas, ressaltam que tratam-se de etapas diferenciadas<sup>270</sup>. Sobre o momento atual, sustentavam que “são tão agudas as contradições ocasionadas pela dominação imperialista, que à luta proletária se soma o contingente dos combates pela libertação nacional”<sup>271</sup>. Desse modo, passavam a organizar a luta antiimperialista, característica que haveria de se

---

<sup>268</sup> BREGA, Jorge, *Ob Cit*, p 102. Chama a atenção que em 2005 disse que a primeira viagem foi em 1972. ANDRADE, Mariano, *Ob Cit.*, p 51

<sup>269</sup> “Conferencia Permanente del PCR de marzo de 1971”, em PCR (2005), *Ob Cit.*

<sup>270</sup> “Documentos aprobados por el Segundo Congreso del PCR (Programa del PCR)” (abril 1972), em PCR (2005), *Ob Cit* p 268

<sup>271</sup> *Ibid*, p241

destacar nas revoluções dos países oprimidos. Embora se reafirme o caminho insurrecional, incorporam neste momento a possibilidade da combinação com a guerrilha rural, “ali onde a estrutura socioeconômica indique ser necessário”<sup>272</sup>. E, finalmente, também deixaram assentada a necessidade de disputar aquele “conteúdo nacional” que se vislumbrava fundamental, ao peronismo e à burguesia nacional<sup>273</sup>. Por outro lado, o uso diferenciado dos termos “tática” e “estratégia” pleitearam um papel importante na análise política. Tais conceitos, provenientes do vocabulário militar, foram usados muito cedo na teoria revolucionária, mas foram melhor desenvolvidos por Mao devido ao tipo de revolução que lá se colocou.

Por essa altura, além da repressão, as classes dominantes estavam em busca de um novo instrumento para encerrar a crise política: o GAN e os acordos entre os diferentes partidos do sistema para dar um canal “institucional” à agitação que se vivia.

Chegaram a formular que não podiam imaginar um enfrentamento “global” com todos os que entravam no GAN, que deviam criar uma tática tanto diante da situação exposta, como para a que finalmente prosperou, com a convocação de eleições condicionadas. Aqui começam a perfilar muito mais a diferença entre “tática” e “estratégia” que os diferenciava do trotskismo e para o qual se valiam de citações de Mao<sup>274</sup>. O PCR (assim como outras forças de esquerda) deveria posicionar-se quanto às eleições, o que, além do mais, implicava em tratar sobre Perón e o peronismo. Sustentavam que “a contradição mais aguda se dá, e se dará, no peronismo (...)”. Tinham que travar uma batalha contra a conciliação de classes, posto que se avizinhava uma etapa de luta política no seio do povo. Com essa orientação difundiram em 1973 o panfleto “*Compañero peronista*”, no qual, depois de ressaltar a luta conjunta entre “os

---

<sup>272</sup> *Ibid* p 278

<sup>273</sup> *Ibid* p 288

<sup>274</sup> “Documentos aprobados por el Segundo Congreso del PCR (Situación Nacional y tareas del Partido)” (abril 1972), em PCR (2005), *Ob Cit* p 186.

peronistas e os comunistas revolucionários”, inclusive a partir de conflitos anteriores ao *Cordobazo*, chamam ao voto em branco nas eleições de março de 1973 e a não aceitar que um sufrágio “condicionado e fraudulento” poderia ser “a melhor forma de derrotar os planos da ditadura”<sup>275</sup>.

No plano internacional e no do MCI, aquele II Congresso já apresentava uma mudança a respeito da avaliação da China: reconheciam à Revolução Cultural ter permitido “o triunfo de uma linha proletária”, seu papel em sustentar e apoiar lutas libertadoras em outras partes do mundo, o de ser “o destacamento mais avançado das forças antagônicas que enfrentam o imperialismo e o revisionismo”. Ali também se teorizava o ocorrido na URSS como “uma mudança de natureza social”, dirigida por uma “burguesia de novo tipo, expansionista, socialista de palavra e imperialista nas atitudes”. O PCCh formulou quase em paralelo a categoria de “social-imperialismo” para a URSS. Não obstante, o PCR ainda criticava o PCCh: sobre Stalin, o culto à personalidade e a contradição do mundo por então. Fica-nos a pergunta sobre se o fato de que tenham tido críticas sobre esses aspectos invalida sua caracterização como maoistas a partir desse momento. Segundo o que sustentamos no capítulo anterior, coincidiam quanto ao principal. Aliás, no decorrer do ano de 1973 observa-se no seu jornal a publicação de numerosos artigos sobre a China e o maoísmo<sup>276</sup>. De qualquer modo, e talvez respeitando a forma orgânica em que se aprovou, eles difundiram que sua adesão ao maoísmo só se deu em 1974.

Em maio de 1972 (posteriormente ao II Congresso) uma nova delegação viajou à China e estabeleceu laços com a direção do PCCh, o que ficou registrado no balanço

---

<sup>275</sup> “Compañero peronista”, documento de la Comisión Política. 20 de febrero de 1973, em PCR, *Documentos aprobados por el PCR desde su 2º Congreso, abril de 1972, hasta su 3º Congreso, marzo de 1974*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 3, 2007

<sup>276</sup> Por exemplo, um artigo intitulado “Dos Imperialismos?” avança sobre a caracterização que tinha feito Mao sobre a URSS. (ver anexo N 8)

realizado entre o II e o III Congresso partidário<sup>277</sup>. Segundo Otto Vargas, “ao rompermos com o revisionismo, era inevitável que chegássemos aos camaradas chineses”<sup>278</sup>. As mudanças operadas a partir de tal vínculo, caracterizado como uma “escola intensiva” pelos debates aos que os submeteram os chineses<sup>279</sup>, se cristalizaram no III Congresso, realizado em 1974. Ali ficou explicitamente aprovada a caracterização do partido como marxista-leninista-maoista. De acordo com sua própria análise, até esse momento sustentavam erros “em torno da caracterização da estrutura de nosso país, a caracterização da contradição principal, e a caracterização da burguesia nacional”, que haviam sido sistematizadas por um panfleto elaborado por Lucas Figari e Andrés Marín em 1969. Sustenta também que o PCR em seu início havia batalhado contra os lastros do PCA (com uma linha que subestimava o desenvolvimento capitalista argentino e, por fim, do proletariado) e também contra as pressões trotskistas, que colocavam uma revolução socialista, de início. Contudo, sustenta que tais críticas também tinham sido feitas a partir de “posições trotskizantes”, nas quais o papel do imperialismo aparecia “em segundo plano”. A partir desse momento deixaram de lado a caracterização da Argentina como um país “capitalista dependente” e optaram pela formulação de que era um país “dependente” no qual “predominavam as relações sociais capitalistas” e onde “subsistem relações pré-capitalistas”. Afirmam que até esse momento havia uma confusão entre as categorias “sistema”, formação econômico-social” e “modo de produção”.

A partir da análise dos erros cometidos quanto à caracterização do tipo de país, se haveria incorrido no erro de “caracterização da burguesia nacional”. Segundo se pode ler neste mesmo documento, criticam que até então situavam ao conjunto da burguesia nacional como “branco” da revolução. Por outro lado, ressaltam que:

---

<sup>277</sup> “Balance de la actividad del partido entre el II y III congreso”, em PCR (2007), *Ob Cit.*

<sup>278</sup> BREGA, Jorge, *Ob Cit.*, p 99

<sup>279</sup> BREGA, Jorge, *Ob Cit.*

a teoria marxista-leninista-maoista e as experiências revolucionárias dos países dependentes *assinalaram que o correto* é analisar a burguesia nacional (...) considerando a mesma não a partir de seu caráter ou não de burguesia monopolista ou vinculada aos monopólios estrangeiros, ao imperialismo, mas, principalmente avaliando o grau de sua relação com estes monopólios (...) e sua política diante deles e frente ao imperialismo e ante cada imperialismo concretamente, pelo que é imprescindível conhecer a que imperialismo está vinculado cada setor da burguesia nacional<sup>280</sup>

Note-se que a teoria marxista-leninista-maoista e as revoluções nos países dependentes aparecem referidas como autoridade e prova suficiente da transformação produzida em suas formulações. Destacadamente, a caracterização da burguesia nacional passaria a estar dada por posições políticas e não por sua localização na produção e no sistema. A argumentação se dava pelo “duplo caráter da burguesia nacional” e a necessidade do aproveitamento das contradições no seio da burguesia, com a qual o proletariado tinha a necessidade de praticar uma linha de “unidade e luta”. Sobre como praticar essa linha, embaixo se ressalta a necessidade de estudar “a qual imperialismo está vinculado cada setor da burguesia nacional”. Desse modo, a identificação do “imperialismo mais perigoso” ou do “principal inimigo” permitiria estabelecer uma política de alianças com um setor da burguesia nacional, rompendo a concepção anterior.

Na prática, nos anos posteriores ao III Congresso, de 1974, e ante a situação política que vivia o país, tais definições, junto à definitiva adoção da categoria de “social-imperialismo” aplicada à URSS e da “teoria dos três mundos”, orientou-os a

---

<sup>280</sup> “Balance de la actividad del partido entre el II y III congreso”, em PCR (2007), *Ob Cit.*

buscar a presença e os laços de tal imperialismo na Argentina. Assim, revisaram os últimos anos da história argentina, na qual, sobretudo a partir do governo Lanusse, haveria avançado a presença de tal setor, estabelecendo-se no breve lapso do governo de Cámpora. Não apenas isso, mas que também chamaram atenção sobre o fato de que grande parte das organizações que lutavam contra o governo de Isabel eram instrumentalizadas por esse imperialismo que poderia ser hegemônico no possível golpe de Estado<sup>281</sup>.

Já em finais de 1974, o PCR denunciava os preparativos de um golpe de Estado (que bem poderia ser “pró-ianque” ou “pró-russo”), no que denominaram “a luta anti-golpista” e sobre a qual organizaram seu trabalho político. As posições foram propagandeadas em massa, sobretudo através de René Salamanca, secretário do SMATA Córdoba, querido e reconhecido pelos trabalhadores e outros dirigentes da época<sup>282</sup>:

No país vai se criando uma situação golpista, como em 1955. Isso obriga a definir-se com claridade a todo mundo. E EU JÁ ESTOU DEFINIDO: ESTOU CONTRA TODO GOLPE DE ESTADO, VENHA DE ONDE VIER. E para ser mais preciso, afirmo que diante desse golpe que hoje cozinha-se na Argentina, eu convoco os companheiros mecânicos e ao povo a defender a vontade popular, defender o governo da senhora Isabel de Perón, no caminho da libertação definitiva do povo e da pátria (...)

São dois os golpes de Estado que atualmente nos ameaçam. Um é o que movem os setores pró-ianque (...) Mas o outro golpe, o mais ativo e perigoso neste momento, é o que movem os amigos de outra superpotência imperialista, os amigos da União

---

<sup>281</sup> “Resoluciones”, em PCR (2007), *Ob Cit.*

<sup>282</sup> René Salamanca foi um reconhecido dirigente do denominado classismo revolucionário dos anos 1970. Operário mecânico da fábrica Renault, começou a militar no grupo Felipe Vallese. Após o Cordobazo se filiou ao PCR e a partir dali empreendeu uma militância que o levou a encabeçar uma frente que recuperou o sindicato regional. Membro do CC do PCR, foi um dos primeiros presos desaparecidos na Argentina. Sua desapareição foi o mesmo 24 de março.

## Soviética<sup>283</sup>.

No cenário complexo que se configurou nesses anos, a forte denúncia contra o golpe os colocou em uma difícil situação na qual, ao mesmo tempo em que combatiam as medidas antipopulares do peronismo governante e seus militantes sofriam repressão, defendiam o governo constitucional “nacionalista burguês” frente ao golpe. Tais posições valeram ao PCR certo isolamento dentro da esquerda, sendo que, além do mais, foi a única organização maoista que identificou e lutou contra a penetração “social-imperialista” na Argentina<sup>284</sup>.

As discussões e o balanço de tal momento excede este trabalho<sup>285</sup>, mas daria a sensação que, de um primeiro momento em que havia tido primazia certa “integração” com o pensamento Mao-Tse-Tung (até 1972), se havia passado a uma adoção mais “dogmática” das ferramentas teóricas do maoismo, fundamentalmente no que tange à caracterização da burguesia nacional e do tipo de revolução (tendo em conta que, ao momento da revolução, a China era um país semicolonial e não um país dependente, o que configurava uma formação econômico-social diferente).

---

<sup>283</sup> “Carta abierta de René Salamanca a los compañeros trabajadores”, Publicada en *Nueva Hora* N° 162 de diciembre de 1974, em PCR, *Documentos aprobados por el PCR desde su 3º Congreso, marzo de 1974, hasta hasta fines de 1979, posteriormente aprobados por el Cuarto Congreso realizado en abril de 1984*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 4.1, 2007

<sup>284</sup> Ao mesmo tempo, talvez por necessidade de reafirmar uma característica não reconhecida por outras forças, levou a alguns setores do partido a praticamente unilateralizar, posteriormente, a presença “russa” no golpe de Estado.

<sup>285</sup> Algumas aparecem explicitadas em um balanço da organização, de 1978, mas recém-aprovado em seu IV Congresso, de 1984. “Balance del trabajo del Partido desde el 24 de marzo de 1976 hasta fines de 1978”, em PCR (2007.1), *Ob Cit.*

### 4.3 Outras organizações maoistas<sup>286</sup>

#### ***Partido Comunista Marxista-Leninista (PCM-L). O maoismo que adotou a luta armada***

O Partido Comunista Marxista-Leninista (PCM-L) foi fundado em 1969 por militantes que tinham sido expulsos do PCA, em 1963, por ter colocado em discussão a polêmica sino-soviética. Seus dirigentes mais conhecidos eram “*los hermanos Ríos*” (José e Oscar), ambos de La Plata. Sua militância organizada e influenciada foi estimada em cerca de quatrocentos ativistas até 1975<sup>287</sup>, nucleados nas zonas de La Plata, Capital Federal, Mar del Plata, Mendoza, Córdoba, Chaco, Rosário, Paraná, Oberá e Posadas.

Ainda que vinculados desde muito cedo à Cuba e China, descartaram a possibilidade de armar um “foco” e se concentraram na organização de células fabris clandestinas, que deveriam constituir-se como vanguarda. Precisamente sua estrita clandestinidade (motivo pelo qual não contaram com um jornal legal ou ilegal, senão até uns anos mais tarde) condicionou seu crescimento. Sua análise de conjuntura era de que se encontravam em um período de “defensiva estratégica”. Sua caracterização de Perón e do peronismo como distintamente fascista faz com que não se produza nenhuma política na direção de tal corrente, o que os diferenciou de outras organizações maoistas.

Entre os estudantes formaram o *Grupo de Resistencia Estudiantil* (GRE) que, além do trabalho nas universidades, forneceu-lhes jovens dispostos a proletarizar-se e

---

<sup>286</sup> Síntese com base em GÓMEZ, Claudio. *Maten al rugbier: La historia detrás de los 20 desaparecidos de La Plata Rugby Club*. Ed Sudamericana, 2015; CELENTANO, Adrián, “Maoismo y lucha armada: el Partido Comunista Marxista Leninista (PCM-L)”, *Revista Lucha de Clases* N° 4, Buenos Aires, 2005; CELENTANO, Adrián. “Maoistas y Nueva Izquierda. Un análisis del PCML (Partido Comunista Marxista Leninista) 1° parte: 1968-1975”, *Anales de las II Jornadas De Historia de las Izquierdas* Buenos Aires, 11, 12 y 13 de diciembre de 2002; CELENTANO, Adrián. “El maoismo argentino entre 1963 y 1976. Libros, revistas y periódicos para una práctica política”. Em: *Políticas de la Memoria* n° 14 | verano 2013/2014. Anuario de investigación e Información del CEDINCI.

<sup>287</sup> GÓMEZ, Claudio, *Ob Cit*

com os quais se inseriram em diversas fábricas.

Participaram da *Frente Antiimperialista por el Socialismo* (FAS), liderada pelo PRT-ERP (e integrado por diversas organizações e militantes)<sup>288</sup> e em 1975 se lançaram à luta armada e à preparação da guerra popular, o que significava uma virada a respeito de suas primeiras concepções. Esta seria outra característica distintiva da organização, posto que foi a única que adotou a luta armada<sup>289</sup>, apesar de que tiveram poucas e frustradas experiências ligadas, sobretudo, a atentados e sequestros que envolveram poucos militantes. Sua posição frente ao governo de Isabel e a ação das AAA, que viria a confirmar para eles o caráter fascista do peronismo, os distanciou de outros partidos maoistas. Em dezembro de 1975 foram chamados a fazer parte da *Frente Revolucionario Antifascista y Patriotico* (FRAP).

Somente em 1976 editaram o jornal *El Comunista*, que contou com apenas 4 números, devido ao terrorismo de Estado desse período. Não chegaram a realizar nenhum congresso partidário. Em 1977 a organização sofreu ataques da ditadura naquilo que se denominou “*operativo escoba*” e foi aniquilada.

### **Partido Comunista Maoista**

O PCM foi fundado em 1971 no calor do *Viborazo*, protagonizado pela classe operária cordobesa. Partido pequeno, sua origem também remonta ao socialismo argentino, já que foi formado por militantes que tinham participado no Socialismo de Vanguardia e parte do grupo que havia formado *Espartaco*. Atuaram centralmente na cidade de La Plata e arredores e tinham militantes em Córdoba e Mar del Plata. Seu

---

<sup>288</sup> ANTOGNAZZI, Irma. “La lucha armada en la estrategia política del PRT-ERP(1965-1976)”. Em *Revista Razón y Revolución* N°3, invierno de 1997.

<sup>289</sup> O coletivo *El Topo blindado. Centro de Documentación de las Organizaciones Político-Militares Argentinas*, não a inclui na sua lista de OPM.

órgão de difusão era o jornal *Nueva Democracia*, denotando em seu nome a influência do maoísmo e o tipo de revolução que propiciava nos países “oprimidos pelo imperialismo”. Em busca da confluência operário estudantil, deram impulso ao *Grupo de Estudiantes Antiimperialistas* (GEA) entre os universitários, que além de atos de solidariedade com os conflitos operários, levaram a cabo experiências de proletarização em fábricas da zona. Sua adesão ao maoísmo também se expressa na denúncia da URSS e sua caracterização como “social-imperialista”.

A organização denunciou e enfrentou a escalada repressiva que começou em 1974 com as ações da AAA e responsabilizaram ao governo de Isabel Perón pelas perseguições e assassinatos perpetrados por esta organização paramilitar. Em 1975 mudou seu nome para *Partido Comunista Argentino Marxista-Leninista Maoista* (PCAM-LM).

## **Intelectuais**

O impacto do maoísmo não se restringiu somente aos partidos políticos organizados em torno da identificação com o pensamento Mao-Tse-Tung. Sua influência também alcançou (embora de maneira não uniforme nem unívoca) intelectuais que não militavam organicamente em nenhum desses espaços, como Eduardo Astesano<sup>290</sup>, Bernardo Kordon<sup>291</sup>, Rodolfo Puiggrós<sup>292</sup>, Carlos Astrada<sup>293</sup>, entre

---

<sup>290</sup> AMARAL, Samuel. “Una interpretación maoista del peronismo: Eduardo Astesano y la revolución de la nueva democracia”. Series *Documentos de Trabajo* N° 279. Universidad del CEMA, 2004.

<sup>291</sup> Tinha militado no PCA e era encarregado dos vínculos entre a China e alguns intelectuais da Argentina. Rompeu com a organização no meio do conflito sino-soviético. Aderiu ao maoísmo sem ter se afiliado a nenhum outro partido. Em 1965 relançou a revista “Capricornio”, à qual deu uma forte impronta maoísta. TARCUS, Horacio, *Ob Cit*, pp 340-342.

<sup>292</sup> Guillermo Caviasca afirma que existiu uma influencia não reconhecida de Mao sobre Puiggrós. CAVIASCA, Guillermo. “Rodolfo Puiggrós y la construcción del peronismo revolucionario”. Em: [http://guillermocaviasca.blogspot.com.ar/2012/02/rodolfo-puiggros-y-la-construccion-del\\_05.html](http://guillermocaviasca.blogspot.com.ar/2012/02/rodolfo-puiggros-y-la-construccion-del_05.html). Consultado 10/11/2015

<sup>293</sup> Filósofo marxista nascido na província de Córdoba. Entrevistou Mao-Tse-Tung em 1960 e o apoiou no debate. Influenciado pela análise das contradições maoístas, publicou “*La doble faz de la dialéctica*”, em 1962. Vinculou-se a grupos e dirigentes de diversas correntes da esquerda. TARCUS, Horacio, *Ob Cit*, pp

outros.

Embora seja difícil em alguns casos precisar quanto ao pertencimento orgânico de muitos intelectuais, houve vários deles, reconhecidos e com muita incidência, que militaram em algum partido maoísta nessa época: entre eles, podemos destacar Ricardo Piglia (VC), Carlos Altamirano (PCR), Beatriz Sarlo (PCR), Horacio Ciafardini (PCR), o próprio Elias Semán (VC), Hugo Vezzetti (VC). Muitos deles registraram apenas breve passagem pelas organizações.

Através dos circuitos culturais e da vasta produção editorial da época, os conceitos e categorias maoístas também foram incorporados por diversas personalidades e forças políticas<sup>294</sup>. Sua difusão também esteve vinculada a grupos editoriais da “Nova Esquerda”, como *La Rosa Blindada* ou *Pasado y Presente*. Tendo presente que muitos não faziam pública sua militância, resulta confuso asseverar a filiação destas pessoas.

---

pp 31-33

<sup>294</sup> Várias das OPM incorporaram noções sobre a guerra sistematizadas por Mao. Por outro lado, Carlos Altamirano, no seu artigo sobre "La Coordinadora" (tendência dentro da UCR argentina) escreve que em 1973 as teses daqueles se intitulavam "Acontradição fundamental". Como assinala o autor, "nelas se percebem os esquemas maoístas (...)" p 310". Entendemos que ali se pode ler certa influência de "*Las cinco tesis filosóficas*". ALTAMIRANO, Carlos. "La coordinadora: elementos para una interpretación". em NUN, José e PORTANTIERO, Juan Carlos (Comps), *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Puntosur, Buenos Aires, 1987. Um desdobramento da influência através da literatura e intelectualidade se encontra em CELENTANO, Adrián (2013/2014), *Ob Cit.*

## **5. O maoismo argentino dentro da “Nova Esquerda”**

*Existe um maoismo especificamente argentino? Que papel desempenhou o maoismo nas organizações da “Nova Esquerda”?*

Entendemos que esta trajetória das organizações e as formulações que realizaram (e suas transformações), estavam à busca de respostas que atravessavam a vida política argentina e, mais ainda, de um partido revolucionário: sobre o tipo de país e a via e o caminho da revolução, sobre a frente revolucionária, sobre a burguesia nacional e o peronismo. Ao mesmo tempo, reeditavam problemas clássicos das organizações de esquerda: a relação entre o nacional e o internacional, entre campo e cidade, entre via pacífica e via armada, quanto ao Partido, sobre a consciência de classe, sobre os países do Terceiro Mundo, etc.

Repassando sobre as organizações podemos observar uma série de características:

Uma delas é ter surgido mais ou menos na mesma época. Apesar de que seja evidente e aparentemente não contribua com nada, por outro lado cremos que evidencia que vieram a cobrir uma necessidade. Segundo o que foi sustentado por este trabalho, podemos identificar que a partir da aparição em cena da burguesia nacional como uma classe com peso próprio e que disputava (com êxito) a direção do povo, existia na esquerda argentina certo desconcerto sobre que aspectos expressava e de que maneira abordá-los. As tentativas que foram levadas a cabo desde 1955 para flexibilizar ou diretamente barrar algumas conquistas operárias do período anterior, depararam-se com um grande desenvolvimento das organizações sindicais, as posições políticas dos operários (em sua maioria peronistas), e com uma crescente combatividade por parte destes. A opção de Perón pela variável tempo (às vésperas do golpe de 1955 disse que “entre o sangue e o tempo, escolho o tempo; e se tivermos razão, seguramente

voltaremos”) não poupou sangue ao povo argentino, que nos anos seguintes enfrentou a repressão, a perseguição e a morte. Igualmente, a população seguiu lutando. Na ausência do líder que se encontrava exilado, vários dirigentes começaram a disputar a direção do movimento (alguns a partir do interior e outros de outras vertentes e correntes políticas). Os tradicionais partidos socialista e comunista ainda tinham dificuldades para lidar com o peronismo e os operários peronistas. Os erros e debates foram se aprofundando em um mundo e em uma Argentina que se radicalizavam. A década de 1960 encontrou o MCI com intensos debates de linha que repercutiram de um ou outro modo no interior de cada processo e organização política existente.

Como pudemos observar nos respectivos parágrafos, em ambos os casos as rupturas se precipitaram frente a situações denunciadas como sendo “seguidismo” ao peronismo, que denotariam certa oscilação no tratamento e caracterização por um lado, de tal movimento político e, por outro, de sua influência no movimento operário.

Outro aspecto que compartilharam ao longo de todo o período e que também aparece nos documentos fundacionais como uma das questões centrais, é a concepção da via para a tomada do poder. Diante de uma realidade que era lida como revolucionária, sentiam que deveriam tomar posição e intervir adequadamente. Notavelmente, o primeiro aspecto que as irmanou (no sentido de que foi algo que proclamaram desde seu início) foi a contundência com que defendiam a via armada para a revolução.

No caso de VC, em 1964 denunciavam que não podiam se sustentar as duas vias como igualmente válidas.

Não é possível sustentar a concepção leninista do Estado e deduzir as formas de luta da classe operária contraditoriamente com esta concepção, nem tampouco é possível defender a tese do trânsito pacífico ao socialismo e manter de pé uma

caracterização do Estado que denuncia sua essência na violência das classes exploradoras sobre as classes exploradas (...) <sup>295</sup>

A via eleitoral na Argentina se mostrava incerta. O PSA tinha por tradição priorizar o caminho parlamentar do qual o PSAV não havia se separado. Segundo pode ler-se na citação anterior, a direção de VC considerava que existia uma má caracterização do Estado e, por fim, um erro nas expectativas. E continua assinalando que “quando os revisionistas proclamam as formas de luta pacíficas como as adequadas para a tomada do poder pelo proletariado, estão realizando uma prática que coincide com a ideia burguesa do Estado”. Pelo contrário, “o acesso ao poder pelo proletariado não se resolve através da luta pacífica na democracia, mas afirmando o poder da classe operária com o exercício de todas as formas de luta, que sem seu desenvolvimento superior assumem a qualidade de luta armada”. <sup>296</sup>

Do mesmo modo ocorreu com a formação do PCR. Ali, além de tudo, a crítica estava vinculada às posições frente à burguesia, que se entrelaçariam em um todo coerente. Rezava a crítica: “Claro que se não será nossa classe [o proletariado] a que 'abrirá as portas' da Revolução, ou ao menos tentaremos que o faça, não há pressa em definir problemas como o das vias da revolução”. E se bem inicialmente lhe recriminava o PCA por não haver definido qual via era a que deveria ser impulsionada na Argentina (em relação à *Declaración de 81 Partidos*) <sup>297</sup>, com o passar dos meses agudizaram a crítica. Sugeriram que a aparente indefinição era na realidade usada para evitar críticas ao interior da organização, mas que as posições apareciam mais claras e menos ambíguas em instâncias internacionais, quando algum dirigente participava delas (e que pelo papel que ocupavam dentro do partido, eram vozes oficiais ou marginais). Como

---

<sup>295</sup> AAVV, *Derrotamos al Revisionismo*, Ed. No Transar, Bs As, 1964

<sup>296</sup> *Ibid*

<sup>297</sup> VARGAS, Otto, em PCR (2003), *Ob Cit pp* 73-74

exemplo, citam a Vittorio Codovilla (um dos dirigentes máximos do PCA), que, no discurso diante do XIII Congresso do PCUS, declarou que “o lema do nosso partido [o PCA] é: pela ação das massas, até a conquista do poder. O caminho a seguir para conseguir esse objetivo *pode ser o pacífico ou o não pacífico*”<sup>298</sup>, mas que algumas semanas mais tarde no Congresso do PC tchecoslovaco afirmou “(...) nos propusemos marchar até esse objetivo pela via pacífica”<sup>299</sup>.

Tal leitura, que os posicionava em uma defesa contundente da tradição que lhes atribuíam ao “marxismo-leninismo”, era também a que lhes possibilitava disputar potenciais militantes com certo êxito, na conjuntura de radicalização descrita anteriormente. E era, de fato, um primeiro ponto na adoção (no caso de VC) ou confluência (no caso do PCR) com o maoísmo.

No caminho de reafirmar-se a favor da via armada, VC e PCR se diferenciaram quanto ao que entendiam que seria a revolução argentina. Enquanto que os primeiros foram e voltaram com a guerra popular prolongada a partir do campo e a insurreição nas cidades, os segundos definiram este último ponto e o sustentaram ao longo de todo o período.

Apesar da insistência na via, nenhuma das duas organizações formou parte das *Organizaciones Político-Militares* (OPM) que marcaram grande parte da vida política dos anos 1970, e sobre as quais tanto se tem escrito. Neste caso trata-se de organizações da esquerda revolucionária não armada ou não guerrilheira. Portanto, suas características e concepção da violência não se enquadram estritamente nas discussões sobre violência política na Argentina, fértil campo de debate sobre o qual ainda permanecem linhas de pesquisa.

Daniel Aarão, em sua pesquisa sobre as esquerdas brasileiras na década de

---

<sup>298</sup> *Nueva Era* N°4 de 1966, p 11, citado em PCR (2003), *Ob Cit pp 73-74*

<sup>299</sup> “Intervención de Vitorio Codovilla ante el XIII Congreso del PCChec”, págs 4 y 5. Citado em PCR (2003), *Ob Cit p 74*.

1960<sup>300</sup>, indica que nas organizações comunistas conviveram referências a múltiplas experiências revolucionárias como um recurso de garantir legitimidade e autoridade sobre decisões políticas de âmbito local. Encontramos também nos partidos argentinos referências variadas, em parte, seguramente pela inexistência de “modelos puros” e também pela necessidade de dar conta da própria realidade. Entretanto, há que se ressaltar que a defesa de alguma característica ou elemento de outra experiência revolucionária os levava, simultaneamente, a assinalar os limites da adesão ou, no máximo, uma data ou um ponto de ruptura de tal apoio. No caso da defesa da Revolução Russa, o ponto de inflexão estaria dado pela traição do PCUS ao marxismo-leninismo a partir do XX Congresso, situação que inscrevendo-se na corrente maoista pretendiam salvar.

Algo similar acontece com o triunfo cubano em 1959. As duas organizações polemizaram com as concepções “foquistas” e as organizações guerrilheiras e (desde o início ou mais tarde, como desenvolvemos no caso de VC), e se proclamaram pela insurreição de massas com hegemonia proletária. Dada a influência e o prestígio da Revolução Cubana no continente, a abordagem era inevitável. Com muita simpatia frente ao processo, ambos reconheciam ser ele produto da busca de caminhos alternativos ao “reformismo”<sup>301</sup> e a figura do argentino Che Guevara era destacada (o encontramos fundamentalmente no PCR) enquanto combatente marxista que tomava as armas. Ambos os partidos tiveram em suas origens militantes seduzidos por tal experiência e dispostos a lançar-se a um caminho similar.<sup>302</sup> Em seus primeiros escritos foram abordando os debates e diferenciando-se dessa corrente. A crítica principal era que prescindia do partido e de que desagregava o proletariado e as massas do

---

<sup>300</sup> AARÃO REIS Filho, Daniel. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1990 pp93-97

<sup>301</sup> SEMAN, Elías(1964), *Ob Cit e PCR (2005)*, *Ob Cit*, p153

<sup>302</sup> Jean Sales indica que a mesma coisa aconteceu no caso brasileiro com o PCdoB RODRIGUES,SALES Jean., *Ob cit* p 107

desencadeamento da guerra. Finalmente, acusavam ao *guerrillerismo* de ser uma concepção pequeno-burguesa da revolução, sobretudo a partir das formulações de Debray. Fazendo uma caricatura da linha dessas organizações, no geral lhes foi difícil polemizar com elas quando algumas começaram a ter peso e influência em setores do movimento operário.

Isso nos leva ao seguinte elemento, que é o fato de que em ambos os casos optaram pela formação de um Partido Político. Claro que é parte do recorte que fizemos nesta exposição, mas ambos entendiam que era o elemento necessário que permitia o salto da luta espontânea à consciente. Era entendido como o elo entre o objetivo e o subjetivo e, além do mais, representaria a construção do Estado Maior para o momento da tomada do poder. Em VC aparece com antecedência, formulado no documento já analisado e referenciado de “El Partido Marxista-Leninista y el guerrillerismo”. No caso do PCR, a formulação se publicou em uma nota do primeiro número de sua revista teórica (*Teoria y Política*), em 1969. Ali, sob o pseudônimo de Andrés Marín, Julio Godio escreveu o artigo intitulado “*Espontaneidad y conciencia de clase*”. Nele pode-se ler uma série de afirmações concatenadas: que o interesse de classe não está determinado pelo nível de consciência, senão pela localização na estrutura, que não é mecânica nem linear a luta e que, por isso, há que mediar para que o interesse se faça consciente, que por si só a classe operária não supera as estreitas margens do “trade-unionismo”, que precisa de uma teoria revolucionária para “desocultar” as engrenagens da dominação e da exploração, e que a mediação entre a classe e a teoria revolucionária a faz o partido.<sup>303</sup>

A inscrição no leninismo e na teoria leninista de Estado e de Partido é total. Se já na crítica à concepção da via pacífica aparecia a vinculação com certa noção de Estado, aqui se reafirmava essa caracterização. No mesmo sentido, o funcionamento escolhido

---

<sup>303</sup> TyP N° 1, janeiro 1969

foi o centralismo-democrático e deu-se importância à imprensa como elemento de difusão e de organização.

A montagem do partido também supôs, não somente inscrever-se em uma tradição mundial (o marxismo-leninismo, ao que depois se agregaria o maoísmo), assim como também dentro do país. Ambos os partidos se referenciaram no Partido Comunista, apesar de que VC proviesse das fileiras do socialismo. Produziu-se uma “invenção de tradições”, no sentido que aponta Eric Hobsbawm<sup>304</sup>. A apropriação de ritos, costumes e símbolos que haviam deixado de pertencer aos que reivindicavam, até então, e que eles se comprometiam a defender neste novo momento que era exigido.

No PCR, a disputa pela história se manifestou tanto com relação ao primeiro nome adotado (como sabemos, *Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria del PCA*) como quanto à data escolhida para sua fundação, que era a do aniversário do Partido Comunista. E também, a homenagem e o reconhecimento a mártires e lutadores de tal organização da qual provinham.

No caso de VC, a operação teve que passar por outras instâncias. Em primeiro lugar, diferenciar-se do PS e retomar ao PC. Para isto, rendiam “homenagem aos fundadores desse partido (...) que difundiram a ideologia do leninismo na classe operária argentina; que foram fiéis ao internacionalismo proletário; que se opuseram aos desvios do movimento comunista internacional; que combateram o reformismo social-democrata (...)”<sup>305</sup>. Depois do reconhecimento, imediatamente “marcar território” dos limites a que haviam chegado:

O Partido Comunista Argentino, que faz muito tempo – mais além da atual polêmica no movimento comunista internacional – segue uma linha errônea, desvinculada dos interesses da classe

---

<sup>304</sup> HOBBSAWN Eric e RANGER Terence (eds) *La invención de la tradición*. Ed Crítica, Barcelona 2002

<sup>305</sup> AAVV, 1965, *ObCit*

operária para tentar subordiná-los aos da burguesia, abandonou definitivamente o único instrumento capaz de possibilitar uma retificação. Com efeito, a direção do PCA, ao aderir ao revisionismo contemporâneo e renunciar aos ensinamentos da história do movimento comunista internacional conduzido por Marx, Lenin e Stalin, negados hoje pelo revisionismo, renuncia à ferramenta teórica que lhe permitiria retificar seus erros para apontar o rumo à classe operária e se integra a uma política contrarrevolucionária a nível nacional e internacional (...) Se o revisionismo em geral é a política que favorece ao imperialismo nas fileiras operárias, o caso do Partido Comunista da Argentina é a mais grosseira das caricaturas da política revisionista. Este Partido divorciado das massas e da classe operária, realizando prodigiosos esforços para ser aceito à causa da última manifestação de progressismo da burguesia, que seu espelhismo lhe permite vislumbrar, é a manifestação mais consequente do revisionismo e a traição à classe operária.<sup>306</sup>

Finalmente, disputar seu lugar e a corrente marxista-leninista:

Para os marxistas leninistas da Argentina permanece instalado o dever de contribuir com a luta internacional do proletariado, derrotando e superando a direção revisionista do Partido Comunista. Para os marxistas leninistas que, todavia pertencem ao Partido de Codovilla, e para os que não pertencem a ele, a missão é derrotar e superar a política do revisionismo.<sup>307</sup>

Sustentamos que um primeiro ponto na confluência com o maoísmo esteve dado a partir da implacável defesa da via armada e a inevitabilidade da violência para a revolução. No caso de VC, sua adesão declarada à corrente maoísta se produziu a partir de um início e depois seguiu um curso de redefinições sobre o entendiam por tal coisa.

---

<sup>306</sup> AAVV, 1964, *ObCit*

<sup>307</sup> *Ibid*

No PCR observamos uma trajetória menos linear ao encontro de tal corrente. Uma das questões que se apresentam neste caminho em direção ao maoísmo é se a crítica à coexistência pacífica foi o ponto decisivo para adotar essa corrente.

Curiosamente, os documentos e testemunhos publicados por eles faziam permanente referência à revolução cultural na China como determinante para a adesão ao maoísmo<sup>308</sup>. Foi, de fato, um processo que sacudiu ao mundo inteiro no período de sua conformação. Mas se a chave explicativa desse momento na China residia em haver desenvolvido a teoria da continuidade da luta de classes no socialismo, então pouco sentido tinha como ferramenta política em países onde ainda não havia triunfado a revolução. Acreditamos nesse aspecto, que inicialmente a sedução foi sobretudo um desafio intelectual que acompanhava um mundo onde convivia a crise de dois velhos partidos comunistas no auge de novas identidades e formas de luta. Porém, a adoção e o aprofundamento do estudo na concepção do “pensamento Mao-Tse-Tung” lhes forneceu outros elementos para pensar e atuar na Argentina, segundo podemos ler de suas elaborações. A principal delas, acreditamos que remeta ao tipo de revolução nos países oprimidos.

Entendemos que através do maoísmo procuraram repensar e reformular a caracterização da formação econômico-social do país a partir do marxismo (que havia se transformado nas décadas anteriores, mas que politicamente, haviam cristalizado mais recentemente). Para várias forças políticas da época, o eixo estava colocado no elemento nacional, tingido com um radicalismo de esquerda que acompanhava a época; para outros (fundamentalmente as tendências trotskistas), centrados apenas no fracasso da burguesia nacional como classe dirigente, absolutizavam a necessidade da revolução

---

<sup>308</sup> Chama a atenção que em um documento de 1970, VC disse que só teria adotado o maoísmo “como sua base teórica”, a fins do ano 1966, “al calor de la difusión internacional del marxismo-leninismo de la era actual (...) realizada por la Gran Revolución Cultural”. “Resolución del CC de Vanguardia Comunista”, *Cuadernos Rojos* N2, CC de Vanguardia Comunista, Mimeo, setiembre 1970, p 12

socialista de início; no caso dos que foram se aproximando do maoísmo, buscaram no caso chinês formas de sintetizar de maneira não antagônica (com mais ou menos êxito) os aspectos nacionais e sociais das revoluções nos países da América Latina.

A partir da incorporação da concepção da revolução de Nova Democracia, ambos partidos se mantiveram na tradição de uma esquerda que apresentava uma revolução por etapas. Contudo, criticando a concepção ou o uso que o comunismo havia feito delas, avançaram em uma reformulação das mesmas. Já não se tratava de que a primeira etapa buscasse desenvolver o capitalismo na Argentina. Essa era a leitura que tinha feito o PC, e que havia lhe habilitado sua política de “seguidismo” à burguesia nacional, confiando-lhe a direção nesse primeiro momento. Como já sinalizamos, parecia que o PCA separava o conteúdo nacional do social na revolução, inclinando-se cada vez mais pelo primeiro. Pelo contrário, ainda que não sem idas e voltas, tanto VC como o PCR destacaram o desenvolvimento do proletariado e do capitalismo no país e, conseqüentemente, o conteúdo “socializante” de algumas medidas da primeira etapa. Essa caracterização era novidade, mas também sofreu transformações em ambos partidos. No caso de VC, a adoção da teoria do campo à cidade os fez relativizar essa primeira análise, para retomá-la na década de 1970 (e foi acontecendo aos poucos). No caso do PCR, anos depois (sobretudo no III Congresso) relativizaram também essa caracterização da FES e foram ressaltando o aspecto nacional na configuração da dependência e o capitalismo na Argentina.<sup>309</sup>

Tal tipo de revolução implicava em determinar as classes e camadas sociais “amigas” e “inimigas”, que já não eram tão simples como na revolução postulada por forças como as trotskistas. Nem todos os gatos seriam pardos, nem poderia combater-se contra todos ao mesmo tempo. Isso levava a precisar, organizar e avaliar as múltiplas

---

<sup>309</sup> Haveria que estudar o seu impacto, devido a que as experiências apontadas para o movimento operário daqueles anos, teriam sido feitas sob aquela orientação

contradições existentes na sociedade e produzir uma “tática” adequada em cada momento, para avançar no objetivo “estratégico”.

Um dos textos de mais impacto da obra de Mao-Tse-Tung foi o das “*Cinco tesis filosóficas*”<sup>310</sup>, que transcendeu às organizações políticas e que foi discutido por intelectuais de orientações e filiações políticas diversas. Em particular, as reflexões contempladas em “*Acerca de la contradicción*”, convidavam a estudar e realizar uma correta caracterização da realidade com o propósito de não cometer erros políticos nas ações sobre ela (o que se vincula com outro texto “*Acerca de la práctica*”). Se a contradição era um traço distintivo e absoluto de qualquer realidade concreta, seus distintos aspectos e a luta entre eles lhe atribuía um carácter e movimento. Certamente, essas “condições internas” condicionavam e estavam condicionadas pelas “condições externas”. E, aplicado ao estudo da sociedade e na vontade política de sua transformação, cabia à organização determinar – assim como as classes e camadas sociais existentes e os vínculos entre elas – quais eram as contradições que se apresentavam e qual era seu carácter (se eram “principais” ou “secundárias”). Esse aspecto influenciou nas organizações maoistas fortemente, posto que uma das elaborações centrais nos documentos programáticos era a que se referia a determinar o tipo de país (quer dizer, sua Formação Econômica e Social) e, com relação a isso, delinear uma estratégia e uma tática sintetizados em um programa.

Possivelmente esse convite a afastar-se do simples e evidente (que não havia dado resultados até então), fora um dos motivos que seduziu intelectuais e estudantes, contingente chave na formação desses partidos, como eles mesmos assinalaram.

A afiliação a um partido geralmente ocorre por duas vias: uma é por um conflito determinado, em que o militante (afetado ou não) convence ao que está na luta da potencialidade de seu papel se pertencesse a um grupo maior, que tem um objetivo que

---

<sup>310</sup> MAO-TSE-TUNG, “Cinco Tesis Filosóficas”, *Obras*, Tomo III, Ed La Paloma, Bs As, 1974

excede o conflito mesmo<sup>311</sup>; a outra é a partir de uma opção intelectual, a escolha consciente de um espaço político de pertencimento. Acreditamos que o forte componente estudantil destas organizações, em seus inícios, vincula-se com este segundo tipo.

A juventude, e os estudantes em particular, foram protagonistas do processo de radicalização que se operou na década de 1960 e contribuíram com grande quantidade de militantes às organizações existentes. Muitos deles se somaram às fileiras do maoísmo. Michael Lowy insere ao maoísmo europeu (ocidental) dentro do que ele identifica como uma corrente “romântico revolucionária” da época, caracterizada por uma forte crítica ao mundo industrial e mecanizado e onde se denunciava uma “perda dos valores qualitativos” que havia seduzido a uma diversidade de intelectuais, como Georg Lukács, Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse ou Henri Lefebvre<sup>312</sup>. Miguel Cardina, em seu estudo para o maoísmo português<sup>313</sup>, sustenta que primeiro o debate com a URSS (centro inquestionável até então) e depois o questionamento às hierarquias que era encorajado na Revolução Cultural, entrecruzaram com diversos setores que viram atraídos por essa novidade “crítica” dentro da esquerda. Nela tinham confluído anarquistas, leninistas e “espontaneístas”. No mesmo sentido, Jean Sales propõe para o caso brasileiro que muitos jovens se viram seduzidos pelo maoísmo em sua etapa da Revolução Cultural, pelo “rompimento com muitos dogmas da organização nos moldes dos portes comunistas, um rompimento com as estruturas de

---

<sup>311</sup> René Salamanca disse que se afiliou ao PCR porque “El Cordobazo me hace dar cuenta que yo, donde estoy - una pequeña fábrica metalúrgica - no sirvo para nada. Me impresiona la incidencia de las columnas de las grandes masas. En esos meses rompo con los diez años de porquería que traía detrás y me decido a hacer una verdadera militancia política sindical, Adhiero a la ideología del proletariado: el marxismo-leninismo”. Citado em TARCUS, Horacio, *Ob Cit* p 597. Grande parte da estrutura do PCR em Córdoba foi assim, devido ao trabalho político levado pelo militante Gody Álvarez. A construção do partido nessa província pode se ler em SANCHEZ, Pilar, *Ob Cit*

<sup>312</sup> Michael Lowy citado em CARDINA, Miguel (2011), *Ob Cit* p 21

<sup>313</sup> CARDINA, Miguel (2011), *Ob Cit*

funcionamento da sociedade”, com um forte componente “libertário”<sup>314</sup>. A partir da Revolução Cultural, parecera haver um novo afluente até o maoísmo: àquele com uma forte marca da ortodoxia leninista (que remontava ao debate com a URSS), se agregava um de caráter romântico, quase voluntarista. No nosso caso, tanto VC como o PCR provinham de estruturas partidárias que existiam anteriormente. De fato, entre as primeiras definições de ambas organizações (e apesar de constituir-se sob a influência da Revolução Cultural), estava o fato de constituírem-se como partidos políticos e disputar a tradição do comunismo local. Nesses casos, podemos afirmar que predominou a vertente “leninista”, à qual depois foram somando-se novos militantes com motivações e experiências diversas, que dinamizaram e complexificaram tais organizações. Vários deles tiveram passagem efêmera por elas. Seguramente também encontramos características similares no que denominamos como a influência “não organizada” do maoísmo (sobretudo se temos em conta que a concepção filosófica de Mao foi uma das que mais circulou e na que se referenciaram reconhecidos intelectuais europeus que influenciaram toda uma geração).

O potencial “revolucionário” dos estudantes tem bases objetivas e subjetivas intimamente ligadas. Em particular, sobre os estudantes universitários queremos apontar que estes não compõem uma “classe social” em si. Provêm de distintas classes sociais (ainda que, historicamente, tenham tido um peso significativo da pequena burguesia, em muitos momentos históricos tenha se incrementado a porção assalariada) e transitam na instituição com o objetivo de converter-se em profissionais, técnicos ou intelectuais. Contudo, sua condição não está predominantemente determinada por sua integração na produção. Na Argentina, enfrentam-se com dificuldades para sua inserção laboral posterior, ao mesmo tempo que se veem cerceados pela política universitária ligada aos

---

<sup>314</sup> RODRIGUES, SALES Jean., *Ob cit* p 108

conteúdos, ao acesso e à permanência na instituição<sup>315</sup>. Os aspectos subjetivos estão vinculados à possibilidade de organizar-se frente a tal situação, o que se vê favorecido pela concentração dos jovens estudantes e a atividade política nas Universidades. Além disso, a juventude em geral se encontra em um estado de amadurecimento no que se refere à busca de sua identidade, o que (pre)dispõe ao questionamento do *status quo* e a experimentar formas contra-hegemônicas, contestadoras. A política é uma delas. As jornadas de 1969, sobretudo o Cordobazo, representaram um salto na politização destes jovens. Como apontamos em outro trabalho:

as fábricas e o dispositivo educacional resultaram em um âmbito fundamental para gerar instâncias de discussão, formação e organização política que operaram como base para a inicial confrontação com a patronal, que foi avançando até a impugnação das direções sindicais traidoras e depois se converteu em luta anti-ditatorial. Nesse caminho de generalização da resistência, grandes contingentes foram enfrentando o aparato coercitivo do estado e desmascarando o caráter do mesmo.<sup>316</sup>

Agora, bem, que o componente principal fosse intelectual-estudantil, isso não tranquilizava a nenhuma das organizações que aspirava converter-se na “vanguarda do proletariado”. Ambos encararam experiências de “bloqueio” às fábricas (quer dizer, trabalho a partir de fora, buscando fazer contato para incidir dentro e, eventualmente afiliar operários)<sup>317</sup> e de “implantação” de seus militantes. Para este último aspecto, os

---

<sup>315</sup> LAUFER, Rodolfo, “Los estudiantes universitarios de la Argentina. Un análisis desde el materialismo dialéctico” (inédito) citado em CRISTAL, Yann, “Historia reciente del movimiento estudiantil de la UBA (1983-2011)”. En *Revista Pensar Históricamente* nro 2, Buenos Aires, 2012. Outra abordagem pode ser lida em HOBBSAWN Eric, *Revolucionarios. Ensayos Contemporáneos*. Crítica, Barcelona, 2010, pp 346-347

<sup>316</sup> RUPAR Brenda (2014), *Ob Cit*, p 160

<sup>317</sup> Beatriz Sarlo, em uma entrevista em una entrevista de 2013, disse que “militava na Revista *Los Libros* varias horas do dia e depois pegava o ônibus 15 e ia para o norte a repartir jornais” MERCADER, Sofia e

estudantes (entusiasmados e ainda com possibilidades de modificar seu curso de vida) resultaram cruciais.

O maoísmo como corrente tem uma grande tradição na “implantação” e no trabalho de “massas” em geral, encorajando a “nadar com os pés na água”, a compartilhar os modos de vida dos setores oprimidos.<sup>318</sup> Na França se levaram a cabo experiências que transcenderam devido a que tivessem sido protagonizadas por intelectuais como Robert Linhart e Alan Badiou, naqueles momentos identificados com tal corrente política. A passagem de Linhart pela fábrica Citroën, a qual ficou registrada em seu livro “*De cadenas y de hombres*”<sup>319</sup>, ainda circula e é, até hoje, debatido por militantes e estudantes.

Escritos e testemunhos de VC e PCR dão conta do processo de trabalho fora das fábricas e, fundamentalmente, de proletarização ao qual estimularam seus quadros. No caso de VC, se deu como parte da primeira campanha de retificação (e na passagem à constituição de um partido de massas)<sup>320</sup>. Na mesma sustentaram que “será no processo de fusão com as massas que fortaleceremos à esquerda proletária”<sup>321</sup>. No PCR, sobretudo após o *Cordobazo*<sup>322</sup>, que apontam que lhes rendeu “perder a FUA” e certo papel no movimento estudantil. Os outros partidos que temos descritos brevemente (PCm-1 e PCM) também se caracterizaram por esta prática. Desse jeito, encontramos

---

GARCIA, Diego. *Tozuda modernidad*. Entrevista a Beatriz Sarlo. [www.artepolitica.com](http://www.artepolitica.com), compartida el 26 de julio de 2013. consultada en 12/12/2015

<sup>318</sup> Muito inspirada na seguinte passagem de um discurso de Mao: “Muitos podem ir às fábricas e ao campo unicamente para dar uma olhada e um passeio; a isto chama-se “contemplar as flores sem descer do cavalo”, o que vale sempre mais do que ficar em casa e nada ver. Outros podem permanecer aí vários meses, nas fábricas e no campo, para fazer inquéritos e amigos; a isto chama-se “descer do cavalo para contemplar as flores”. Outros ainda podem ficar e viver durante muito tempo, por exemplo durante dois ou três anos; a isto chama-se “estabelecer-se”. MAO TSE TUNG, “Discurso na Conferência sobre o trabalho de Propaganda”, 12/3/1957

<sup>319</sup> LINHART, Robert, *De cadenas y de hombres*. México: Siglo Veintiuno, 1979.

<sup>320</sup> Aqui começa o trabalho e alguns dos contatos que fizeram Jorge Weisz e Elías Semán, e dos quais falamos antes.

<sup>321</sup> Texto orientador da “campanha de rectificación”, mayo de 1968. Aparece também uma nota, “Nuestra campaña de rectificación”, en *NT* 69, de julho de 1968

<sup>322</sup> O já citado livro “El gordo Antonio”, oferece através da vida do militante Gody Álvarez, uma possível perspectiva para adentrar-se no trabalho no movimiento operário (cordobés, nesse caso) feito pelo PCR.

que uma das características próprias do maoísmo argentino, a diferença de outras organizações em outros países, o constituiu o fato de se dirigir e ter presença no movimento operário e no proletariado.

Um aspecto não menor, que se deriva de formulações anteriores ou que dialoga com as mesmas, é a caracterização do peronismo que faziam VC e PCR. O peronismo representava um desafio em dois sentidos: porque implicava definir um tratamento direcionado à burguesia nacional na frente revolucionária (onde situá-la) e, segundo, porque apresentava os dilemas sobre a direção do proletariado.

Recordemos que um dos pontos da ruptura no PSAV havia sido a crise produzida pela “confiança na potencialidade revolucionária do peronismo”<sup>323</sup>. Para começar, caracterizavam o peronismo como a expressão política da burguesia nacional, uma classe social cujo crescimento localizavam historicamente no país ao calor da industrialização de substituição de importações dos anos 1920 e 1930. Porém, a partir de 1953 haveria mudado de caráter. Essa afirmação deixa entrever uma das fortes discussões que atravessam, desde a metade do século XX, a todas as organizações de esquerda na Argentina: a caracterização da burguesia nacional e o tratamento a dispensar-lhe face à revolução. Entretanto, a complexidade é maior se tomamos em consideração que tal expressão política era a majoritária no movimento operário.

Uma das primeiras publicações dos criadores de VC, após a ruptura do PSAV, caracteriza a direção peronista (aqui é importante notar que não se refere a todo o movimento) como “contrarrevolucionária, pró-burguesa e pró-imperialista” e critica as tentativas dos que, confiando que “algum setor interno 'cortara as cabeças dos dirigentes vendidos'”, incorreram no “seguidismo” desse movimento<sup>324</sup>. Alguns meses mais tarde

---

<sup>323</sup> “Adoptamos el nombre de VC”, em AAVV, Partido Vanguardia Comunista, *Denunciamos el falso comunismo de Codovilla*, Ed. No Transar, Bs As, 1965

<sup>324</sup> As aspas dentro da cita figuram no original, possivelmente referindo a outro documento. “Seguidismo” é um termo usado para indicar que não houve intenção de disputar dentro do espaço político. Só teve

refletiam que o erro havia sido a tentativa de reconciliar o inconciliável e acabaram “substituindo sua vinculação com a classe operária por sua relação com o peronismo”. Realizaram a autocrítica que acreditavam poder “revolucionar” o movimento nacional e que ele “substituíam um partido de classe”<sup>325</sup>. E que as “manifestações de violência geradas pela classe operária a partir do peronismo” tinham sido exaltadas sem buscar o papel do partido nela, para elevá-las na luta de classes.

A partir da década de 1960, em cada episódio político da complexa trama argentina desses anos, denunciaram o caráter “entreguista” da direção peronista (e de sua expressão sindical), atribuindo-se a tarefa de acompanhar os trabalhadores na identificação da contradição que supunha essa identidade. A ditadura e a configuração “neocolonial” tinham sido dadas com o beneplácito e cumplicidade do peronismo. Por isso, segundo o texto do Primeiro Congresso, de 1969:

A luta contra esta influência ideológica, política e prática da burguesia nacional peronista sobre as maiorias operárias, *é a tarefa mais importante* [itálico da autora] que os comunistas revolucionários devemos efetuar na luta pela elevação da consciência política do proletariado ao nível do marxismo-leninismo-pensamento de Mao-Tse-Tung.<sup>326</sup>

Reconhecem que há questões “pendentes” vinculadas à questão nacional que são disputadas pela burguesia, caracterizada como uma “força dual” em termos políticos e a partir da perspectiva revolucionária. Em 1970, na seção com o balanço sobre a história argentina, atribuíam aos governos peronistas ter “resistido” ao neocolonialismo “ianque”, que não havia atingido sua consolidação nesse período. O fenômeno

---

acatamento AAVV (1964), *Ob Cit.*

<sup>325</sup> SEMAN, Elías, *Ob Cit.*, p. 53

<sup>326</sup> VC, 1969, p. 8

responderia não a uma posição antiimperialista, mas à necessidade de resguardar os próprios interesses sobre o mercado nacional. A partir de 1973, no marco dos debates eleitorais e depois com a morte de Perón, a versão predominante era que era expressão da “grande burguesia renegociadora”, mas que não era o mesmo que o imperialismo<sup>327</sup>. Evidentemente, estavam conferindo-se essa interpretação nos anos prévios. Sua confluência com os *Montoneros* na Plaza de Mayo em 1974 e sua férrea oposição ao governo de Isabel após a morte de Perón, os separará das posições sustentadas a respeito de outro partido maoista, o PCR. VC conclamou à renúncia da presidenta e a responsabilizou pelos crimes da AAA e pelo plano econômico que tanto prejudicou à população.

Desde o início e com vontade de retificar a linha do PC em direção ao peronismo, o PCR orientou a que se desse um tratamento especial à tal expressão política orientada pela burguesia, já que “em seu seio envolvem a maioria das massas trabalhadoras do país, da cidade e do campo, principais vítimas do sistema capitalista e, por isso mesmo, protagonistas da resistência ao mesmo”. Também, desde o começo analisaram o peronismo diferenciando a base e seus dirigentes, e reconhecendo setores de esquerda e direita.

Segundo eles, a contradição “base de massas proletárias–cúpula burguesa” se resolveria com a incorporação dos militantes das fileiras do comunismo revolucionário<sup>328</sup>. Em sua análise, o próprio processo de lutas as estava levando a enfrentar à “burocracia sindical” peronista e, se em 1968 a *CGT de los Argentinos* havia podido nuclear à esquerda do nacionalismo burguês, já até fins de 1969 mostrava-se que só havia realizado um trabalho de agitação<sup>329</sup>.

---

<sup>327</sup> NT N 125, 23/8/73

<sup>328</sup> “Tesis para el XIII Congreso..”, em PCR (2003), *Ob Cit*

<sup>329</sup> “Documentos aprobados por el Primer Congreso del Partido Comunista Revolucionario (Informe)”, em PCR (2003), *Ob Cit*

A burguesia nacional se “demonstrava incapaz” de liderar qualquer revolução que levasse ao socialismo, mas sustentavam que em revoluções como as ocorridas na China e Cuba “demonstram que grandes setores das camadas médias podem percorrer o caminho que leva ao socialismo (e citam o campesinato pobre e médio como camada média)”.

A tarefa fundamental na Argentina era “agitar essas massas às direções burguesas, direitistas (...) através de nossa ação política em conjunto com as forças políticas que expressam essas massas”. A tática para não cometer os erros do “velho” comunismo e ficar como “último vagão da burguesia nacionalista e da pequena burguesia populista”, seria para eles:

o crescimento do Partido e o desenvolvimento de uma política que, partindo dos interesses proletários, socialistas, luta simultaneamente com toda energia pelo desenvolvimento de uma aliança estratégica que sustente o programa da revolução popular, agrária, antiimperialista e antimonopolista com hegemonia proletária e a estratégia de poder da insurreição geral de todo o povo.<sup>330</sup>

O II Congresso, de 1972, responsabilizou pelo golpe de 1966, ao:

reformismo burguês peronista que não liquidou nem a dependência ao imperialismo nem o latifúndio e finalmente claudicou ante estes; dos governos entreguistas da 'Libertadora', Frondizi e Guido; e do governo liberal burguês de Illia, que tampouco modificou a estrutura dependente do país e também claudicou ante o imperialismo.<sup>331</sup>

Às vésperas do encerramento daquele período, acusou que “Perón concedeu a Lanusse

---

<sup>330</sup> *Ibid*

<sup>331</sup> *Ibid*

trégua após trégua, e foi impulsionando o movimento peronista a dar os passos fundamentais para assegurar o plano de Lanusse”. Em tal documento também convocam a seguir trabalhando pela “alternativa (...) desde abaixo, em estreita ligação com a construção pelas massas de organismos aptos para a luta revolucionária pelo poder” e redobrando a propaganda e um trabalho específico e diferenciado na direção das massas peronistas, em primeiro lugar<sup>332</sup>.

Quer dizer, igualmente que VC buscava quebrar a unidade proletariado/peronismo através de uma política ativa de frente com esses setores. Na prática, tal orientação foi menos harmônica, porque implicava diferenciar dirigentes/bases e esquerda/direita, dentro do movimento. Por exemplo, em 1974, os levou a políticas diferenciadas. Se VC retirou-se da Plaza de Mayo com os *Montoneros* e em 1975 começou a exigir a renúncia de Isabel, o PCR, no contexto da reformulação sobre o tipo de país<sup>333</sup> e as redefinições em torno da burguesia nacional, defendeu Perón em 1974 e se envolveu cada vez mais na denominada “luta antigolpista”.

Como já mencionamos, o uso e a integração da categoria “social-imperialismo” também foi diferenciado em ambas as organizações. Embora ambas compartissem a caracterização da URSS como tal, o PCR (à diferença de VC) buscou a expressão de tal imperialismo no seio das classes dominantes argentinas. Dessa análise também se valeram para a defesa do terceiro governo peronista, ao qual analisavam “estar cercado” por ambas potências.

Se as organizações maoistas abraçaram o pensamento de Mao-Tse-Tung e compartilharam a apropriação de certas categorias como ferramentas para a análise da sociedade argentina no conflituoso período abordado<sup>334</sup>, a colocação em prática e a

---

<sup>332</sup> No terceiro congresso passaram a um reconhecimento mais positivo do Perón e as transformações que teria feito na primeira presidência, ressaltando as características semifeudais da Argentina até então

<sup>333</sup> “Documentos aprobados...”, PCR (2005), *Ob Cit*

<sup>334</sup> Os acordos se expressaram no trabalho conjunto na *Revista Los Libros* (foi uma das revistas culturais

linha política que acabaram formulando com elas, foram levando-as a uma paulatina separação.

Como fazer a revolução na Argentina e como sair do “gorilismo” sem cair no “seguidismo” foram as preocupações que desde muito cedo motivaram essas nascentes organizações sessentistas a buscar novas ferramentas político-teóricas em um mundo convulsionado em suas bases. Por sua época e pelas problemáticas que atravessa, consideramos pertinente situar historiograficamente esta corrente maoista dentro dos debates da denominada “Nova Esquerda Argentina”. Acreditamos que nos elementos descritos e analisados verifica-se a tentativa de integrar peronismo, socialismo e revolução, que, segundo Cristina Tortti, caracterizou a tal fenômeno. Neste caso em particular, a especificidade ou contribuição das organizações maoistas estava dado pela incorporação de ferramentas teórico-políticas provenientes da experiência chinesa e do “pensamento Mao-Tse-Tung”, com as quais reformularam as análises da sociedade e a revolução na Argentina. Em particular e de maneira singular, entenderam a revolução e o socialismo como o objetivo estratégico (cada uma na etapa correspondente, mas intimamente vinculadas) e situaram o peronismo como uma problemática chave da tática para alcançá-lo.

### **Considerações finais. A escolha de um ponto final.**

A problemática abordada e a trajetória atravessada ao longo do Mestrado acarretaram avanços, mudanças, reformulações, novas perguntas. Mas também deixou questionamentos, dados e possibilidades que podem seguir em desenvolvimento.

Para responder à pergunta sobre se houve um maoismo especificamente

---

de esquerda mais influentes dos anos 70. Publicou 44 números , entre julho de 1969 e janeiro-fevereiro de 1976, quando foi interdita pelo golpe de 1976) e na constituição da *Fuerza Revolucionaria Antiacuerdista* (FRA), que chamou a votar em branco nas eleições de 1973. A FRA publicava o jornal *Desacuerdo*

argentino, deveríamos fazer algumas considerações:

Por um lado, que neste trabalho nos concentramos na forma “organizada” do maoísmo e, dentro dela, aprofundamos em duas das organizações existentes. Acreditamos, de qualquer modo, que o recorte é representativo para aproximarmos à problemática a partir de um ângulo e através de organizações que não tinham sido trabalhadas deste modo.

Um aspecto não menor é a relação entre o geral e o particular, e isso poderia se tornar uma dissertação filosófica sobre tal vínculo. Eric Hobsbawm já alertava sobre a dificultosa mas necessária tarefa do historiador do comunismo, para reconhecer o nacional e o internacional nas problemáticas e formulações<sup>335</sup>. Ao longo do percurso fomos encontrando um diálogo que foi se estabelecendo entre a experiência da revolução chinesa, a luta política no plano internacional, a síntese teórica e filosófica que foram processando alguns dirigentes (principalmente Mao-Tse-Tung), a luta política argentina e as necessidades destas organizações de explicar e atuar sobre tal realidade.

Apesar do fato de que ambos os partidos destacaram o papel da revolução cultural em sua aproximação ao maoísmo, explicitamos que acreditamos que isso se deveu principalmente a uma questão de simultaneidade dos processos e do entrelaçamento com uma corrente que ia se radicalizando em oposição às direções e aos velhos métodos.

Essa característica que influiu em outras partes do mundo, foi o momento do “ingresso definitivo” do maoísmo na Argentina e propiciou sua difusão e a apropriação de categorias elaboradas em momentos prévios na China, mas que resultaram úteis para essas nascentes organizações no momento em que se encontravam.

---

<sup>335</sup> HOBBSAWN Eric, *Revolucionarios. Ensayos Contemporáneos*. Crítica, Barcelona, 2010.

Tal diálogo, que para os maoistas assume a forma de “integração”<sup>336</sup> (isto é, de premissas do marxismo-leninismo-pensamento de Mao-Tse-Tung com a realidade concreta da Argentina, neste caso), a temos observado a través da época de constituição; seu posicionamento a favor da defesa da via armada para a revolução e, ao mesmo tempo, a crítica às concepções foquistas e guerrilheiras; a criação de um partido centralista-democrático; a disputa pela herança do PCA; a luta contra o “revisionismo”; a revolução de *Nueva Democracia*; sua composição estudantil e a busca por proletarianizar-se; a incorporação da categoria “social-imperialismo” para caracterizar à URSS, que foram todos aspectos que deram características próprias à corrente maoista na Argentina, como parte da “Nova Esquerda Argentina”.

Os “chineses” queriam fazer a revolução na Argentina e interpretaram que não poderiam ou que não deveriam fazê-la sem o peronismo. Sua aproximação ao maoismo percorreu diferentes caminhos e nem sempre coincidiram na caracterização da sociedade e da revolução argentina. Tanto VC como o PCR buscaram formas de não ser “gorilas” sem ser “seguidistas”, que era o que tinham constatado na esquerda durante os anos anteriores. A experiência chinesa parecia poder oferecer elementos nesse sentido. Fica pendente abordar a pergunta sobre se esta corrente, ou alguma das organizações que a encarnaram, conseguiu em sua prática e em que medida (e caso contrário, porque não) alcançar a mencionada síntese entre peronismo, socialismo e revolução.

Dizer que foi escolhido um ponto final, reconhece que com este trabalho se propõe o encerramento de uma etapa que permitirá ao menos três possíveis variáveis de aprofundamento na futura tese: a possibilidade de completar o mapa de organizações maoistas argentinas (incluindo organizações menores) e influências não organizadas; a possibilidade de realizar um trabalho comparativo com a gênese da corrente maoista e suas características em outro país da América Latina; e, finalmente, a possibilidade de

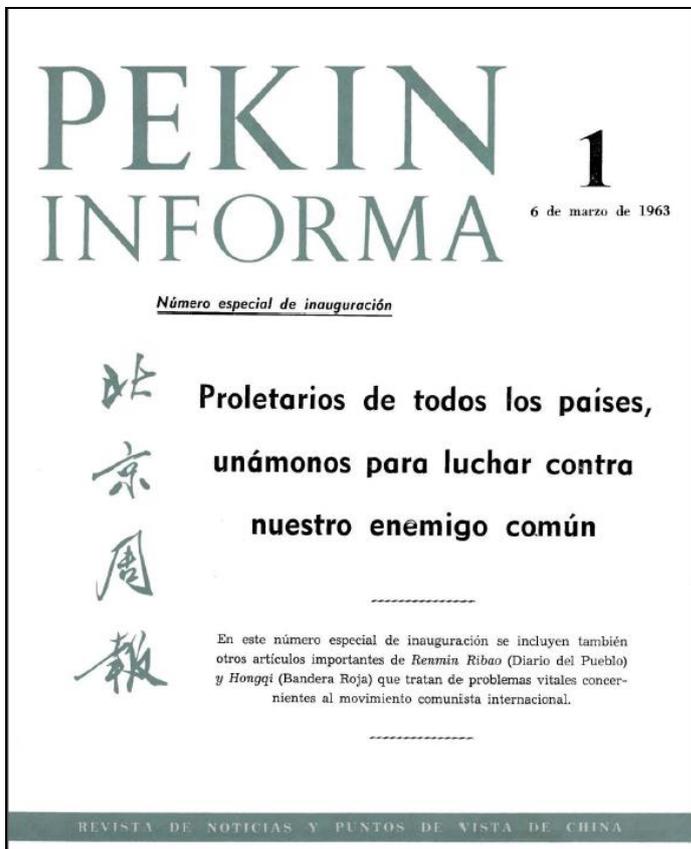
---

<sup>336</sup> BREGA, Jorge, *Ob Cit* p 106

realizar a história política e de seu funcionamento de alguma das organizações apresentadas.

**Anexos**

**Anexo N°1: “Pekin Informa”. Primeiro número em espanhol. Difusão do Rádio Pekin**

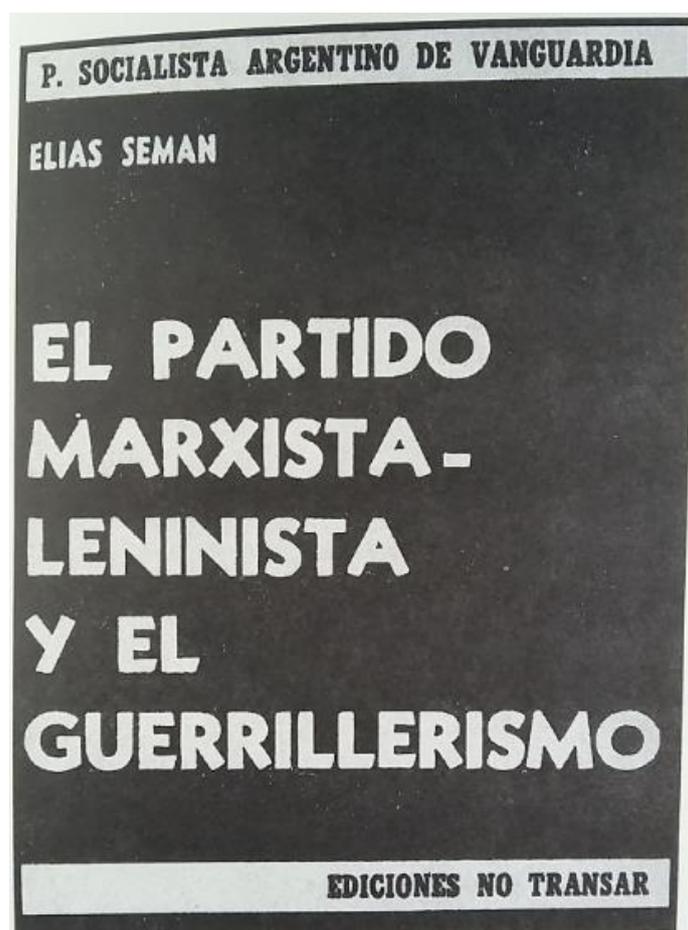


Fonte: *Pekín Informa* N 1, 1963, p 2

**RADIO PEKIN**  
**EMISIONES DIARIAS**  
**EN LENGUA ESPAÑOLA**

Para España	Hora local	Hora de Pekin	Kc./s.	Mc./s.
		4.30-5.30	6125	48.98
	21.30-22.30 (Madrid)		7180	41.78
			7335	40.90
			9785	30.66
			12055	24.88
<b>Para América Latina</b>		6.00-7.00	6150	48.78
Primera emisión	19.00-20.00 (Bs. As. y Montevideo)		6210	48.31
			7080	42.37
			7335	40.90
	18.00-19.00 (Santiago de Chile y Asunción)		9457	31.73
			11650	25.75
Segunda emisión	18.30-19.30 (La Habana, Panamá y Bogotá)	7.30-8.30	7480	40.11
			9480	31.65
			11730	25.58
	19.00-20.00 (Caracas)		11945	25.12
			15095	19.87
	19.30-20.30 (Santiago de Chile)			
Tercera emisión	21.30-22.30 (Bs. As. y Montevideo)	8.30-9.30	6210	48.31
			7080	42.37
			7335	40.90
	20.30-21.30 (Santiago de Chile y Asunción)		9457	31.73
			11650	25.75
			15060	19.92
Cuarta emisión	20.00-21.00 (México, Managua, San José y Tegucigalpa)	10.00-11.00	7080	42.37
			9457	31.73
			11715	25.61
			11820	25.38
	21.00-22.00 (La Habana)		15060	19.92
			17745	16.91
	22.00-23.00 (Santiago de Chile)			

**Anexo N°2:** Capa da 1° edição de “El Partido Marxista-Leninista y el Guerrillerismo”

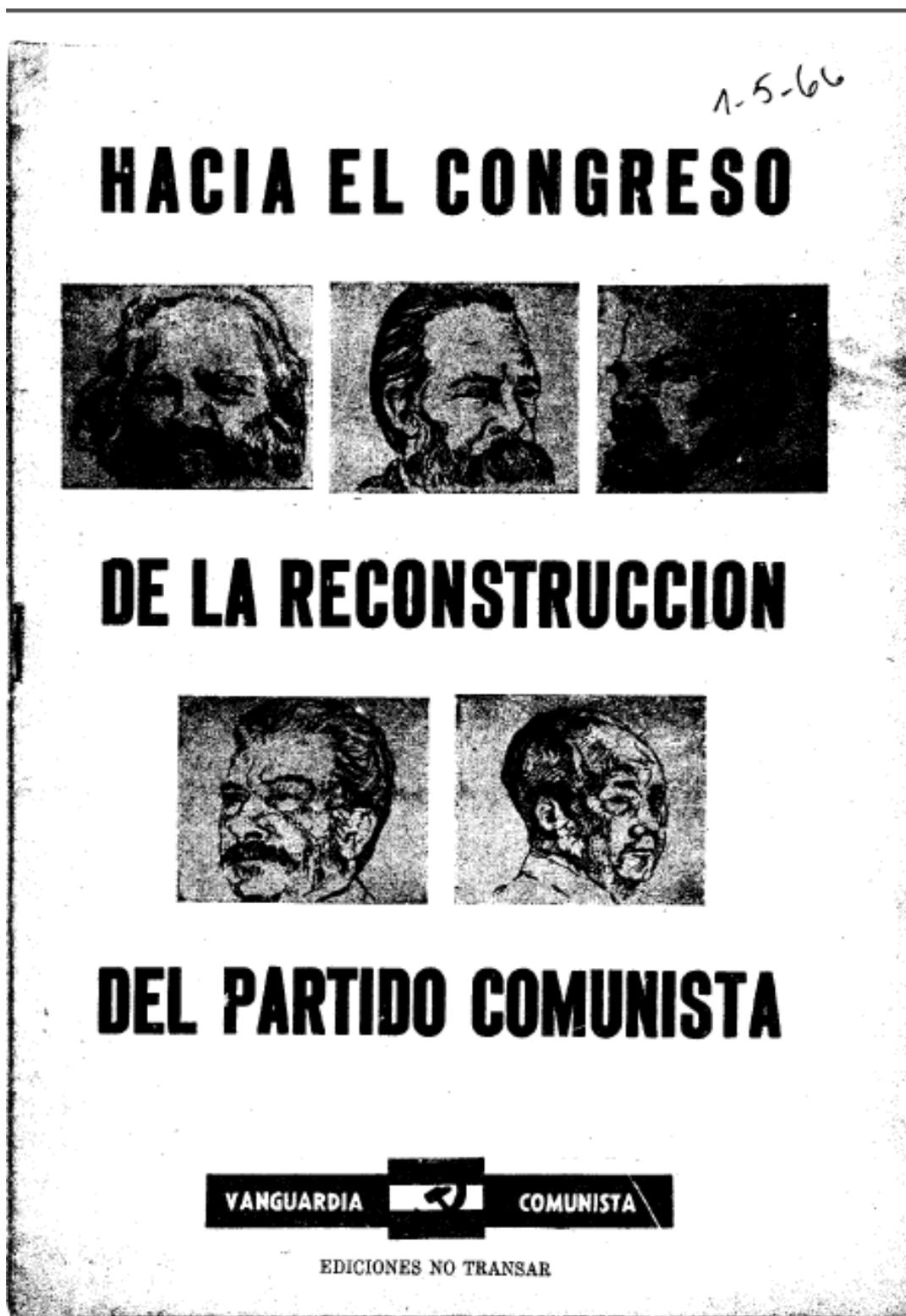


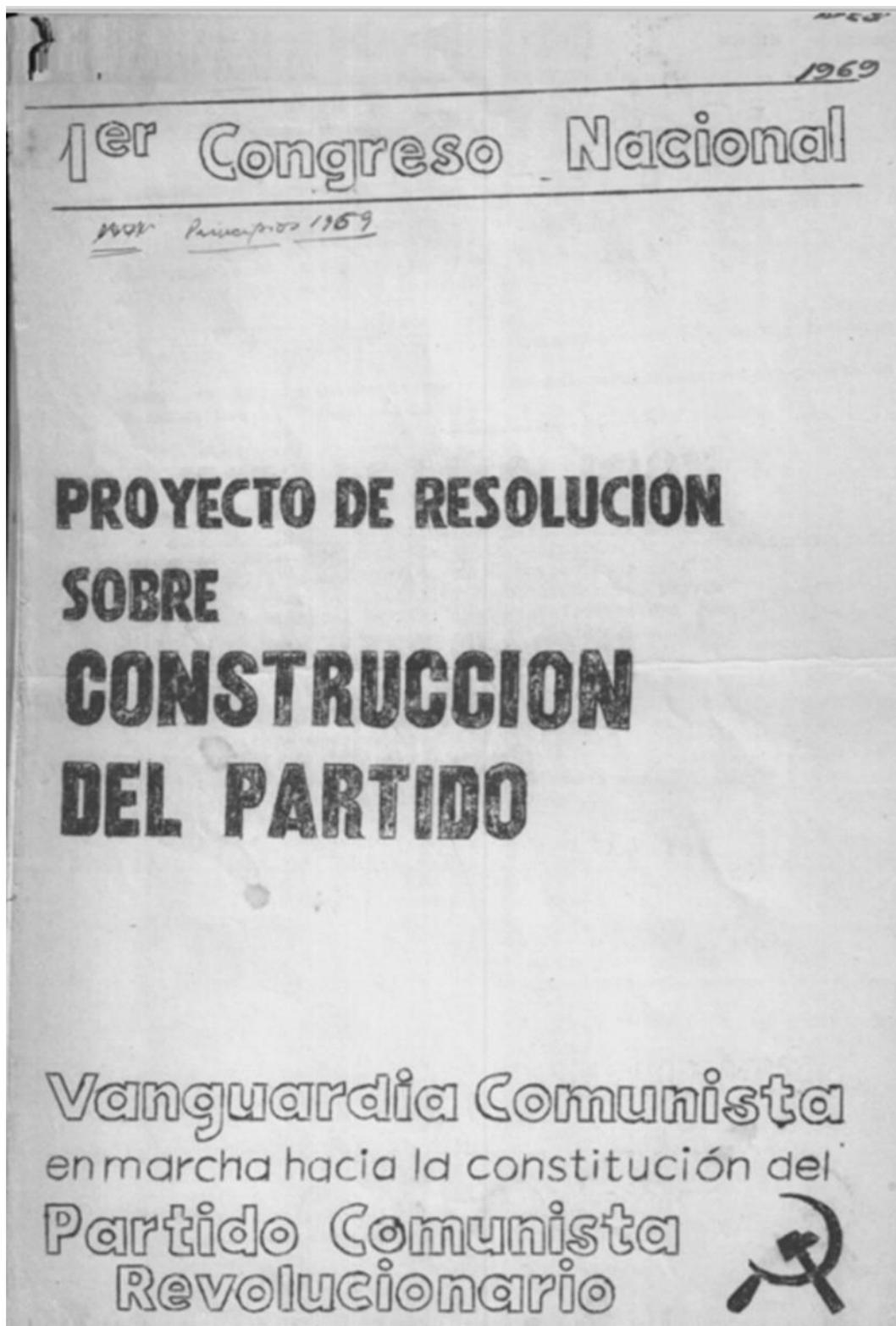
**Fonte:** Inclusa em SEMAN, Elías, *El Partido Marxista Leninista y el guerrillerismo*, Ed No Transar, 1964. Usamos versión editada por El Topo Blindado, Buenos Aires, 2013, p 41.

Anexo N°3: Capa da 1ª edição de “Denunciamos el falso comunismo de Codovilla”



Fonte: Mimeo, 1965





ANEXO N°6: "Nueva Hora N°1"

## NUEVA HORA

ORGANO DEL PARTIDO COMUNISTA  
COMITE NACIONAL DE  
RECUPERACION REVOLUCIONARIA

Aparece quincenalmente

AÑO I - N° 1 - Febrero 12 de 1968

## NUESTRA APARICION

NUEVA HORA sale a la calle como órgano del Partido Comunista (Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria). Nuestra aparición representa un compromiso clasista y revolucionario. Con los medios y las fuerzas que dispongamos, con la ayuda de los militantes y de los lectores, afrontaremos todas las dificultades. NUEVA HORA aspira a latir al unísono con cada lucha obrera y popular; con cada combate por nuestra liberación social y nacional, en marcha al socialismo.

# DECLARACION

## CONSTITUTIVA DEL COMITE NACIONAL DE RECUPERACION REVOLUCIONARIA DEL PARTIDO COMUNISTA DE LA ARGENTINA

En el mes de junio de 1966 se instaló en la Argentina una dictadura abierta del gran capital, la oligarquía terrateniente y los monopolios imperialistas. El objetivo de la misma es acelerar el proceso de concentración monopolista en el marco de asegurar el sostenimiento del país o los distintos economías, políticas y estratégicas-militares del imperialismo yanqui.

Este proceso agrava, en primer lugar, el empobrecimiento y la explotación de los trabajadores de la ciudad y el campo, que sufren los aumentos salariales en el costo de la vida, congresos de salarios, la explotación de las compañías privadas y la creación de una masa de mano de obra desocupada que facilita las planes de superexplotación. Esta política de la dictadura abra, también, los intereses de la pequeña y mediana industria nacional.

Para lograr sus objetivos el golpe militar reaccionario del 23 de junio, no el que sufrió, resultó, racionales concepciones de tipo imperialista-estadista, intenta un complejo plan de reestructuración político-institucional. Como elementos principales del mismo se inscriben:

- el esfuerzo por alcanzar un acuerdo sistémico con diversos sindicatos capitalistas, convirtiéndolo totalmente al aparato que aquellos sostienen, en parte del régimen, institucionalizando el llamado "socialismo de participación";
- instaurar el llamado comunismo;
- las tentativas de organizar un movimiento político que desarrolle en bases manejadas totalmente por ellos por las clases dominantes, que culmen con la "democracia" o populista la permanencia de la dictadura abierta de esos clases dominantes y la de, eventualmente, base de sustentación popular;
- el perfeccionamiento de organismos militares-represivos y de "seguridad", como la del Servicio Civil de Defensa y la Anticomunista, para intentar destruir cualquier resistencia obrera y popular.

### LA CRISIS EN EL PARTIDO Y LA FEDERACION JUVENIL COMUNISTA

Procediendo en estas circunstancias, el Partido Comunista y la Federación Juvenil Comunista enfrentan la crisis más grave y profunda de su historia.

Nuestro Partido tiene 60 años de lucha donde se forjaron millones de combatientes y héroes que han escrito páginas gloriosas de la historia del movimiento obrero y popular; ha difundido el marxismo-leninismo y las resoluciones de la URSS y los países socialistas; en diferentes momentos agudó o resalta la clase obrera y a nuestro pueblo a cumplir con sus deberes de solidaridad internacional, uniéndose a la bandera del internacionalismo proletario y a la bandera del outismo patriótico; ha analizado el carácter y la etapa de la revolución en nuestro país.

Los hechos señalados no pueden señalar conceptos y una política que determinaron que nuestro Partido no haya el papel que le asigna nuestra revolución del momento: cumplir a la clase obrera para que pueda ser el eje de liberación en la lucha

por la independencia revolucionaria de la Argentina. Esta política de dirección -política de las masas- refuerza la ofensiva del imperialismo y la reacción, y se hace más notoria ante las necesidades de lucha que impone a la clase obrera y al pueblo la dictadura de Guevara.

Es deber y urgencia revolucionaria, a fin de poder neutralizar los planes que sucesivamente se irán vendiendo, dar -desde el seno del Partido- una respuesta clara a esta cuestión clave: ¿luchar o postergar la misma, significa impedir que la clase obrera pueda cumplir con su misión histórica, orientada por su Partido.

### LOS INTERROGANTES DE LOS MILITANTES

Cometes y miles de militantes, que cumplen una necesaria y revolucionaria labor diaria, observan la disminución de la influencia del Partido en el movimiento obrero y campesino; cómo bajan los índices de colocación de la prensa partidaria; las dificultades crecientes para la realización de las campañas financieras; cómo las tareas partidarias no se cumplen en una perspectiva revolucionaria real y así muchos militantes pierden esta perspectiva; cómo merman los efectivos y aumenta el llamado pasivo del Partido.

Algunos otros interrogantes, expresión de una actitud reactiva, febril, en un momento en el que se estiman la labor del enemigo y sus maniobras, enlaza en el centro de las preocupaciones la actividad y el papel del Partido como factor capaz de modificar la situación.

¿Cuál es la razón por la que un país como el nuestro, con una clase obrera numerosa, una de las más importantes y desarrolladas de América Latina, con un importante grado de organización, así largos y honrosos tradiciones de lucha, que ha desplegado en los últimos años importantes combates, que en la ocupación de empresas y los paros generales ha logrado reunir vastos sectores populares en torno suyo, sigue en lo esencial aprisionado por la ideología de conciliación de clases, según en la esencial dirigida por los agentes del enemigo de clase?

¿Por qué los organismos del Partido no están dotados de una perspectiva revolucionaria de poder?

¿Por qué disminuyó la combatividad del Partido en relación a las tradiciones heroicas de sus militantes?

¿Por qué nuestro Partido, cuyo presupuesto mínimo -según puede señalarlo la Dirección- es no estar mismo aislado, está en realidad separado política-

mente de las grandes masas y no cuenta con ninguna fuerza aliada con vistas a la explotación del Frente de Liberación Social y Nacional?

¿Por qué, en más de veinte años de existencia del peronismo, el Partido no logró pasar para las áreas del socialismo a una cantidad importante de masas influenciadas por el mismo, y por qué no logró desarrollar un sector (o) el cual podría estructurar una alianza política a largo plazo?

¿En luz de esto, junto a otros factores nacionales e internacionales, ninguna responsabilidad del Partido en la dispersión de las acciones obreras de movimiento a las posiciones revolucionarias por parte de los más combativos militantes del movimiento obrero y popular, y en la dispersión o esterilización permanente de los sectores de izquierda de nuestro país?

En estas justas preocupaciones, que responden a causas objetivas, tiene sus raíces profundas la crisis que enfrenta nuestro Partido y que tuvo su primera exteriorización en el proceso abierto en la Federación Juvenil Comunista. Por ello el diario se penitencia organizamos y millones, a pesar de que la Dirección envía la información a la base, ignorar en las ideas y los hechos, "reservas", "sanciones" y acciones a comités y organismos ilegales.

### LA RESPUESTA - LA SALIDA

La respuesta no es una presunta responsabilidad argentina, o la sola enumeración de las dificultades, ciertas, que al enemigo opone a nuestra labor. La respuesta verdadera se abre paso a pesar del aislamiento y la antipatriotismo represión política interna, que son fenómenos ajenos a la ideología del comunismo y a las normas leninistas de la organización.

Desde la Dirección del Partido se han ido dejando, sólo para complicaciones verdaderas, la estrategia de clase para llegar a la solución del problema por la acción revolucionaria de las masas.

En la mayoría de las luchas económicas y políticas desarrolladas en el país en muchos años, el Partido casi nunca ha dejado de estar presente, pero las mismas, sin sujetarse al significado que por su parte tiene todo esparcimiento de hecho y los efectos parciales obtenidos, no han logrado acumular fuerzas para construir una alternativa independiente para la clase obrera y el pueblo.

La Dirección del Partido ha mantenido y organiza una política basada en la línea de las presiones burocráticas a través del mal estado, una división sistemática de la izquierda, reduciendo ejemplos de los

Fonte: Nueva Hora N°1, 12 de febrero de 1968

# NUOVA ORA

PRIMERO CONGRESO DEL  
PARTIDO COMUNISTA  
REVOLUCIONARIO  
DE LA ARGENTINA

1969

... 2 - N° 29 - PRECIO \$ 50.-

EN CORDOBA:

## SE REALIZO EL PRIMER CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO

Los días 11, 12, 13 y 14 de Diciembre se celebró clandestinamente el Primer Congreso del PCR, con la participación de 50 delegados con voz e invitado, que representaban a 17 zonas del país y a diversos organismos de nuestro Partido. Culminó así un debate intenso, amplio y democrático en el que se realizaron previamente las asambleas de células y conferencias de Comités de Zona en las que hubo una profunda discusión reflejada en los veinte boletines de discusión que publicara el Comité Nacional del Partido.

El Congreso cierra una etapa crucial en el proceso de construcción de la vanguardia del proletariado de la Argentina.

Muchos —la burguesía y su aparato estatal, los oportunistas de toda laya— apostaron y trabajaron para que nos desorganáramos y nos desarmáramos. Pero el Partido es hoy una realidad en la vida política nacional. Pasajera, incipiente. Pero viva y proyectada en la defensa de los intereses de la clase obrera.

Por primera vez, una ruptura producida en oposición al reformismo de los jefes del P.C. (CC oportunista), congrua en la constitución de un Partido comunista, revolucionario, marxista leninista.

El surgimiento de nuestro partido es producto de un largo proceso operado en el seno del viejo partido comunista que estuvo relacionado con otros que se danan en la izquierda argentina.

Desde distintos afluentes a partir de 1962 se fue desarrollando una corriente de izquierda anti-oportunista en el P.C. y especialmente de la F.C. Simultáneamente en el movimiento estudiantil se fue diferenciando una corriente —MENAP— hacia posiciones marxistas leninistas.

El establecimiento de la dictadura y la evidencia de la traición que el oportunismo comitiera a los intereses de la clase obrera con un pacto del 1/8/66 con Vidar, así como la posterior reiteración de la línea oportunista en la VII Conferencia produjeron en el partido una fuerte conmoción. Al ampararse las grandes masas intervencionistas del CC (oport.) sobre la F.C., las aflicciones que luchaban contra el oportunismo confluían en una ruptura de numerosas afiliados y organizaciones.

Las características del proceso de los sectores

que entonces concurrieron para constituir el PC (CNRR) gravitaron luego poderosamente en el duro trabajo de construcción teórica, política y organizativa del Partido.

También tuvieron decisiva repercusión en ese proceso de construcción del Partido las circunstancias nacionales e internacionales del momento político en el que se produjo la ruptura (lucha del Che en Bolivia, Conferencia de la OLAS, crisis del reformismo, Rev. Cultural China, Surgimiento de la "nueva izquierda" en Europa, etc.).

Nacionalmente era un momento caracterizado por un reflejo pronunciado de las luchas y una ofensiva total de las clases dominantes. Se comenzaban a perfilar también las operaciones "recambistas".

Aislado es que resulta muy difícil analizar la breve historia del PCR al margen del surgimiento y la lucha contra la "nueva izquierda" que, inicialmente, tuvo de hecho a través del movimiento estudiantil.

Los afiliados provenientes de la F.C. el PC y el MENAP confluían en 4 puntos de acuerdo: crítica a los métodos recambistas burocráticos del CC; crítica al oportunismo en el movimiento estudiantil respecto a la línea seguidista de la burguesía y planteo de una línea de alternativa; apoyo a la OLAS.

Esto se reflejó en la línea del Partido en el momento de la ruptura.

En la Declaración Constitutiva del PC (CNRR), aprobada por el conjunto del Partido, encontramos elementos que permitieron avanzar al Partido posteriormente:

• La caracterización de la declaración fundamental del PC (CC oport.) como una desviación que "lucha permanentemente al partido tras distintos sectores burgueses" y que "posterga la lucha por la hegemonía de la clase obrera".

• Definición de la vía armada como vía de la revolución en la Argentina.

• Definición del oportunismo de derecha y el reformismo como principal desviación a batir en el MCL.

• Voluntad de reconstruir la vanguardia del proletariado.

Al mismo tiempo la Declaración está fuertemente lastrada porque mantiene un núcleo simbiótico con el reformismo internacional, en especial con las posiciones de los partidos centristas del mar, comunista. Esto impidió avanzar más rápidamente en la formulación de una línea proletaria.

Aquellos límites recién fueron rotos en ocasión de los sucesos de Checoeslovaquia.

A partir de la declaración constitutiva el partido tiene un proceso de avance en la elaboración de su línea. Entre los hitos principales cabe señalar:

• La definición del tipo de revolución necesaria en la Argentina en camino al Socialismo (Informe de las "Grandes Lomas").

• Consideración justa del presente y acerca del hecho de crisis del reformismo.

• Definición de la insurrección como forma específica de la vía armada de la revolución en la Argentina.

• Utiización de la necesidad de un partido proletario de vanguardia, marxista leninista.

Estos elementos estratégicos, sin embargo, no fueron discutidos a fondo en el Partido. Previo una concepción centralista equivocada que no permitió una discusión profunda. Se facilitaron así vacilaciones posteriores frente a las infiltraciones trotskistas, así como desviaciones oportunistas de derecha y oportunistas de izquierda.

Todo el período que va desde la constitución del Partido hasta el informe del mes de noviembre puede ser caracterizado como un período cuyo eje es la lucha contra el oportunismo. Lucha sostenida por cambios reformistas y en la cual se van afirmando elementos básicos de la línea del Partido, al mismo tiempo que se actúa en política concreta aplicando en gran medida elementos de línea que venían desde el oportunismo, oscilando entre posiciones reformistas, centristas y militaristas pequeñas burguesas.

Toda la vida partidaria de 1968 está signada por los esfuerzos del partido por avanzar hechos de masas contra la dictadura y mantener un clima de agitación política permanente contra ella, a pesar de las insurrecciones.

El fin del período de refugio en el movimiento obrero queda marcado por la huelga petrolera de Ensenada.

Es el momento en que se teorizaban las derrotas y en varios lugares se contraponía la acción política general del Partido con la necesidad de realizar procesos particulares de masas en cada lugar de trabajo o estudio.

El CN era, era el informe de Noviembre que marca una etapa muy importante en la breve vida de nuestro Partido. Se pasa del subdesarrollo genérico, de la sola afirmación de elementos estratégicos, a tocar una línea proletaria.

Se precisó la caracterización de la dictadura. En torno al estado de ánimo de las masas se abió un "polvencin" de descontento popular, alrededor del cual se se debatía un simple problema coyuntural, sino la misma caracterización de la época y una apreciación justa de los elementos permanentes de la política argentina.

Sobre este punto se enfrentaron en el partido dos concepciones. El Informe de Noviembre centralmente atacó las concepciones que, en la práctica nos pretendían asignar un papel de observación.

(Continúa en pág. 3)

### SOLIDARIDAD

El Congreso resolvió encomendar a su nuevo Comité Central el envío de una carta destinada a los compañeros presos en las cárceles de la dictadura como expresión de la solidaridad combativa con quienes, desde otra trinchera, siguen manifestando su dedicación de seguir luchando por la Liberación de Liberación Social y Nacional del imperialismo y el comunismo.

### PRESIDENCIA

El Congreso estuvo en la presidencia honoraria a LENIN, el CHE GUEVARA y a HO CHI MINH.  
Con ello expresaba su valoración a una más ejemplar luchadora de la liberación, el internacionalismo proletario y el comunismo.  
Incluido en ella también la dedicación de tantos otros luchadores como el Justo Peredo Murghela y muchos otros, así como el caso como PEDRO PLACES a quien el Congreso brindó un homenaje especial.

ANEXO N°8: "sobre os dois imperialismos". Uma das denúncias do PCR à URSS

## ¿Dos Imperialismos?

Ho, es día, la clase obrera y los pueblos oprimidos del mundo luchan contra el imperialismo yanqui. Y el socialimperialismo ruso. Pero no se trata de un imperialismo capitalista y de un imperialismo "comunista", como pretende confundir el nacionalismo burgués. Dichos imperialismos se basan en un sistema social común: la explotación de amplias masas trabajadoras. En uno y otro caso, hoy, domina una clase explotadora que por tener en sus manos la posesión efectiva de los medios de producción y controlar el aparato del estado se apropia de la riqueza creada por los obreros y campesinos. En EE.UU. esta posesión está reconocida jurídicamente como propiedad privada burguesa. En la URSS está disfrazada como "propiedad de todo el pueblo" (aunque ya desde 1985 hay leyes que sancionan la vigencia parcial de la propiedad privada capitalista).

En uno y otro caso, si bien con diferentes tonos, la clase social explotadora practica una política expansionista, agresiva, de explotación de los pueblos. Los argentinos, al igual que nuestros hermanos latinoamericanos, hemos aprendido en carne propia que es el imperialismo yanqui. Los pueblos de los países ex socialistas de Europa Oriental, de Mongolia, India, Egipto y otros saben también en carne propia que es el socialismo de palabra e imperialismo de hecho, que practica la burguesía de nuevo tipo que se ha instaurado en la URSS.

Al mismo tiempo, ambos luchan fiero-

samente entre sí por el dominio del mundo bajo el manto de una falsa coexistencia pacífica y de una mentosa "limitación de armamentos". La reciente reunión Nixon-Brezhnev es un paso más en el camino de esa "santa alianza" contra la revolución y los pueblos y de la pugna interimperialista entre las dos superpotencias.

No existe un imperialismo "comunista". Lo que ha sucedido es que la URSS ha cambiado de color. Que en el país de la primera revolución proletaria victoriosa, se ha restaurado el sistema de explotación de las masas trabajadoras. Y esto a partir de que una camarilla revisionista, los elementos seguidores del camino burgués encabezados por Juschov, logró copar el Partido Comunista soviético por dentro y convertirlo de instrumento del proletariado en instrumento de una nueva burguesía.

Ellos atacaron en bloque a Stalin para justificar su viraje. Ellos invocan hipócritamente a Marx, Engels y Lenin porque no pueden pre-entarse abiertamente ante su pueblo como los sepultureros del socialismo y de la doctrina comunista.

Es una gran tragedia para la clase obrera y el pueblo soviético y una enorme lección para la clase obrera y los pueblos oprimidos del mundo. Mao Tsé-tung y el PC de China la estudiaron a fondo. Por ello impulsaron la Revolución Cultural Proletaria y han derrotado con las masas a quienes en China pretendían seguir las huellas de los Juschov y Brezhnev.

Las banderas rojas del proletariado in-

## GELBARD Y LA MINERIA

Como es sabido la pugna entre los yanquis, los imperialistas europeos y los socialimperialistas rusos se libra principalmente en torno a la industria de la carne, la industria del pescado, la petroquímica, la electrónica, y muy especialmente la minería. En la minería se disputan particularmente el uranio, el cobre y el bórax.

Los yanquis están interesados en el cobre. Al parecer Kennecott Mining Co., Unión Carbide, Asarco (de la National Lead) estarían interesados en obtener concesiones.

Es conocido que el bórax es un mineral de importancia estratégica por uti-

lizarse en coherción. Los socialimperialistas rusos a través de compañías "de paja", ya compraron bórax argentino. Ahora empujarían la nacionalización de la Boroquímica (yanqui) para meter ellos sus narices.

Aquí también se libra una batalla en la que la clase obrera y el pueblo, apuntando contra el enemigo fundamental, los monopolios e imperialistas yanquis, deben estar atentos para impedir que muestra lucha sea utilizada no para la independencia económica sino para reemplazar al patrón viejo por otro patrón nuevo.

JUAN ALONSO

ternacional, las banderas del comunismo, flamean victoriosas en China, la gran fortaleza de la lucha mundial por la liberación nacional y el socialismo. Por eso la China de Mao nunca será superpotencia. China es comunista y por eso es el puntal del combate a muerte contra el imperialismo. Lo prueba, entre muchos otros hechos, su apoyo incondicional a la dura pero triunfante lucha del pueblo camboyano contra el imperialismo yanqui y su títere Lon Nol —quien cuenta con la complicidad del gobierno ruso—. O su ayuda al pueblo y gobierno chileno —un préstamo sin intereses ni condicionamientos, a pesar de dentro de muchos años— pese a la escasez de sus medios económicos.

Por lo tanto, cuando se habla de tercera posición es necesario puntualizar estas cosas. Y recordar que la clase obrera y todos los sectores oprimidos del pueblo o pueden liberarse de la explotación del hombre por el hombre —o sea alcanzar la verdadera justicia social— en el socialismo y el comunismo.

Por eso, cuando Perón propugna la tercera posición los comunistas revolucionarios distinguimos en esta fórmula dos elementos: 1) el que expresa contradicciones en el imperialismo yanqui (o sea, elementos de oposición a lo que es el enemigo principal de nuestra clase obrera y nues-

tro pueblo) y con el socialimperialismo; 2) el que detrás de la "equidistancia entre el capitalismo y el comunismo" expresa un proyecto que —como ocurrió ya durante el gobierno peronista de 1946-55— sólo se propone algunas reformas sin tocar las estructuras del capitalismo dependiente argentino. Cosa que, por otra parte, termina en la vuelta del imperialismo y la oligarquía al control total del poder.

Ambos elementos de dicha fórmula son coherentes con los intereses de la gran burguesía nacional que hegemoniza el FRE JULI, pero contradictorios con los de la clase obrera y el pueblo argentino.

Los comunistas revolucionarios combatimos todo con todo con los peronistas revolucionarios y todos los sectores populares y antimperialistas no por atenuar la dependencia argentina sino por romperla, no por humanizar a la oligarquía y al imperialismo sino por destruirlos. Esta es la voluntad profunda de las masas que se expresa en su auge revolucionario de de el cordobazo. Para hacer avanzar esta lucha revolucionaria y llevarla al triunfo apreciamos y aprovechamos todo hecho del gobierno que afecte intereses oligárquicos e imperialistas y toda actitud de resistencia a la política de opresión y de guerra del imperialismo.

Carlos Echagüen

### 5a. COLECTA FINANCIERA

La V Colecta Financiera del PCR se realizará en el mes de setiembre. El conjunto de los organismos partidarios deberán planificar su realización durante el mes de agosto y discutir desde ya las sugerencias realizadas. C. N. de Finanzas

**ANEXO N°9:** Campanha do FRA (integrado por VC e PCR) chamando a votar em branco nas eleições de 1973



Fonte: Mimeo

## Carta abierta de Renee Salamanca

**A los Compañeros Trabajadores**

Me dirijo a los mecánicos de Córdoba, y a toda la clase obrera y el pueblo en general, por dos razones. Porque se me hacen ataques que además ofenden al glorioso proletariado mecánico cordobés, y porque el país vive momentos decisivos que exigen la reflexión profunda.

En el país se ha ido creando una situación golpista, como en 1955. Eso obliga a definirse con claridad a todo el mundo.

**Y YO YA ESTOY DEFINIDO: YO ESTOY CONTRA TODO GOLPE DE ESTADO VENGA DE DONDE VENGA.** Y para ser más preciso afirmo que frente a ese golpe que hoy se cocina en la Argentina, yo llamo a los compañeros mecánicos y al pueblo a defender la voluntad popular, defender el gobierno de la señora Isabel de Perón, en el camino de la liberación definitiva del pueblo y de la patria. Como obrero y dirigente mecánico digo que estaré en esa trinchera, y que iré a la cabeza como siempre estuve a la cabeza en el combate con mis compañeros.

Son dos los golpes de estado que actualmente nos amenazan. Uno es el que empujan los sectores proyanquis, quienes derrotados con la dictadura militar, no obstante reagrupan sus fuerzas, se amboscan y trabajan en el desgaste progresivo del gobierno. Pero el otro golpe, el más activo y peligroso en este momento, es el que empujan los amigos de la oira superpotencia imperialista, los amigos de la Unión

Soviética. Estos se montan en los sentimientos antinyanquis y democráticos de sectores populares y de las FF. AA., para propagandizar y organizar un supuesto golpe "progresista", el que también llaman "constitucionalista" o "peronista". Sin embargo nadie se engaña: detrás de esa alternativa están el Lanusse de Trelew, el Carcagno que reprimió el Cordobazo, el Gelbard del "Pacto Social" y la de la superexplotación a los trabajadores, están muchos gorilas y oligarcas que hoy ven en la URSS un "socio" para sobrevivir a costa del pueblo.

Y en ningún sentido debemos hacernos ilusiones, porque cuando esos personajes salgan a la calle va a ser también para reprimir salvajemente, porque será también un golpe contra nosotros y por eso abrirá un oscuro período histórico, como el que vivimos los obreros desde 1955. De ese sangre ya tenemos claros ejemplos: tanto el terrorismo de derecha de las "tres A", como el de los grupos que se dicen "socialistas" y actúan al margen de las masas, sólo persigue debilitar al gobierno y atomizar al pueblo, queriendo inmovilizarnos mediante el terror o el crimen.

Ambos golpes impulsan e instrumentan ese terrorismo, frente al que siempre nos pronunciamos en contra. Y ambos golpes aprovechan también las debilidades y errores del gobierno de la señora Presidente, errores producto de una política que **NO VA A FONDO** contra los

principales enemigos del pueblo y de la patria: los imperialistas yanquis y los terratenientes y grandes capitalistas a ellos asociados. Por eso vemos que el gobierno sigue adelante con la represión a través del Estado de Sitio, que golpea y desarma a las masas, y que sólo la clase obrera será capaz de ponerse al frente del pueblo para aplastar al golpe prosoviético o proyanqui.

En esa situación se intenta confundir sobre lo que es el SMATA-Córdoba; se intenta desvirtuar que con nuestra conducción se implantó la democracia sindical, se saneó al gremio, se conquistaron muchísimas reivindicaciones, y se rompió —en nuestra última larga lucha— la congelación salarial, lucha tan justa que luego fue reconocida nacionalmente con el reajuste otorgado a todos los trabajadores del país. En el desarrollo de este último conflicto dijimos una y mil veces que **NO PELEABAMOS CONTRA EL GOBIERNO DE ISABEL**, pese a que hubieron sectores que quisieron instrumentar nuestra lucha en esa dirección. Ello constó en solicitudes de prensa y telegramas enviados a la presidencia de la Nación. En todas las asambleas, y en muchas oportunidades, yo me pronuncié contra las dos superpotencias que se disputan el mundo y su política agresiva, expansionista e imperialista. Y también contra el terrorismo.

¿Por qué entonces dice Lacabanne que yo soy "cobertu-

ra" de la guerrilla, cuando la propia justicia federal ha sobreesido por falta de méritos a los compañeros directivos presos, que fueran acusados de lo mismo? ¿Qué clase peronista es Lacabanne, que en vez de denunciar con nombre y apellido a los golpistas y sus cómplices en Córdoba, me ataca a mí, que siempre sostuve claras posiciones antigolpistas? Esas actitudes, objetivamente, persiguen la confusión, favorecen al golpe y debilitan la trinchera obrera y popular para esta batalla que se avecina.

Y soy más claro: yo me pregunto, cuando haya que luchar contra el golpe concreto, ¿qué harán peronistas como Lacabanne, García Rey, José Rodríguez o Lorenzo Miguel? Entonces muchas cartas van a caerse, pero también entonces —ténganlo por seguro—, esté donde esté, yo no voy a rehuir mi responsabilidad histórica. Ahora, tomando por testigos a todos los que me han cotido en el corazón de nuestras gloriosas movilizaciones, afirmo que ocuparé mi lugar junto a los obreros y el pueblo, contra cualquier imperialismo que quiera sacar partido de nuestra patria.

Entonces, ninguna confusión. Nosotros, desde mayo de 1969, somos la auténtica vanguardia del proletariado argentino, somos quienes hemos desarrollado las experiencias más a fondo. En nombre de ese pasado y ese sentimiento, en nombre del orgullo de los mecánicos, y de una voluntad antiimperial-

ista inculdicable, **VAMOS A DENUNCIAR Y DERROTAR A LOS GOLPISTAS, VAMOS —COMO EN EL CORDOBAZO— A SEGUIR ABRIENDO UN VERDADERO CAMINO HACIA EL FUTURO DE LA CLASE OBRERA Y EL PUEBLO**, y su alternativa de liberación independiente, nacional y profunda. Así lo haremos por el respeto de la voluntad popular contra todo golpe, por la nueva recuperación del gremio, por la libertad de nuestros queridos compañeros presos, por el levantamiento de las capturas, por el respeto de las libertades democráticas, por todas las reivindicaciones de los mecánicos y los trabajadores en su conjunto.

Siempre dije, compañeros, que es preferible perder el gremio a resignar nuestras reivindicaciones, ¿para qué sirve un gremio sino para obtener triunfos? Esto lo recuerdo porque en el futuro, sin duda, a nuestro SMATA lo podemos perder muchas veces. Pero también estoy seguro que con la participación de todos **LO VAMOS A RECUPERAR**, tantas veces como lo perdamos, y vamos a triunfar sobre los enemigos de los trabajadores y de la patria, como lo señala nuestra tradición y nuestra realidad, nuestras convicciones y nuestra vida.

Con el espíritu y la fe de siempre, llamo a luchar para poder tener con nosotros en Año Nuevo a los compañeros presos y hago votos para que 1975 nos depara grandes triunfos y conquistas. Un gran abrazo.

## ANEXO N°11 : "A campanha anti-golpista" (2)

SOLICITADA

LN 16.10.75

### POR UN 17 ANTIGOLPISTA Y PATRIOTICO

La Patria vive horas decisivas. Nuestro país, inmensamente rico y estratégicamente ubicado en el cono sur del continente, es centro de una aguda disputa entre las dos superpotencias —EE.UU. y URSS— que luchan por el control del mundo. Se ha acentuado la conspiración de los gorilas pro-rusos y pro-yanquis contra el gobierno nacionalista y tercermundista encabezado por la señora María E. M. de Perón.

#### EL GOLPE DE LA TRENZA "ALUAR"

Victorio Calabró, con la ausencia de sectores militares, políticos, agrarios y gremiales, ha sido la punta de lanza del golpe pro-soviético, el golpe "color aluminio", que procura "bordaberrizar" a Isabel dejándola prisionera de un gabinete civico-militar o, si ésta resiste como hasta ahora, desplazarla directamente del gobierno.

La escalada terrorista (instrumentada por el socialimperialismo ruso por un lado, y los sectores pro-yanquis, por otro) aporta lo suyo a la conspiración golpista. Se fomenta así como contrapartida, la mayor participación política de las FF.AA. en el gobierno, objetivo que logró importantes éxitos con la creación de los Consejos de Seguridad y Defensa; hay quienes esperan llegar por este camino, al tan mencionado Gabinete de coalición civico-militar exigido desde hace meses por el falso Partido "Comunista".

Los que apoyan de buena fe estos planes serán defraudados y víctimas de su error. Ahí están los ejemplos testarudos de Portugal, Chile y Uruguay, en donde la política reformista y aventurera de los sectores pro-soviéticos dividió a las fuerzas populares y facilitó el contragolpe o la restauración pro-yanqui.

#### EL GOLPE RESTAURADOR PRO-YANQUI

Los sectores pro-yanquis han pasado a la actividad conspirativa abierta. Si bien hoy pueden alentar el golpe pro-ruso y emboscarse tras él, tienen sus propios objetivos. Ahí están las declaraciones de Alsogaray, la circulación de un documento-programa de los pinochetistas argentinos, los editoriales golpistas de "La Prensa", la actividad de los terratenientes vinculados a los yanquis y sus discursos del 16.9 en el Luna Park.

Monseñor Bonamín (que acaba de ser respaldado por una solicitud que cuenta con la firma del almirante Rivas) interrumpió a este gorilismo. Es posible que el mismo cuente con más de una apoyatura militar tras la fórmula del "profesionalismo escéptico".

#### EL 17 Y LA CONTRAOFENSIVA POPULAR

En esta situación la concentración del 17 de octubre trasciende los marcos partidarios y se convierte en una batalla de todas las fuerzas patrióticas; su preparación y realización son eslabones fundamentales en la contraofensiva popular, para derrotar tanto el golpe "institucional" como el golpe abierto, sean éstos hegemónicos por el imperialismo ruso como por el imperialismo yanqui.

#### EL PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO

Reafirma su decisión de llevar hasta sus últimas consecuencias su patriótica posición antigolpista que ha sido y es bandera y acción de sus militantes a lo largo y ancho del país.

Es posible enfrentar y derrotar a los golpistas. Hoy pasa por aquí la posibilidad de avanzar hacia la definitiva liberación del pueblo y la Patria. Esto nos permitirá, basándonos en nuestras infinitas riquezas y en las enormes reservas de combate de nuestro pueblo, siguiendo un camino revolucionario, aislar y derrotar a nuestro enemigo fundamental, el imperialismo yanqui y sus socios locales, sin caer en manos de la otra superpotencia.

El 17 es preciso garantizar el retorno al gobierno de Isabel, teniendo claro que el aparato estatal (el control de las FF.AA. y represivas, el aparato judicial, estatal y los medios de información, etc.) están en manos de los imperialistas y terratenientes golpistas al igual que las principales balanzas económicas del país. Sin destruirse ese aparato y sin rescatar esas balanzas económicas, los golpistas triunfarán más tarde o más temprano.

La clase obrera debe encabezar la lucha contra el golpe en el camino de la definitiva liberación del pueblo y de la Patria. Por eso debe encabezar unida las columnas del acto del 17.

Para que se fortalezcan las fuerzas y la unidad de los sectores populares —en especial de la clase obrera, baluarte de la lucha antigolpista liberadora— es necesario que la crisis la paguen quienes la provocaron: los monopolios yanquis en primer lugar, y los oligarcas, y no los sectores populares. Urge conseguir un salario mínimo para la familia tipo de \$1.100.000, y tierra y precios compensatorios y diferenciados para los campesinos pobres y medios.

Para poder enfrentar y derrotar a los golpistas se requiere la más amplia democracia para el pueblo y sus organizaciones. Reclamamos la libertad de los antigolpistas y patriotas, de los militantes obreros y populares detenidos sin causa ni proceso a disposición del P. E. ¡Cárcel para los conspiradores!

El pueblo, antes y después del 17 de octubre, debe organizarse y prepararse para enfrentar a los golpistas en el terreno en que inevitablemente será necesario enfrentarlos para derrotar sus planes imperialistas.

EL PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO llama y trabajará, buscando la coordinación con todas las fuerzas antigolpistas y patrióticas, para que la clase obrera se encolumne el 17 desde sus empresas y confluya con las columnas barriales.

**EL 17 TODOS A PLAZA DE MAYO, JUNTO AL PUEBLO PERONISTA, PARA GARANTIZAR EL RETORNO DE ISABEL AL GOBIERNO, EN EL CAMINO DE APLASTAR EL GOLPE PRO-RUSO O PRO-YANQUI.**

**UNIRSE, ORGANIZARSE Y PREPARARSE PARA ENFRENTAR EN EL TERRENO QUE SEA NECESARIO A LOS GOLPISTAS. ¡OTRO 55 NO PASARA!**

#### PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO

Juventud Comunista Revolucionaria

Fonte: Folheto do PCR, 1975

## Referências de pesquisa

### Referências Bibliografias

AARÃO REIS Filho, Daniel. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1990

AAVV, “A polémica sino-soviética”. Coleção *Transformações no mundo atual*, Folheto N°44 CEAL, 1975

AAVV, *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad*, Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Buenos Aires, 2015

ALEXANDER, Robert. *International Maoism in the Developing World*. Praeger.London. 1999

ALEXANDER, Robert. *Maoism in the Developed World*. Praeger. London, 2001

ALTAMIRANO, Carlos, *Bajo el signo de las masas (1943-1973)*, Ariel, Buenos Aires, 2001

ALTAMIRANO, Carlos. "La coordinadora: elementos para una interpretación". em NUN, José e PORTANTIERO, Juan Carlos (Comps), *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Puntosur, Buenos Aires, 1987.

AMARAL, Samuel. “Una interpretación maoista del peronismo: Eduardo Astesano y la revolución de la nueva democracia”. Series *Documentos de Trabajo* N° 279. Universidad del CEMA, 2004.

ANTOGNAZZI, Irma. “La lucha armada en la estrategia política del PRT-ERP(1965-1976)”. Em *Revista Razón y Revolución* N°3, invierno de 1997.

ARROSAGARAY, Enrique. “Salamanca. Secretario General de los mecánicos cordobeses 1972-1974”, en *Hechos y Protagonistas de las luchas obreras argentinas*, Editorial Experiencia, 1984

ASTARAZ, Kepa, *Cuba y la Nueva Izquierda: una relación que marcó los años 60*, Capital Intelectual, Buenos Aires, 2011

BALVÉ, Beba, MARÍN, Juan Carlos y MURMIS, Miguel, *Lucha de calles, lucha de clases Elementos para su análisis*, Ediciones La Rosa Blindada, Buenos Aires 1973

BASUALDO, Victoria. “Los delegados y las comisiones internas en la historia Argentina: 1943-2007”, en AZPIAZU, Daniel, SCHORR, Martín y BASUALDO, Victoria, *La industria y el sindicalismo de base en la Argentina*, Buenos Aires, Cara o Ceca, 2010;

BAYONA, Enrique, et Al., “La polémica chino-soviética”, en Siglomundo, *Transformaciones*

en el mundo actual N° 44, CEAL, Buenos Aires, 1975.

BILSKY, Edgardo J. *Esbozo de historia del movimiento obrero argentino*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 1988.

BRENNAN, James y GORDILLO, Mónica, *Córdoba Rebelde: el Cordobazo, el clasismo y la movilización social*, De la Campana, La Plata, 2008

BRENNAN, James: *El Cordobazo*, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1996.

CAMARERO, Hernán. *A la conquista de la clase obrera*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2007.

CAMARERO, Hernán y HERRERA, Carlos M. (eds.) , *El Partido Socialista en Argentina*, Prometeo, Buenos Aires, 2005

CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal 1964-1974*, Tinta da China, 2011.

CARDINA, Miguel. “Génesis, estructuración e identidad del fenómeno maoísta en Portugal (1964-1974)”, em: *Ayer, Revista de Historia Contemporánea*, N° 92, Madrid, 2013, pp 123-146

CARNOVALE, Vera, *Los combatientes. Historia del PRT-ERP*, Siglo XXI, Buenos Aires, 2011;

CATTARUZZA, Alejandro, “Los años sesenta y setenta en la historiografía argentina (1983-2008): una aproximación”, *Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2008, [En línea], Puesto en línea el 11 diciembre 2008. URL : <http://nuevomundo.revues.org/45313>. Consultado el 25 enero 2012.

CAVAROZZI, Marcelo, “Peronismo, sindicatos y política en la Argentina (1943-1981)”. Em GONZÁLEZ CASANOVA, Pedro, (coord.), *Historia del movimiento obrero en América Latina*, México, Siglo XXI, 1984;

CAVAROZZI, Marcelo, *Autoritarismo y democracia*, CEAL, Buenos Aires, 1983;

CAVIASCA, Guillermo. “Rodolfo Puiggrós y la construcción del peronismo revolucionario”. Em: [http://guillermocaviasca.blogspot.com.ar/2012/02/rodolfo-puiggros-y-la-construccion-del\\_05.html](http://guillermocaviasca.blogspot.com.ar/2012/02/rodolfo-puiggros-y-la-construccion-del_05.html). Consultado 10/11/2015

CELENTANO, Adrián, “La formación de Vanguardia Comunista, de la crisis del socialismo a la adopción del maoísmo y el problema de la construcción del partido revolucionario entre 1965 y 1969”, Ponencia presentada en las *VII Jornadas de Historia Política*. Tandil, 6 y 7 de setiembre de 2012.

CELENTANO, Adrián, “Maoísmo y nueva izquierda” Em: TORTTI, María Cristina et al

(2014)

CELENTANO, Adrián, “Las ediciones del maoísmo argentino”, *Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición*, La Plata, 31 de octubre al 2 de noviembre de 2012.

CELENTANO, Adrián, “Maoísmo y lucha armada: el Partido Comunista Marxista Leninista (PCM-L)”, *Revista Lucha de Clases* N° 4, Buenos Aires, 2005

CELENTANO, Adrián. “El maoísmo argentino entre 1963 y 1976. Libros, revistas y periódicos para una práctica política”. Em: *Políticas de la Memoria* n° 14 | verano 2013/2014. Anuario de investigación e Información del CEDINCI.

CELENTANO, Adrián. “Maoístas y Nueva Izquierda. Un análisis del PCML (Partido Comunista Marxista Leninista) 1° parte: 1968-1975”, *Anales de las II Jornadas De Historia de las Izquierdas* Buenos Aires, 11, 12 y 13 de diciembre de 2002

CIAFARDINI, Horacio: *Crisis, inflación y desindustrialización en la Argentina dependiente*, Buenos Aires, Ed Ágora, 1990

CIMILLO, Elsa et al: *Acumulación y centralización del capital en la industria argentina*, Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1973

COGGIOLA, Osvaldo, *Historia del trotskismo en Argentina y América Latina*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones RyR, 2006.

COHEN, Arthur, “How original is maoism?” Em *Problems of Communism* Vol X, N° 6 (nov-diez 1961), 34-42. Republicado em STANKIEWICK, W (Ed), *Political Thought since World War II. Critical and interpretative Essays*. The Free Press, NY, 1964.

CONNELLY Marisela, “Influencia del Pensamiento de Mao en América Latina”. Em: *Estudios de Asia y Africa* XVIII: 2, 1983

DAWYD, Darío, *Sindicatos y política en la Argentina del Cordobazo. El peronismo entre la CGT de los Argentinos y la reorganización sindical (1968-1970)*, Buenos Aires, 2011;

DE RIZ, Liliana, *La política en suspenso: 1966-1976*, Paidós, Buenos Aires, 2000;

DEUTSCHER, Isaac “Las tres corrientes del comunismo”. Em: *Pekín y Moscú* . Jorge Álvarez Ed, Bs As, 1964.

DEUTSCHER, Isaac. *El maoísmo: Orígenes y perspectivas*. The Socialist Register y Les Temps Modernes, 1964

DUVAL Natalia, *Los sindicatos clasistas SITRAC (1970-1971)*, CEAL, Buenos Aires, 1988

ENGELS, F.: *El origen de la familia, de la propiedad privada y del Estado*. Claridad, Buenos Aires, 1964

- ENGELS, Federic, *La revolución de la ciencia de Eugenio Dühring ("Anti-Dühring")*. Lima: Ed. Bandera Roja, 2003.
- FLORES, Gregorio, *Sitrac-Sitram, del Cordobazo al Clasismo*, Ediciones Magenta, 1994
- GALASSO, Norberto, *Aportes críticos a la historia de la izquierda argentina: socialismo, peronismo e izquierda nacional, tomo II : 1961-2001*, Nuevos Tiempos, Buenos Aires, 2007
- GERMANI, Gino , “Algunas repercusiones sociales de los cambios económicos en la Argentina (1940-1950), *Cursos y Conferencias*, 238-239, Buenos Aires, 1952.
- “El surgimiento del peronismo: el rol de los obreros y de los migrantes internos”, en *Desarrollo Económico*, vol. 13, nº 51, Buenos Aires, 1973.
- GILBERT, Isidoro. *La Fede. Alistándose para la revolución, La Federación Juvenil Comunista 1921-2005*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009.
- GILMAN, Claudia, *Entre la pluma y el fusil. Dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Siglo XXI, Buenos Aires, 2003;
- GODIO, Julio, “La Internacional Socialista en la Argentina” 1 y 2, *CEAL*, Buenos Aires, 1986
- GÓMEZ, Claudio. *Maten al rugbier: La historia detrás de los 20 desaparecidos de La Plata Rugby Club*. Ed Sudamericana, 2015
- GORDILLO, Mónica, “Los prolegómenos del Cordobazo: los sindicatos líderes de Córdoba dentro de la estructura sindical”. Em: *Revista Desarrollo Económico*, vol. 31, Nº 122, Bs As, Julio- septiembre 1991.
- GORDILLO, Mónica, “Movimientos sociales e identidades colectivas: repensando el ciclo de la protesta obrera cordobés de 1969-1971”, en *Desarrollo Económico*, vol. 39, nro, 155, 1999.
- GORDILLO, Mónica. *Córdoba en los 60: la experiencia del sindicalismo combativo*, Córdoba, Colección de Manuales de Cátedra, 1996.
- HENDLER, Ariel. *La guerrilla invisible. Historia de las Fuerzas Argentinas de Liberación (FAL)* Buenos Aires, Vergara, 2010.
- HILB, Claudia y LUTZKY, Daniel, *La nueva izquierda argentina: 1960-1980 (política y violencia)*, CEAL, Buenos Aires, 1984
- HILB, Claudia. *Usos del pasado. Qué hacemos hoy con los setenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.
- HOBSBAWN Eric, *Revolucionarios. Ensayos Contemporáneos*. Crítica, Barcelona, 2010.
- HOBSBAWN Eric e RANGER Terence (eds) *La invención de la tradición*. Ed Crítica, Barcelona 2002

- JAMES, Daniel, *Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2005
- KOHAN, Néstor (comp.), *La Rosa Blindada, una pasión de los '60*, Editorial La Rosa Blindada, Buenos Aires, 1999.
- LAUFER, Rodolfo, “Los estudiantes universitarios de la Argentina. Un análisis desde el materialismo dialéctico” (inédito) citado en CRISTAL, Yann, “Historia reciente del movimiento estudiantil de la UBA (1983-2011)”. En *Revista Pensar Históricamente* nro 2, Buenos Aires, 2012
- LENIN, Vladimir, *El Estado y la Revolución*, Bs As, 2004
- LENIN, Vladimir, I. *Esquerdismo - Doença Infantil do Comunismo*, 1920
- LINHART, Robert, *De cadenas y de hombres*. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- LISSANDRELLO, Guido. “El Partido Comunista Revolucionario (PCR) y la discusión estratégica en los '70”. *X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013
- LUKACS, Georg. “Contribución al debate entre la China y la Unión Soviética”. Em: *Pekin y Moscú*. Jorge Álvarez Ed, Bs As, 1964.
- MAO-TSE-TUNG, “Cinco Tesis Filosóficas”, *Obras*, Tomo III, Ed La Paloma, Bs As, 1974
- MARCOU, Lily, *El movimiento comunista internacional desde 1945*, Siglo XXI, Madrid, 1981.
- MARX, Karl y ENGELS, Federico. *El manifiesto comunista*, Valladolid: Ed Maxtor, 2007
- MAZZEI, Daniel, *Bajo el poder de la caballería. El Ejército argentino (1962- 1973)*, Buenos Aires, Eudeba, 2012.
- MAZZEI, Daniel, *Los medios de comunicación y el golpismo. La caída de Illia 1966*, Buenos Aires, Grupo Editor Universitarios, 1997.
- MELON PIRRO, Julio César, *El peronismo después del peronismo. Resistencia, sindicalismo y política luego del 55*, Argentina, Siglo Veintiuno Editores, 2009;
- MENGUY, Marc, *La Economía de la China Popular*, Ed. Nuevos Esquemas, Bs As, 1968
- MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Siglo XXI, Bs As, 2011
- NASSIF, Silvia y RUPAR, Brenda. ”Aproximación a las luchas de la clase obrera de fines de los '60 e inicios de los '70”. Em: *Momentos y aspectos de la lucha política y sindical de la clase obrera argentina* Ed La Marea (en prensa)

- NASSIF, Silvia. *Tucumanazos. Una huella histórica de luchas populares 1969-1972*. Tucumán, Instituto de Investigaciones Históricas” Dr. Ramón Leoni Pinto”, FFyL- UNT, 2012
- O'DONNELL, Guillermo. *El Estado Burocrático Autoritario, 1966-1973. Triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982;
- OLLIER, María Matilde, *El fenómeno insurreccional y la cultura política*, CEAL, Buenos Aires, 1986;
- OLLIER, María Matilde, *Orden, poder y violencia*, CEAL, Buenos Aires, 1989
- PACO Ignacio TAIBO II, 68, Ed. Planeta, México, 1991
- PO-CHU CHUNG, Frances, *Rural-urban migration: a case study of the People's Republic of China*, The Chinese University of Hong Kong, 1974
- PORTANTIERO, Juan Carlos, “Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973”, *Revista mexicana de sociología*, méx, Vol XXXIX N2, abr-jun, 1977;
- POZZI, Pablo e SCHNEIDER, Alejandro, *Los setentistas: izquierda y clase obrera (1969-1976)*, Eudeba, Buenos Aires, 2000.
- POZZI, Pablo, *Por las sendas argentinas. El PRT-ERP: la guerrilla marxista*, Eudeba, Buenos Aires, 2001;
- PUCCIARELLI, Alfredo, “Dilemas irresueltos en la historia reciente de la sociedad argentina”. Em: *Revista Taller*, N° 5, Buenos Aires ,1997
- RAPOPORT, Mario y SPIGUEL, Claudio, “*Política exterior Argentina. Poder y conflictos internos (1880-2001)*”, Claves para todos, Capital Intelectual, 2005, cap 4
- RAPOPORT, Mario, *Historia Económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*, Emecé, Buenos Aires, 2009
- RIBERA Ricardo “El año histórico de 1968. Diez acontecimientos que cambiaron el mundo”. In: *Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, N°. 104, 2005, págs. 241-268
- RODRIGUES,SALES Jean. *Partido Comunista do Brasil-PCdoB: propostas teóricas e práticas política- 1962:1976*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, 2000
- ROT, Gabriel, *Los orígenes perdidos de la guerrilla en Argentina. La historia de Jorge Ricardo Masetti y el Ejército Guerrillero del Pueblo*, El Cielo por Asalto, Buenos Aires, 2000;
- ROTHWELL, Matthew, “Influencia de la revolución china en América Llatina: México, Perú y Bolivia”. Em: *Rev. Fuent. Cong.* [online]. vol.4, n.9, 2010, pp. 5-11. Disponible em: [http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1997-44852010000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1997-44852010000400003&lng=pt&nrm=iso)

ROUQUIÉ, Alain, *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Tomo II 1943/1973, Buenos Aires, EMECE, 1982

RUPAR Brenda e NASSIF Silvia. “Las formas del conflicto social en Córdoba y Tucumán: un análisis comparativo (1968-1972)”. Ponencia presentada en las *II JHICS*. UNQ, junio 2013

RUPAR Brenda, “Acumulación y radicalización obrera: Industrialización dependiente, concentración monopolista y conflicto social en el marco de la “Revolución Argentina”. Em: GALAFASSI, Guido (comp.), *Apuntes de acumulación. Capital, Estado, procesos socio-históricos de (re)producción y conflictividad social*, Theomai Libros. Ediciones Extramuros, Quilmes, 2014

SABAJ, Daniela. “ Vanguardia Comunista (1965-1978): Origen, Historia y Resistencia”, *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, 2 a 5 de octubre de 2013.

SALAS, Ernesto, *La resistencia peronista: la toma del Frigorífico Lisandro de la Torre*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1990;

SALAS, Ernesto, *Uturuncos. El origen de la guerrilla peronista*, Buenos Aires, Biblos, 2006

SÁNCHEZ, Pilar. *El Gordo Antonio. Vida, pasión y asesinato del dirigente comunista revolucionario César Gody Álvarez*, Bs As, Editorial Ágora, 2008.

SCHIAVI, Marcos. *El poder sindical en la Argentina peronista (1946-1955)*, Imago Mundi, Bs As, 2013

SCHIAVI, Marcos. *La resistencia antes de la resistencia. la huelga metalúrgica y las luchas obreras en 1954*. Buenos Aires, editorial El Colectivo, 2008

SCHNEIDER, Alejandro. *Los compañeros. Trabajadores, Izquierda y Peronismo 1955-1973*, Buenos Aires, Imago Mundi, 2006;

SCHWARTZ, Benjamin, “Las relaciones chino-soviéticas: el problema de la autoridad. Em: *Pekin y Moscú* . Jorge Álvarez Ed, Bs As, 1964.

SELSER, Gregorio, *El Onganiato*, Tomos I y II, Buenos Aires, Carlos Samonta Editor, 1973

SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta*. Siglo XXI de Argentina, Buenos Aires, 2002.;

SMULOVITZ, Catalina, “La eficacia como crítica y utopía. Notas sobre la caída de Illia”. Em: *Desarrollo Económico*, vol. 33, N° 131, 1993

TARCUS, Horacio e EHRLICH, Laura. *Diccionario biográfico de la izquierda argentina de los anarquistas a la "nueva izquierda", 1870-1976*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

TERÁN, Oscar, *Nuestros años sesentas: La formación de la nueva izquierda intelectual en la*

*Argentina 1955-1966*, Punto Sur, Buenos Aires, 1991

TOLEDO Bruckmann, Ernesto. “El pensamiento Mao Tse Tung en el Perú. Orígenes y división en la izquierda peruana en 1964”. Consultado em <http://www.pcdelp.patriaroja.org.pe/el-pensamiento-mao-tse-tung-en-el-peru-origenes-y-division-en-la-izquierda-peruana-en-1964-parte-1/> em noviembre 2015

TORRE, Juan Carlos, *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*, Siglo veintiuno, Buenos Aires, 2012;

TORTTI, María Cristina et al, *La Nueva Izquierda Argentina (1955-1976). Socialismo, peronismo y revolución*. Ed Prohistoria, Rosario 2015

TORTTI, María Cristina, “Debates y rupturas en los partidos comunista y socialista durante el frondizismo”, Publicado en *Prismas. Revista de historia intelectual n° 6 (2002)*, Universidad Nacional de Quilmes.

--- “La nueva izquierda a principios de los ’60. Socialistas y comunistas en la Revista ‘Che’”, *Revista Estudios Sociales N° 22/23*, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe., 2002

TORTTI, María Cristina, “Izquierda y `nueva izquierda` en la Argentina: el caso del Partido Comunista”. Em: *Sociohistórica*, Cuadernos del CISH (Universidad Nacional de La Plata), N° 6, 2do. Semestre de 1999, pp. 221- 232.

TORTTI, María Cristina, “Izquierda y nueva izquierda en la historia reciente de la Argentina” (ponencia presentada en el *Primer Coloquio Historia y Memoria*, Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de La Plata, abril de 2002).

TORTTI, María Cristina, “Protesta social y ‘Nueva Izquierda’ en la Argentina del Gran Acuerdo Nacional” y “Post Scriptum: la construcción de un campo temático”, en PUCCIARELLI, Alfredo (comp.), *La primacía de la política. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN*, Eudeba, Buenos Aires, 1999.

TORTTI, María Cristina, *El “viejo” partido socialista y los orígenes de la “nueva” izquierda*, Prometeo, Buenos Aires, 2009

VILAR, Pierre, *Pensar Históricamente*, Crítica, Barcelona, 1997

VOLKIND, Pablo, RUPAR, Brenda, LAUFER, Rodolfo y CRISTAL, Yann. “El clasismo cordobés: el caso del SMATA Córdoba 1972-1974”, ponencia presentada en las *IV Jornadas de Trabajo de Historia Reciente*. Rosario, 2008.

WEISZ, Eduardo, “El PRT-ERP: Nueva Izquierda e Izquierda Tradicional”. Em: *Estudios críticos sobre Historia Reciente, Los ’60 y ’70 en Argentina*, Parte I, Centro Cultural de la Cooperación, Buenos Aires, 2004;

WERNER Ruth y AGUIRRE Facundo, *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976*, Ed. IPS, Bs. As, 2009.

XU, Shicheng. “Las diferentes etapas de las relaciones sino-latinoamericanas” Em: revista *Nueva Sociedad* 203, Mayo - Junio 2006

## Fontes consultadas

### • Debate sino-soviético e maoísmo

AAVV, *Maoism Unmasked*, Collection of Soviet Press Articles, Progress Publishers Moscow, 1972

AAVV, *On Maoism. Excerpts from official Documents, statements by leaders of Marxist-Leninist parties, and articles published in the Communist Press concerning Peking's Great Power Polley (1969-1973)*. Novosti Press Agency Publishing House, Moscow, 1974

MAO TSE TUNG, “A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China“(dez 1939), *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*, Tomo II , Edições do Povo, 1952. Consultado em:

[www.marxists.org/portugues/mao/1939/12/revolucao.htm](http://www.marxists.org/portugues/mao/1939/12/revolucao.htm), janeiro 2016

--- “Sobre la Nueva Democracia” (enero de 1940), *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*, Tomo II, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Pekin 1976

--- “Sobre la dictadura democrática popular “(30/6/1949), *Obras*, tomo 9, Ed de la Paloma, Bs As, 1974

--- “Problemas de la guerra y de la estrategia” (6 /11/ 1938), *Obras*, tomo 8, Ed de la Paloma, Bs As, 1974

--- “Discurso ante la conferencia nacional del partido comunista de china sobre el trabajo de propaganda,” 12/3/57

PCCh, *Polémica acerca de la línea general del Movimiento Comunista Internacional*, Ediciones Lenguas Extranjeras, Pekín 1965. Digitalizaçao realizada pelo Partido Comunista

Revolucionario del Uruguay. Dentre estes utilizamos:

--- “El origen y el desarrollo de las divergencias entre la dirección del PCUS y nosotros”.

--- “Comentario sobre la carta abierta del cc del PCUS (I) por la redacción del Renmin Ribao y la redacción de la revista Hongqi” (6 de septiembre de 1963)

---“Reseña de opiniones sobre el problema de la transición pacífica” (10 de noviembre de 1957)

--- “Declaración de la delegación del Partido Comunista de China en la conferencia de los partidos hermanos de Bucarest” (26 de junio de 1960)

--- “Las cinco proposiciones hechas por el CC del PCCh en su respuesta a la nota de información del CC del PCUS, con vista a resolver las divergencias y lograr la unidad” (10 de septiembre de 1960)

---“Apologistas del neo-colonialismo. Comentario sobre la carta abierta del CC del PCUS (IV)” (22 de octubre de 1963)

--- “Dos líneas diferentes en el problema de la guerra y la paz. Comentario sobre la carta abierta del CC del PCUS (V)” (19 de noviembre de 1963)

--- “Dos políticas de coexistencia pacífica diametralmente opuestas. Comentario sobre la carta abierta del CC del PCUS (VI)” (12 de diciembre de 1963)

--- “Los dirigentes del PCUS son los mayores escisionistas de nuestra época. Comentario sobre la carta abierta del CC del PCUS (VII)” (4 de febrero de 1964)

--- “La revolución proletaria y el revisionismo de Jruschov Comentario sobre la carta abierta del CC del PCUS (VIII)” (31 de marzo de 1964)

---“ Acerca del falso comunismo de Jruschov y sus lecciones históricas para el mundo Comentario sobre la carta abierta del CC del PCUS (IX)” (14 de julio de 1964)

PCCh, *Proposta Acerca da Linha Geral do Movimento Comunista Internacional (Resposta do Comitê Central do Partido Comunista da China à carta do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética de 30 de março de 1963)*. Comitê Central do Partido Comunista da China 14 de Junho de 1963

PCUS, “Por el triunfo del marxismo – leninismo creador. Contra la revisión del rumbo del Movimiento Comunista Mundial”, revista *Kornmunist* nº 11, 1963.

--- *Carta del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética al Comité Central del Partido Comunista de China (30 de marzo de 1963)*

--- *Carta Aberta às Organizações Partidárias, a Todos os Comunistas da União Soviética*. Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética 14 de Julho de 1963

### • Documentos Partidários

AAVV, *Vidas y Luchas de Vanguardia Comunista*, Tomo II, Nuevos Tiempos, Buenos Aires, 2009

AAVV, *Derrotemos al Revisionismo*, Ed. No Transar, Bs As, 1964

AAVV, Partido Vanguardia Comunista, *Denunciamos el falso comunismo de Codovilla*, Ed. No Transar, Bs As, 1965.

AAVV, “Una historia, un compromiso con el marxismo-leninismo” (1999). *Temas Revolucionarios*, Ediciones PRML, Comisión 50º aniversario VC-PRML - Abril 2015

ORTIZ, Sergio, *Vidas y Luchas de Vanguardia Comunista*, Tomo II, Nuevos Tiempos, Buenos Aires, 2010.

Partido de la Liberación, *Breve historia del Partido de la Liberación*, documento aprobado por el Comité Central del Partido de la Liberación en su XVII reunión plenaria, 8 y 9 de julio de 1995.

PCR, *Documentos aprobados desde la ruptura con el PC revisionista hasta el 1º Congreso del PCR (1967/1969)*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 1, 2003. Dentre aquellos, usamos:

- “Hacia el IX Congreso. Por la unidad y la defensa de la FJC y el PC sobre la base de los principios leninistas”
- “Declaración por el 50 aniversario del Partido Comunista”, 9 de septiembre de 1967
- “El Che Guevara y la Liberación nacional y social del pueblo argentino”
- “Declaración Constitutiva del Comité Nacional de Recuperación Revolucionaria del Partido Comunista Argentino (enero 1968)”
- “Tesis para el XIII Congreso (nov 1968)”
- “Resolución sobre la adopción del nombre: Partido Comunista Revolucionario de la Argentina (PCR)”, Publicado en Nueva Hora Nº 24,
- “Los comunistas revolucionarios ante la actual situación política nacional e internacional”
- “Documento preparatorio de la conferencia permanente del PCR (20/3/1969)”
- “Proposición del Comité Nacional del PCR sobre la posición del Partido ante los problemas del movimiento comunista”
- “Documentos aprobados por el Primer Congreso del Partido Comunista Revolucionario”

PCR, *Documentos aprobados por el PCR desde su 1º Congreso, diciembre de 1969, hasta su 2º Congreso, abril de 1972*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 2, 2005. Dentre aquellos, usamos:

- “Conferencia Permanente del PCR de agosto de 1970” (agosto 1970)
- “Conferencia Permanente del PCR de marzo de 1971”
- “Documentos aprobados por el Segundo Congreso del PCR” (abril 1972)
  - “Situación Nacional y tareas del Partido”
  - “Programa del PCR”
  - “Balance de la actividad del PCR entre el Primero y Segundo Congreso”

PCR, *Documentos aprobados por el PCR desde su 2º Congreso, abril de 1972, hasta su 3º Congreso, marzo de 1974*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 3, 2007. Dentre aquellos, usamos:

- Balance de la actividad del partido entre el II y III congreso
- “Compañero peronista”, documento de la Comisión Política. 20 de febrero de 1973
- “Resoluciones”

PCR, *Documentos aprobados por el PCR desde su 3º Congreso, marzo de 1974, hasta hasta fines de 1979, posteriormente aprobados por el Cuarto Congreso realizado en abril de 1984*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 4.1, 2007. Dentre aquellos, usamos:

- “El PCR y la lucha del Smata-Cordoba” Comisión Política - 9 de agosto de 1974
- “Carta abierta de Rene Salamanca a los compañeros trabajadores”, Publicada en Nueva Hora

Nº 162 de diciembre de 1974

---“ Informe del Comité Central del PCR - La pugna interimperialista y el golpe de Estado”,  
septiembre 1975

SEMAN, Elías, *El Partido Marxista Leninista y el guerrillerismo*, Ed No Transar, 1964.

Usamos versión editada por El Topo Blindado, Buenos Aires, 2013.

SOTO, Américo, *Vidas y Luchas de Vanguardia Comunista*, Tomo I, Nuevos Tiempos, Buenos Aires, 2004

VARGAS, Otto, “¿Por qué no se quiere discutir?, (dic de 1967)”, *Documentos aprobados desde la ruptura con el PC revisionista hasta el 1º Congreso del PCR (1967/1969)*, Publicaciones 35º aniversario del PCR, Tomo 1, 2003

VC, *Cuadernos Rojos*, N2, CC de Vanguardia Comunista, Mimeo, setiembre 1970

Vanguardia Comunista, *Proyecto de Resolución sobre construcción del Partido. Vanguardia Comunista en marcha hacia la constitución del Partido Comunista Revolucionario*, 1969

VC, “Primera campaña de rectificación”, (mimeo) mayo 1968.

SALINAS, M., “Perdriel, Córdoba: Testimonio de una experiencia del movimiento obrero”, *Revista Teoría y Política* S/N, Bs. As, 1973;

FIERRO, Ricardo. e REARTES, Pablo, “Reflexiones sobre la historia de los mecánicos de Córdoba”, *Revista Teoría y Política* , S/N Bs. As, 1973

### **Periódicos e revistas consultados**

*Nuestra Palabra*, periódico do PCA

*No Transar*, Periódico do PSAV primeiro e de VC depois

*Nueva Hora*, Periódico del PCR

*Pekín Informa*, Periódico de la República Popular China. Edición en Español

*Nueva Democracia* N 71, Órgano del PCM

### **Archivos consultados**

Archivo do PCA

CeDInCI (*Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas* )

Archivo da Universidade de Harvard

Archivo do SITRAC (*Sindicato de los Trabajadores de Concord*)

Archivo da DIPBA (*Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*)

## **Depoimentos e entrevistas publicadas**

ANDRADE, Mariano, *Para una historia del marxismo en Argentina. Entrevista con Otto Vargas*, Programa de historia Oral, FFyL, UBA, 2005.

BREGA, Jorge. *Ha muerto el comunismo? Conversaciones con Otto Vargas*. Buenos Aires, Editorial Ágora, 1990.

MERCADER, Sofía e GARCIA, Diego. *Tozuda modernidad*. Entrevista a Beatriz Sarlo. [www.artepolitica.com](http://www.artepolitica.com), compartida el 26 de julio de 2013. Consultada en 12/12/2015

## **Sites**

[www.marxists.org](http://www.marxists.org)

[www.eltopoblindado.com](http://www.eltopoblindado.com)